



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**“É PRECISO TER CORAGEM”:**  
**Um estudo das narrativas de mulheres na política**

Dárcia Amaro Ávila  
Dissertação de Mestrado

Paula Regina Costa Ribeiro  
Orientadora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE- FURG  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Deputada  
Darcia Guarnarões

Darcia

Bertha  
Lutz

Josefina da  
Azevedo

Celina Guarnarões

Movimentos Feministas na  
Câmara dos Deputados, 1988

Helô  
Floresta

Donas de obra  
na Câmara dos  
Deputados, 1988

**“É PRECISO TER CORAGEM”:  
UM ESTUDO DAS NARRATIVAS DE MULHERES NA POLÍTICA**

Bianca da Babom  
na Constituinte

Eulina Michiles

RIO GRANDE  
2014

Posse da Bertha Lutz na  
Câmara dos Deputados, 1934

DÁRCIA AMARO ÁVILA

**“É PRECISO TER CORAGEM”:**

Um estudo das narrativas de mulheres na política

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande - FURG, como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Paula Regina Costa Ribeiro

Linha de pesquisa: Culturas, linguagens e utopias

RIO GRANDE  
2014

A958e Ávila, Dárcia Amaro  
“É preciso ter coragem” : um estudo das narrativas de mulheres na política /  
por Dárcia Amaro Ávila. – Rio Grande, 2014.  
144 f. : il. ; 30 cm

Orientadora: Paula Regina Costa Ribeiro.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande, Programa de  
Pós-Graduação em Educação, Rio Grande / RS, 2014

1. Educação 2. Estudos culturais 3. Política partidária 4. Gênero 5.  
Narrativas 6. Mulheres-Política I. Ribeiro, Paula Regina Costa, orient. II.  
Título.

CDU 37  
316.62

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone G. Maisonave – CRB 10/1733

## AGRADECIMENTOS

Neste momento, gostaria de agradecer de todo o meu coração a todas e todos que fizeram parte dessa experiência sublime que foi a dissertação.

Primeiramente, não poderia deixar de agradecer a Deus que me faz acreditar nas possibilidades sem antes mesmo de tentar ou realizar.

Agradeço aos meus pais Fernanda e Marcos que me inspiram constantemente assim como meus irmãos Darcielen, Miguel, Romário e minha sobrinha Ana Carolina. A partir deles agradeço aos demais familiares.

Ao meu querido Marcelo pela compreensão, carinho e incentivo nos momentos mais difíceis desse processo, obrigada sempre.

Agradeço imensamente a minha orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Paula Ribeiro por estar ao meu lado e me fazer ir em frente, criar, reinventar e... Pesquisar. Obrigada pelas leituras, indagações e provocações. Além de uma orientadora é uma excelente pessoa e inspiração profissional e pessoal para a vida.

Um muito obrigada ao Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola - GESE, o qual tem sido a minha escola. Obrigada Raquel pelo exemplo de força e perseverança. Ana Luiza obrigada pelo imenso carinho e sorriso direcionado todos os dias. Deise obrigada pelo acompanhamento e dicas nas entrevistas que me tranquilizaram e oportunizam a produção desta dissertação. Obrigada Suzana e Benícia pelas indicações de algumas leituras, elas foram aproveitadas. Jú e Teresa (TT) obrigada pelo apoio e por se colocarem a disposição sempre para ajudar. Obrigada geseanas/os pelas risadas e aprendizagens Joice, Lucilaine, Caroline, Ana Karolina, Danieli, Fabia Teixeira, Jordana, Jozeane, Keli, Nélia, Rodrigo, Tomaz, Juliana Collares e Eduardo.

Gostaria de agradecer as professoras por aceitarem o convite para a banca dessa dissertação Fabiane, Dinah e Joanalira pelas sugestões e leitura atenta. Obrigada por me fazer suscitar inúmeros questionamentos desestabilizando as minhas verdades nesse processo.

Obrigada ao Programa de Pós- Graduação em Educação pela oportunidade para o desenvolvimento de meu trabalho.

À Capes pelo apoio e financiamento desprendido para a realização desta pesquisa.

E, não poderia deixar de agradecer, às mulheres vereadoras que participaram das entrevistas, sem as quais, esta pesquisa não teria tomado à proporção que tomou, o meu muito obrigada.

*“Coragem, coragem, se o que você quer é aquilo que pensa e faz; Coragem, coragem, eu sei que você pode mais (...).”*

(Raul Seixas, Por quem os sinos sobram)

## RESUMO

É na busca por compreender a inserção e participação de mulheres na política partidária na contemporaneidade que esta dissertação, situada na linha de pesquisa Culturas, Linguagens e Utopias, tem como objetivo analisar as narrativas de vereadoras de municípios que estão localizados na região sul do Rio Grande do Sul no período de 2009-2012. O corpus de análise constitui-se de entrevistas individuais semiestruturadas com as onze vereadoras participantes a partir da metodologia de investigação narrativa. Partindo das contribuições dos Estudos Culturais e de Gênero em suas vertentes pós-estruturalistas procurou-se problematizar alguns discursos e práticas que emergiram nas narrativas com base nas contribuições da análise do discurso de Michel Foucault. Assim, verificou-se que a representação cultural das mulheres neste campo político está fundamentada em concepções essencialistas do gênero feminino como a sensibilidade. Isso vem provocando discussões na ciência política e nos estudos de gênero a partir de termos como política de ideias, política de desvelo que discutem a presença das mulheres em decorrência ou não desses atributos. O fato é que esses discursos vêm instituindo diferenças na participação de homens e mulheres na política e constituindo formas de ser mulher na política partidária e de fazer política diferenciada das dos homens de forma menos “dura”, “rígida”. Ao debruçar-se na inserção das mulheres nessa esfera pública constatou-se uma trajetória marcada pelas noções de público e privado que impediu ao longo de nossa história a participação das mulheres no campo político e o desenvolvimento de sua cidadania. Além disso, nas narrativas das vereadoras fica evidente que as mulheres não foram constituídas para participarem do que hoje é um direito seu: a esfera pública de decisão da política. Isso foi constatado a partir do convite que foi feito para a candidatura pelos partidos que a partir das cotas partidárias procuraram mais significativamente por mulheres para concorrer. Também se observou neste estudo o capital político de ingresso das mulheres nessa esfera: o capital familiar, capital dos movimentos sociais e capital de ocupação em cargos públicos. Quanto a participação das mulheres no cotidiano de seus mandatos identificamos a dificuldade de ser mulher e política na atualidade. As negociações com os partidos e os colegas, a conciliação entre a família e a vida pública; os focos de atuação dedicados às áreas sociais e nesse destacamos mais significativamente a educação. Por fim, o que pretendemos foi desconfiar da máxima “lugar de mulher não é na política” e conhecer as trajetórias e histórias de mulheres que cotidianamente entre conflitos e disputas lutam pelo seu lugar na esfera pública, pelo exercício de sua cidadania.

Palavras-chave: Gênero. Política partidária. Narrativas. Estudos Culturais.



## ABSCTRAT

It's in the quest for understanding the insertion and participation of women in partisan politics in contemporaneity that this dissertation, in the research line "Cultures, Languages and Utopias", aims to analyze the narratives of alderwomen of cities that are located in southern Rio Grande do Sul in the period from 2009 to 2012. The corpus of analysis consisted of individual semi-structured interviews with the eleven participant alderwomen using the narrative inquiry methodology. Based on the contributions of Cultural and Gender Studies in its poststructuralist strands, some discourses and practices that emerged in the narratives were problematized based on contributions of discourse analysis of Michel Foucault. Therefore, it was found that the cultural representation of women in this political field is grounded on essentialist conceptions of the female gender like sensitivity. This has led to discussions in political science and gender studies starting from terms like politics of ideas, politics of care, that discuss the presence of women due or not to these attributes. The fact is that these discourses have been establishing differences in the participation of men and women in politics and also constituting ways of being a woman in partisan politics and of doing politics differently from men, in a less "hard", "rigid" way. By dwelling on the inclusion of women in this public sphere it was found a trajectory marked by the notions of public and private that barred women's participation in politics and the development of their citizenship throughout our history. Moreover, in the narratives of the alderwomen, it is evident that women were not made to participate in what today is their right: the public sphere of political decision. This was verified from the invitation for candidacy that was done by the parties which, from the partisan quotas, sought more significantly for women to compete. Also, in this study it was observed the political capital of entry of women in this sphere: the family capital, social movements' capital and capital of occupancy in public functions. As for women's participation in the everyday of their mandates, it was identified the difficulty of being a woman and a politician nowadays: the negotiations with the parties and colleagues, the reconciliation between family and public life, the focus of activities dedicated to social areas and here, more significantly, the education is highlighted. Finally, we wanted to question the quote "women's place is not in politics" and to know the trajectories and stories of women who, between conflicts and disputes, are daily fighting for their place in the public sphere, for the exercise of their citizenship.

Keywords: Gender. Partisan politics. Narratives. Cultural Studies.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Tabela com o número de homens e mulheres eleitos/as para vereadores/as no ano de 2010 .....	29
Figura2	Gráfico de vereadoras eleitas nas câmaras municipais no Brasil 1992-2012 .	33
Figura 3	Eleições municipais no Brasil 2012 .....	90
Figura 4	Eleições municipais no Rio Grande do Sul 2012.....	90
Figura 5	Imagens disponibilizadas na internet que denotam ações desenvolvidas pelos partidos para a participação feminina .....	102

## LISTA DE SIGLAS

FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GESE	Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola
RS	Rio Grande do Sul
SECADI	Secretaria de Educação Continuada Alfabetização, Diversidade e Inclusão
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior
PT	Partido dos Trabalhadores
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PSB	Partido socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1.1</b>	<b>O FORMATO DA DISSERTAÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2.</b>	<b>INTRODUÇÃO: PRODUZINDO O TEMA DE INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>3.</b>	<b>ABORDAGEM TEÓRICA: APRESENTANDO ENTENDIMENTOS, CONCEITOS, RELAÇÕES E PROBLEMATIZAÇÕES .....</b>	<b>22</b>
<b>3.1</b>	<b>O MOVIMENTO FEMINISTA E A PERSPECTIVA DE GÊNERO .....</b>	<b>23</b>
<b>3.2</b>	<b>MULHERES E POLÍTICA: GARIMPANDO ALGUNS ESTUDOS .....</b>	<b>28</b>
<b>3.3</b>	<b>A LEI DE COTAS NA POLÍTICA PARTIDÁRIA .....</b>	<b>33</b>
<b>4.</b>	<b>ABORDAGEM METODOLÓGICA: TECENDO CAMINHOS NA PESQUISA .....</b>	<b>36</b>
<b>4.1</b>	<b>APRESENTANDO A INVESTIGAÇÃO NARRATIVA .....</b>	<b>36</b>
<b>4.2</b>	<b>CONSTITUINDO OS DADOS NARRATIVOS .....</b>	<b>38</b>
<b>4.2.1</b>	<b>As entrevistas .....</b>	<b>38</b>
<b>4.2.2</b>	<b>As notas diário .....</b>	<b>40</b>
<b>4.3</b>	<b>Apresentando as participantes da pesquisa .....</b>	<b>41</b>
<b>4.4</b>	<b>CONTEXTUALIZANDO AS CÂMARAS DE VEREADORES .....</b>	<b>45</b>
<b>4.4.1</b>	<b>Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Sul .....</b>	<b>45</b>
<b>4.4.2</b>	<b>Câmara Municipal de Vereadores de Santa Vitoria do Palmar .....</b>	<b>46</b>
<b>4.4.3</b>	<b>Câmara Municipal de Vereadores de Mostardas .....</b>	<b>47</b>
<b>4.4.4</b>	<b>Câmara Municipal de Vereadores de São José do Norte .....</b>	<b>47</b>
<b>4.4.5</b>	<b>Câmara Municipal de Vereadores de Jaguarão .....</b>	<b>47</b>
<b>4.5</b>	<b>ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE .....</b>	<b>48</b>
<b>5.</b>	<b>OS ARTIGOS .....</b>	<b>54</b>
<b>5.1</b>	<b>1º Artigo: O QUE ESPERAR DAS MULHERES NA POLÍTICA? UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS DE VEREADORAS .....</b>	<b>54</b>
<b>5.1.1</b>	<b>Considerações iniciais .....</b>	<b>54</b>

<b>5.1.2</b>	<b>Representação, linguagem, cultura e gênero: os Estudos Culturais .....</b>	<b>55</b>
<b>5.1.3</b>	<b>A investigação narrativa e as participantes .....</b>	<b>57</b>
<b>5.1.4</b>	<b>Análises das narrativas das vereadoras gaúchas: as mulheres na política partidária .....</b>	<b>59</b>
<b>5.1.5</b>	<b>Tecendo algumas considerações .....</b>	<b>65</b>
<b>5.1.6</b>	<b>Referências .....</b>	<b>67</b>
<b>5.2</b>	<b>2º Artigo: MULHERES NA ESFERA PÚBLICA: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE A INSERÇÃO POLÍTICA DE VEREADORAS NO RIO GRANDE DO SUL .....</b>	<b>69</b>
<b>5.2.1</b>	<b>O público e o privado na trajetória política feminina .....</b>	<b>69</b>
<b>5.2.2</b>	<b>Apresentando a metodologia .....</b>	<b>72</b>
<b>5.2.3</b>	<b>Problematizações sobre a inserção das vereadoras .....</b>	<b>75</b>
<b>5.2.4</b>	<b>Considerações .....</b>	<b>88</b>
<b>5.2.5</b>	<b>Referências .....</b>	<b>89</b>
<b>5.3</b>	<b>3º Artigo: “VOCÊS NÃO PODEM MARCAR REUNIÕES MUITO EM CIMA DA HORA. EU TENHO DOIS FILHOS PARA RESOLVER ONDE VÃO FICAR”: PRÁTICAS DE SER MULHER NA POLÍTICA PARTIDÁRIA .....</b>	<b>91</b>
<b>5.3.1</b>	<b>Introdução .....</b>	<b>91</b>
<b>5.3.2</b>	<b>Gênero, mulheres e política .....</b>	<b>92</b>
<b>5.3.3</b>	<b>Trajetória da pesquisa .....</b>	<b>95</b>
<b>5.3.4</b>	<b>Entre conflitos, disputas e negociações: a participação das vereadoras .....</b>	<b>97</b>
<b>5.3.5</b>	<b>Para concluir .....</b>	<b>104</b>
<b>5.3.6</b>	<b>Referências .....</b>	<b>105</b>
<b>5.4</b>	<b>4º Artigo: ATUAÇÃO POLÍTICA E A EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DE VEREADORAS NO RIO GRANDE DO SUL .....</b>	<b>107</b>
<b>5.4.1</b>	<b>Notas iniciais .....</b>	<b>107</b>
<b>5.4.2</b>	<b>A investigação narrativa como pressuposto metodológico .....</b>	<b>110</b>
<b>5.4.3</b>	<b>Áreas de atuação e a educação: narrativas de vereadoras .....</b>	<b>111</b>

<b>5.4.4</b>	<b>Conclusões .....</b>	<b>122</b>
<b>5.5.5</b>	<b>Referências .....</b>	<b>124</b>
<b>6.</b>	<b>POR FIM.. É PRECISO CORAGEM! .....</b>	<b>126</b>
<b>6.1</b>	<b>ALGUMAS INQUIETAÇÕES E PERSPECTIVAS .....</b>	<b>130</b>
<b>7.</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>132</b>
<b>8.</b>	<b>ANEXOS .....</b>	<b>139</b>
<b>8.1</b>	<b>ANEXO A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>139</b>
<b>8.2</b>	<b>ANEXO B- Convite de participação .....</b>	<b>140</b>
<b>8.3</b>	<b>ANEXO C- Questões norteadoras da entrevista .....</b>	<b>141</b>
<b>8.4</b>	<b>ANEXO D- Ficha de dados pessoais .....</b>	<b>143</b>
<b>8.5</b>	<b>ANEXO E- Carta de agradecimento.....</b>	<b>144</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

Na Grécia antiga a coragem era considerada uma virtude política e só aqueles que a possuíam poderiam ser admitidos na esfera pública. Para os cidadãos (excluindo mulheres, crianças e escravos), deixar o lar para os afazeres políticos exigia coragem, justamente por ser somente no lar que os indivíduos se preocupavam com a sobrevivência (ARENDRT, 2010). Atualmente, a coragem está presente nos discursos das mulheres que atuam na política sobre a inserção e participação política das mulheres na sociedade. Para elas deixar o lar (com suas atribuições e representações) em detrimento da participação política partidária ou representativa ainda não se tornou algo comum como para os homens, exigindo delas coragem, ou seja, ânimo, perseverança, ousadia, determinação...

Sendo assim, esta dissertação tem por objetivo investigar as narrativas de vereadoras que atuam na política partidária de cinco (5) municípios da região sul do Rio Grande do Sul/RS sobre a sua inserção e participação política. Pretende-se, com isso, compreender como na contemporaneidade as mulheres vêm ingressando e participando desse espaço que por séculos foram excluídas? Quais suas representações culturais sobre as mulheres nesse espaço? Que estratégias são utilizadas para o ingresso das mesmas? Quais as suas formas de participação? Quais suas dificuldades e conquistas? Que discursos e práticas são instituídos?

Para apresentar um panorama geral, abaixo segue como a dissertação está organizada:

Na **Introdução** narro minha trajetória e os modos como emergiu o tema e a produção desta investigação.

Em **Abordagem teórica: apresentando entendimentos, conceitos, relações e problematizações**, apresento a perspectiva teórica que fundamenta esta pesquisa, a partir de autores do campo dos Estudos culturais, feministas e de gênero, e um breve panorama de estudos sobre as mulheres na política. Apresento as contribuições do movimento feminista para a emergência das mulheres na política e em todos os espaços sociais; na conquista de seus direitos sociais, civis, políticos e religiosos. Além disso, problematizo o conceito de gênero, que possibilita compreender as relações sociais entre homens e mulheres na vida em sociedade.

No capítulo **Abordagem metodológica: Tecendo caminhos na pesquisa**, apresento os caminhos que foram tecidos nesta pesquisa a partir da abordagem qualitativa de investigação narrativa. Trago informações sobre as mulheres participantes da pesquisa e como os dados foram produzidos a partir das entrevistas individuais semiestruturadas. Além disso,

apresento algumas notas de meu diário da entrevista para situar o/a leitor/a em como as mesmas foram produzidas, algumas dificuldades e particularidades que emergiram.

No capítulo que segue, apresento os artigos produzidos a partir das análises realizadas das narrativas. Intitulado **O que esperar das mulheres na política? Uma análise das narrativas de vereadoras**, o artigo problematiza as contribuições das mulheres na política a partir dos “olhares” das vereadoras. Para tanto, utilizo os Estudos Culturais e de gênero nas suas vertentes pós-estruturalistas procurando entender como as representações que emergem em suas narrativas sobre a contribuição das mulheres para a política partidária vêm inscrevendo modos de ser e agir como mulheres e de atuar no espaço político.

No artigo seguinte **Mulheres na esfera pública: problematizações sobre a inserção política de vereadoras no Rio Grande do Sul**, analiso como as mulheres vêm se inserindo nessa esfera pública da política partidária; a binaridade do público e do privado em suas narrativas; as vias de acesso, o capital político, etc.

No terceiro artigo **“Vocês não podem marcar reuniões muito em cima da hora. Eu tenho dois filhos para resolver onde vão ficar”**: práticas de ser mulher na política partidária busquei problematizar a participação das mulheres neste campo a partir das trajetórias, histórias e experiências das vereadoras; as disputas e negociações; as dificuldades e conquistas que as constituem como mulheres nesse campo específico, procurando conhecer os efeitos da inserção das mulheres na participação política da esfera pública de decisão.

No último artigo intitulado **Atuação política e a educação: uma análise das áreas de atuação de vereadoras no Rio Grande do Sul** visei problematizar as áreas de atuação das vereadoras que vêm dedicando-se as áreas sociais, culturalmente consideradas como femininas. Dentre essas áreas a educação possui importante destaque. Sendo assim, busquei conhecer as dimensões da educação nos mandatos e a avaliação das vereadoras para a educação de seus municípios.

Neste momento, o/a leitor/a fica convidado/a a ingressar nas narrativas perpassadas por histórias e trajetórias de mulheres que cotidianamente vivem a inserção e participação na política partidária.



## 1.1 O FORMATO DA DISSERTAÇÃO

A dissertação foi organizada em seis capítulos, configurando-se o último com base em quatro artigos<sup>1</sup>. Justifico a escolha por esse formato devido ao fato de haver maior possibilidade de divulgação da pesquisa em eventos ou revistas, oportunizando que um maior número de pesquisadores/as e leitores/as em geral tenha acesso a este material. No entanto, estou ciente de que algumas questões e entendimentos podem tornar-se repetidos ao longo do trabalho. Nesse sentido, busco minimizá-los ao máximo, selecionando artigos cujas abordagens diferenciam-se entre si.

---

<sup>1</sup> Os artigos apresentam as análises desenvolvidas na pesquisa.

## 2 INTRODUÇÃO: PRODUZINDO O TEMA DE INVESTIGAÇÃO

*É contando histórias, nossas próprias histórias, o que nos acontece e o sentido que damos ao que nos acontece, que nos damos a nós próprios uma identidade no tempo.*  
(LARROSA, 2002, p.69).

Ao iniciar a escrita desta dissertação, trago as contribuições de Jorge Larossa que me possibilitou, em diferentes momentos dessa trajetória, reflexões sobre a experiência, as nossas histórias, o fazer docente e a pesquisa em Educação. Nesse sentido, procuro, ao longo destas linhas, no contar e recontar de minha história, narrar os modos como emergiram o tema e a produção desta investigação.

Entendo este processo narrativo de forma implicado na construção de minha subjetividade. Por isso, procurarei elencar os acontecimentos e experiências por mim vivenciados até o tema de investigação, a partir do que foi significativo e tocou-me nesta trajetória. Ao apresentar minhas escolhas, objetivos e caminhos percorridos, estarei também narrando a história de como fui/estou me constituindo pedagoga/pesquisadora em Educação.

Assim, como a autora e pesquisadora Sandra Corazza (2007, p. 109), “penso que toda e qualquer pesquisa nasce de uma insatisfação com o já-sabido”. Neste sentido, o tema de investigação deste projeto configura-se em meio às minhas insatisfações com o que é instituído quanto às temáticas de educação, gênero e política em nossa sociedade. Entretanto, essas insatisfações não surgiram ao acaso e tampouco foram descobertas. Elas foram engendradas, produzidas pelas problematizações realizadas no curso de Pedagogia e no Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE).

No curso de Pedagogia Licenciatura desta mesma universidade, pude desenvolver algumas reflexões nas disciplinas de Educação Infantil e Anos Iniciais sobre a feminilização do magistério, que vem, ao longo dos anos, sendo uma profissão determinada socialmente como feminina a saber: muitos homens encontram resistência à sua presença, em especial na educação de crianças pequenas; a escolarização da mulher foi uma importante conquista dos movimentos de mulheres e feministas, entretanto muitas mulheres possuem escolaridade maior que os homens e, mesmo assim, ganham menores salários; há repetições de práticas que privam meninos e meninas de brincarem e interagirem com elementos do outro gênero nas escolas. Essas reflexões subsidiaram-me a pensar nas questões de gênero e sexualidade e, com isso, a fazer seleção para bolsista do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola.

O GESE vem, desde o ano de 2000, discutindo e problematizando as temáticas de corpos, gêneros e sexualidades nos espaços educativos, a partir de atividades de ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Ao me inserir no grupo, tive a oportunidade de problematizar e discutir questões referentes à educação, à escola, à sociedade e aos sujeitos. Seguindo algumas leituras do filósofo Michel Foucault e de autoras dos Estudos Feministas e de Gênero, como Guacira Louro (1997), Joan Scott (1995), Dagmar Meyer (2003), Judith Butler (1998, 2003), as quais utilizo para a construção desta dissertação, fui interpelada a um olhar mais crítico e plural das questões que envolvem os homens e as mulheres na vida em sociedade. Posso dizer, também, que fui desestabilizada com uma perspectiva que não procura soluções imediatas e “a verdade” sobre as coisas, mas, sim, o entendimento dos processos culturais, das construções históricas que estão implicadas no que fazemos e, principalmente, no que somos.

Além disso, nessa inserção no Grupo de Pesquisa, tive a oportunidade de, como bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desenvolver algumas atividades, como apresentar trabalhos em eventos; ministrar cursos e oficinas; publicar artigos e capítulos de livros; organizar seminários; participar de bancas julgadoras, entre outras. Essas atividades fizeram com que eu me interessasse cada vez mais pelas discussões de gênero nos espaços escolares e não escolares, possibilitando-me desenvolver saberes e fazeres na educação.

Dentre essas atividades que desenvolvi no grupo, cito a que me tocou e possibilitou pensar no tema de investigação, o Seminário Internacional Fazendo Gênero<sup>2</sup>, em Santa Catarina (SC). Nesse evento, fui apresentar um trabalho<sup>3</sup> com o Grupo de Pesquisa. Lá, pude assistir uma palestra sobre a construção do gênero e os significados que atribuímos aos meninos e às meninas desde a descoberta do sexo com o aparelho de ultrassom. Nessa palestra, problematizaram-se as determinações dos gêneros quanto aos lugares, os brinquedos e brincadeiras, as profissões que são atribuídas a cada um e, com isso, a situação das mulheres em uma sociedade democrática, a participação e a representação destas na política. Com essa experiência, passei a questionar sobre a inserção e participação das mulheres na política a partir de suas trajetórias e experiências de vida, pois sabemos que são poucas mulheres na

---

<sup>2</sup> Seminário promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina, que reúne a cada dois anos, desde o ano de 1994, pesquisadoras e pesquisadores brasileiras/os e estrangeiras/os para discutir questões atreladas ao campo dos estudos de gênero e dos estudos feministas. Dados do evento, disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/>

<sup>3</sup> ÁVILA, D. A. ; PEREIRA, Roberta de Azevedo; RIBEIRO, P. R. C. Analisando as questões de gêneros no espaço escolar: Relatos de profissionais. In: Fazendo Gênero 9- Diásporas, diversidades, deslocamentos, 2010, Florianópolis/ SC. Anais Eletrônicos, 2010. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/posteres>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

política partidária, mas o que elas têm a dizer? Quais as condições que possibilitam hoje a inserção das mulheres na política? Em que consiste a participação das mulheres? Na plataforma política dessas mulheres, as questões de gênero e educação estão presentes?

Nesse sentido, passei a me interrogar, a parar para pensar nas questões de gênero, política e educação. De acordo com Jorge Larrosa, a experiência é algo que requer escuta, reflexão e olhar mais devagar para as coisas que nos acontecem,

a experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar os outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LARROSA, 2002, p. 24).

Nesse contexto, instigada pelas experiências que vivenciei ao longo do curso de Pedagogia e de minha participação no GESE, produzi meu Trabalho de Conclusão de Curso, no qual investiguei as narrativas de uma vereadora e duas ex-vereadoras do município do Rio Grande (RS) sobre as questões de gênero, educação e políticas educacionais, orientada pela professora Paula Ribeiro. A partir desse estudo, pude problematizar essas questões e perceber a importância de colocarmos a norma em debate, de duvidar do que é naturalizado e do que é tomado como verdade em nossa sociedade (LOURO, 1997).

Por esse viés, esta pesquisa visa ampliar o que foi pesquisado naquele momento, tendo como propósito investigar as narrativas de outras mulheres da região sul do estado (Santa Vitória do Palmar, Mostardas, São José do Norte, Jaguarão e São Lourenço do Sul), a fim de conhecer outras realidades e trajetórias de mulheres nesse espaço determinado socialmente como masculino. Trata-se de mulheres vereadoras que estão atuando nas Câmaras de municípios que fazem parte do cordão litorâneo sul-rio-grandense, onde a universidade e o grupo de pesquisa vêm desenvolvendo algumas atividades. A escolha pelas vereadoras deu-se também pelo fato de grande parte das pesquisas sobre gênero e política atualmente ser realizada com deputadas, prefeitas e senadoras. Nesse sentido, procuro investigar as narrativas das mulheres vereadoras a respeito das temáticas de gênero, educação e política.

O desejo de realizar esta pesquisa também está interligado à investigação que realizei sobre a lei de cotas na política na época de meu Trabalho de Conclusão de Curso. Apesar dessa lei, em Rio Grande, por exemplo, apenas uma vereadora, em um universo de treze, atuava no legislativo do município. Essa estratégia do Governo Federal para tentar diminuir

essas desigualdades começou, inicialmente, com a obrigatoriedade dos partidos em reservar 20% das vagas para mulheres candidatas no ano de 1995, com a lei de cotas partidárias 9.100/95. Entretanto, essa lei foi reformulada e aprovada pelo Congresso Nacional estabelecendo a lei de cotas por sexo 9.504, de 30 de setembro de 1997, instituindo, para a cada partido ou coligação, a reserva de no mínimo 30% e de no máximo 70% para candidaturas de cada gênero, o que evidencia um processo de implementação recente no Brasil e de luta histórica conquistada pelas mulheres. Nesse sentido, porque apesar da implementação da lei, as mulheres ainda são minoria nas Câmaras? Como se dá essa implementação pelos partidos políticos?

Outra questão que me mobilizou para desenvolver a pesquisa foi que, ao realizar algumas incursões e pesquisas no portal de periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e no Scielo Brasil, percebi algumas questões quando se trata de mulheres na política partidária. No Scielo Brasil<sup>4</sup>, por exemplo, foram encontrados 211 resultados de artigos para as palavras gênero e política. Entretanto, as pesquisas que tratam especificamente da inserção das mulheres na política partidária foram vinte (20), as demais versam sobre políticas públicas na área da saúde, do esporte, do cooperativismo, das questões teóricas do movimento feminista etc.. Podemos evidenciar, com isso, a recente discussão no âmbito acadêmico da participação político partidária das mulheres. Nessa busca, percebi que algumas pesquisas vêm analisando as políticas educacionais a partir de uma perspectiva de gênero, enfatizando a necessidade de políticas voltadas para a educação que discuta essas questões para além do acesso. Penso ser uma importante contribuição para o campo educacional a problematização das relações de gênero a partir das políticas públicas de educação, pois, em sua maioria, apenas mencionam essas questões quando se referem ao acesso de meninos e meninas nas escolas, caindo no mito da igualdade. Outro ponto dessa busca refere-se às pesquisas que tratam sobre as mulheres na política partidária; estas, são elaboradas a partir dos campos das Ciências Sociais e Política. Assim, notamos a pouca articulação de pesquisas que tragam para o campo da educação a discussão sobre a inserção e participação das mulheres na política.

Essa articulação faz-se necessária, pois, ao longo de nossa história e cultura, fomos educadas e educados em diferentes espaços sob uma perspectiva de cunho determinista e sexista, a qual posiciona homens e mulheres em esferas diferentes na sociedade. Joan Scott (1995) contribui para o pensamento de que é a partir dessa polaridade rígida entre os gêneros

---

<sup>4</sup> Busca realizada em 03 de fevereiro de 2013.

(que posiciona homens e mulheres) que vão sendo geradas e perpetuadas as desigualdades e discriminações. De acordo com Londa Scheinbinger,

[...] Ideais de masculinidade, feminilidade e ciência desenvolveram-se, historicamente, informados e respondendo à necessidade econômica de ter as mulheres servindo como administradoras dos afazeres domésticos e os homens trabalhando fora de casa, e pelo desejo político de ter apenas homens proprietários votando em democracias participativas. As características generizadas – comportamentos, interesses ou valores tipicamente masculinos ou femininos não são inatas, nem tampouco arbitrarias. Elas são formadas por circunstâncias históricas. Elas também podem mudar com as circunstâncias históricas (SCHEINBINGER, 2001, p. 145).

Nesse sentido, para uma efetiva inserção e participação das mulheres na política partidária, e dos homens em outros espaços considerados como femininos, é fundamental a produção de outros conhecimentos relacionados aos homens, às mulheres, aos espaços sociais, aos brinquedos e brincadeiras, às carreiras, aos artefatos. Enfim, conhecimentos que englobem a perspectiva de gênero e assumam como categoria analítica para que, assim, tenhamos a possibilidade de uma sociedade mais democrática, igualitária em que todos e todas possam gozar dos mesmos direitos e deveres.

Nessa direção, movida pelas minhas experiências, história e trajetória, escolhi a linha de pesquisa “Culturas, linguagens e utopias” para desenvolver o projeto de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Educação. A escolha por essa linha de pesquisa e pelo Programa está relacionada com a possibilidade de que estes oferecem para problematização e investigação do que está posto e naturalizado nos espaços educativos, para a compreensão dos processos educativos formais e informais que envolvem o fazer docente e para o alargamento no conceito de educação, o que vai ao encontro de minhas inquietações. Com isso, pretendo contribuir para a construção de entendimentos de educação que mostrem outra relação entre os gêneros, que estejam excluídos do preconceito, da discriminação e da disparidade de oportunidades em nossa sociedade.

Por esse viés, em frente ao desafio de investigar as narrativas de vereadoras sobre educação, gênero e política apresento a seguir o referencial teórico a partir das contribuições dos Estudos feministas e de gênero, bem como de pesquisas sobre as mulheres na política partidária que subsidiará esta pesquisa e contribuirá para problematizações e reflexões sobre o tema de investigação.

### **3 ABORDAGEM TEÓRICA: APRESENTANDO ENTENDIMENTOS, CONCEITOS, RELAÇÕES E PROBLEMATIZAÇÕES**

Neste capítulo procuro apresentar alguns entendimentos, conceitos, relações e problematizações que guiam meu olhar ao longo da pesquisa. Neste sentido, não poderia deixar de mencionar as contribuições dos Estudos Culturais para as temáticas aqui propostas.

Os Estudos Culturais ampliaram o conceito de educação para além dos espaços escolares, possibilitando-nos investigar outros espaços educativos em nossa sociedade como, por exemplo, o espaço da política partidária. Espaços esses que ensinam conhecimentos que estão implicados no que fazemos e principalmente no que nos tornamos (SILVA, 2010; SABAT, 2001). Isso quer dizer que eles também produzem nossas identidades e subjetividades. Esse campo de estudos, a partir da vertente pós-estruturalista, vem em suas discussões, problematizando temas como gênero e sexualidade, raça e etnia, colonialidade, entre outros, contribuindo para a promoção de uma sociedade igualitária (NELSON; TREICHLER; GROSSBERG, 1995).

Seguindo esse campo de estudos, entendo que os sujeitos são constituídos para além dos atributos biológicos, o que não significa uma negação da materialidade biológica, mas uma ênfase no seu aspecto cultural, social e político. Mulheres e homens são constituídos de formas diferentes, cada um com suas atribuições e lugares na sociedade com base nas relações de poder<sup>5</sup> produzidas. Seria por sua natureza? Seria por concepções deterministas que, ao longo da história e da cultura, foram construídas? Os Estudos Culturais possibilitam-nos compreender que somos produtores e também produzidos nas culturas. Nesse sentido, as relações entre homens e mulheres são construídas e, não, naturalmente instituídas.

Nessa perspectiva, faz-se necessário problematizar as condições de possibilidade que foram produzidas para que hoje investigássemos as narrativas de vereadoras da região sul do Rio Grande do Sul sobre inserção e participação política. Para isso, apresento o movimento feminista e a perspectiva de gênero, os quais vêm provocando mudanças e rescrevendo a história das mulheres, possibilitando outros olhares, ações e relações entre mulheres e homens na sociedade. No entanto, não tenho a pretensão de encontrar um ponto de origem para essas discussões, tampouco descrever a história do movimento feminista e dos estudos de gênero,

---

<sup>5</sup> Nesta pesquisa tomo poder a partir de Michel Foucault que considera não pertencendo a algo ou alguém, mas exercido como uma rede em muitas e variadas dimensões que produz efeitos nas relações, instituições, discursos e práticas de uma determinada sociedade.

mas olhar para esses acontecimentos como uma forma de reencontrar as possibilidades que lhes oportunizaram essa construção e a condição de sua aparição. De acordo com Foucault,

É para reencontrar estruturas anteriores, estranhas, hostis ao acontecimento. É para estabelecer as séries diversas, entrecruzadas, divergentes muitas vezes, mas não autônomas, mas que permitem circunscrever o “lugar” do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição (FOUCAULT, 2004, p. 22).

Por esse viés, apresento a seguir algumas condições de possibilidade implicadas na inserção e participação das mulheres na política partidária.

### 3.1 O MOVIMENTO FEMINISTA E A PERSPECTIVA DE GÊNERO

*Se a mulher tem o direito de subir ao cadafalso,  
ela também deve ter o direito de subir à tribuna”*  
(Olympe de Gouges 1748- 1783)<sup>6</sup>

De acordo com Ana Alice Costa (1998), a batalha das mulheres na luta pelo direito a uma cidadania e ocupação do espaço público iniciou com a Revolução Francesa no século XVII, com vitórias significativas no século XX. Nesse sentido, trago na epígrafe acima a feminista francesa Marie Gouze, pseudônimo Olympe de Gouges, que lutou pelos direitos das mulheres, iniciando associações na França e provocando as mulheres a saírem de seus papéis como donas do lar, mães e esposas determinados pela sociedade. Diante disso, as mulheres começam a reunir-se e lutar por seus direitos enquanto sujeitos, constituindo um movimento que se espalhou por toda a Europa, Estados Unidos, seguindo para outros países, como o Brasil.

O movimento feminista, como um movimento organizado e político, de acordo com as contribuições de Guacira Louro (1997), iniciou com as mulheres brancas de classe média por volta do século XIX. Na virada desse século, tornaram-se visíveis as manifestações das feministas com o sufrágio universal. O sufrágio seria o movimento voltado a estender o direito ao voto às mulheres, este considerado a **primeira onda** do feminismo.

Apesar de as mulheres em alguns países já terem o direito ao voto, a sua abertura, no Brasil, de acordo com os dados do Observatório Social<sup>7</sup>, aconteceu pela primeira vez em

---

<sup>6</sup> Disponível em Observatório da mulher:  
[http://observatoriodamulher.org.br/site/index.php?option=com\\_content&task=view&id=45&Itemid=146](http://observatoriodamulher.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=45&Itemid=146).  
Acessado em 2013.



1928, no Rio Grande do Norte: Alzira Soriano foi a primeira prefeita da América do Sul. No entanto, o sufrágio só foi oficializado quatro anos depois, em 1932, por meio de um decreto-lei de Getúlio Vargas. Mesmo oficializado, só poderiam votar as mulheres casadas e autorizadas pelos maridos. Apenas em 1946 essas restrições caíram, possibilitando a universalização do voto da mulher. Esse movimento teve início em nosso País com as feministas Berta Lutz e Nísia Floresta.

Com a chamada **segunda onda** do feminismo, por volta da década de 1960, o movimento das feministas, além de preocupações sociais e políticas, adentram-se nas questões teóricas, possibilitando a construção de outra história das mulheres na sociedade, questionando a noção biologicista entre os sexos e o lugar da mulher na ciência e na sociedade (LOURO, 1997). Assim, as mulheres adentram as escolas e universidades. Entretanto, de acordo com Fabiane Silva (2012), no Brasil as mulheres não tiveram acesso imediato aos mesmos cursos que os homens, elas ficaram por muitos anos restritas à educação elementar, sendo excluídas das primeiras faculdades como Medicina, Engenharia e Direito. Segundo a autora, apenas em 1887, o Brasil teve a primeira médica, chamada Rita Lobato Velho Lopes.

Nesse período da segunda onda, as feministas começaram os estudos sobre a mulher ou estudos da mulher nas sociedades, questionando os “papéis” sexuais e as mulheres enquanto sujeitos históricos. De acordo com Almira Rodrigues (2013a), duas bandeiras foram expostas pelo movimento feminista europeu e estadunidense que se expande para a América Latina e Caribe: “O pessoal é político” e “Os nossos corpos nos pertencem”. Outras bandeiras ainda destacadas pela autora: “Democracia na rua e em casa” e “Lugar de mulher é na política”. Esta última é mais recentemente em meados dos anos 2000. Essas bandeiras evidenciam o momento histórico de lutas pelas mulheres em prol da reestruturação da democracia e de reivindicação de sua cidadania. Lutas que mostram a separação do espaço público do privado, em que o primeiro é mais valorizado; lutas pelo direito ao seu próprio corpo, pela democracia em todos os espaços da sociedade, inclusive o doméstico, e lutas pela participação das mulheres na política.

Além das mulheres do primeiro movimento feminista, as outras mulheres excluídas dessa categoria de brancas, heterossexuais de classe média começaram a reivindicar também

---

<sup>7</sup> O Instituto Observatório Social é uma organização que analisa e pesquisa o comportamento sócio-trabalhista de empresas multinacionais, nacionais e estatais em relação aos direitos fundamentais dos trabalhadores brasileiros. Realiza estudos e pesquisas que tratam de liberdade sindical, negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação de gênero e raça, meio ambiente, saúde e segurança ocupacional, além do impacto das relações comerciais brasileiras no mercado de trabalho (OBSERVATÓRIO, 2011).

seus direitos enquanto sujeitos na sociedade e, suas demandas. Fazem-nos pensar na instituição das categorias e a proximidade com um modelo hegemônico, pois, frequentemente, quando se fala em mulher, relacionamo-la ao modelo universal branco, heterossexual, ocidental, cristão. Entretanto, a categoria mulher não dá conta da multiplicidade de mulheres que existem.

A feminista Judith Butler vem questionando essa categoria que exclui as singularidades e problematiza a desconstrução do sujeito. Entretanto, desconstruir para Butler (1998), não é negar ou apagar, mas problematizar, pôr em questão. Afinal, que sujeito é esse? Que mulheres e homens têm em nossa sociedade? Quem é o/a cidadão/cidadã assegurado/a pela constituição? De acordo com a autora, “no começo da década de 1980, o “nós” feminista foi atacado com justiça pelas mulheres de cor que diziam que aquele “nós” era invariavelmente branco e que em vez de solidificar o movimento, era a própria fonte de uma dolorosa divisão” (BUTLER, 1998, p. 24). Gisele Espinosa (2002) também contribui para pensarmos na universalização da categoria mulher, ao problematizar as questões do feminismo histórico que não dariam mais conta das demandas das mulheres, em especial das camadas populares.

Nessa direção, atualmente temos diferentes perspectivas que orientam o movimento feminista e de mulheres, que nos provocam a pensar nos diferentes sujeitos com suas singularidades e interesses, pois, um sujeito não é constituído apenas por uma identidade de gênero, ele se constitui por outras identidades de classe, sexual, étnico-racial, nacional etc. Diante disso, temos a perspectiva do feminismo da igualdade, do feminismo da diferença e de gênero. Ana Colling (2004) contribui para pensar nessas perspectivas ou modelos que nos oportunizam, de acordo com a autora, a realizar análises dos estudos em relação à história das mulheres.

Segundo Colling (2004, p. 30), “o feminismo da igualdade aceitava o modelo masculino como neutro e desejável”. Alcançar a igualdade significava ser igual a quem detinha o poder em todos os espaços da sociedade, ou seja, ser igual ao homem. Nessa perspectiva, a autora salienta que esse processo de igualar-se aos homens em tudo estendeu-se como a masculinização da mulher. Muitas mulheres, por volta dos anos de 1970, a fim de reivindicar essa igualdade, aproximavam-se do modelo masculino e negavam filhos, lar ou marido. A autora aponta a filósofa francesa Simone de Beauvoir como uma feminista na esteira dessa corrente e pioneira em analisar a vida das mulheres em seu livro *O segundo Sexo*. Outra característica dessa corrente do feminismo, de acordo com a autora, é que esta herda do pensamento das luzes, revisitado pelo marxismo, algumas questões, como a relação

entre homens e mulheres ser desigual, materializando-se no trabalho doméstico, na reprodução e na sexualidade.

O pensamento feminista da diferença, “[...] situa-se no campo da pós-modernidade porque sugere a multiplicidade, a heterogeneidade e a pluralidade, e não mais a oposição e a exclusão binária” (COLLING, 2004, p. 34). Nesse sentido, essa perspectiva procura mostrar as diferenças não apenas entre homens e mulheres, mas entre as próprias mulheres e os homens, rejeitando a universalidade. Reivindicam, com isso, o direito à igualdade com o direito à diferença. Por esse viés, ser mulher significa, segundo a autora, uma das maneiras de estar no mundo.

Outra perspectiva ou modelo que vem contribuindo para as análises das relações sociais refere-se ao **conceito de gênero**. Esse conceito foi proposto inicialmente por feministas anglo-saxãs que pretendiam enfatizar o caráter social e histórico das distinções baseadas no sexo (LOURO, 1997). Nesse sentido, o principal objetivo dessa perspectiva, de acordo com Colling (2004, p. 28), seria “[...] introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que essa relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada, efeito e motor da dinâmica social”.

Entre os usos do conceito de gênero Joan Scott (1995) enfatiza o seu uso pela procura por legitimidade acadêmica pelas feministas por volta de 1980 e o seu uso como substituto de mulher. De acordo com a autora,

O termo “gênero”, além de um substituto para o termo “mulheres”, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo (SCOTT, 1995, p. 75).

A autora elenca outro uso desse conceito em que é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, ou seja, refere-se ao caráter construído histórico e socialmente das relações sociais. Entretanto, algumas das vertentes feministas continuam operando com o pressuposto de que o social e a cultura agem sobre uma base biológica universal que os antecede (MEYER, 2003). Isso quer dizer que essas vertentes atuam com o entendimento de que existe uma base biológica (corpo) universal, inquestionável e fixa, em que a cultura e o social agem de acordo com esta. Nessa direção, deixam de questionar o entendimento dessa base como construída em meio a relações de poder.

Judith Butler vem questionando essa base biológica, considera-a como construção, desestabiliza-nos ao problematizar o conceito de gênero em seu livro *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. De acordo com a autora,

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revelasse absolutamente nenhuma (BUTLER, 2003, p. 25).

Nessa perspectiva, o sexo é “uma categoria tomada em seu gênero” (BUTLER, 2003, p. 25). Não faria sentido conceber o gênero como uma inscrição cultural em um sexo previamente dado. Por esse viés, a autora desconstrói a dicotomia entre sexo/gênero em que o primeiro é considerado como natural e o segundo como cultural, designando, então, ambos como construídos social e historicamente.

Para Linda Nicholson (2000) dois sentidos vêm envolvendo o conceito de gênero: o primeiro está relacionado a oposição a sexo em que gênero é considerado construído culturalmente e o segundo para designar qualquer construção social que envolve a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separa os corpos masculinos e femininos. Apesar de o segundo sentido que envolve o conceito de gênero ter predominado no discurso feminista, o primeiro sentido como oposição a sexo ainda permanece nos estudos.

Nicholson apresenta-nos a relação entre biologia e socialização a partir da noção de “porta-casacos” em que o corpo é entendido como um cabide em que são jogados diferentes artefatos culturais, relacionados principalmente a personalidade e o comportamento. Esta noção, a autora rotula de “fundacionalismo biológico” que possui diferenças e semelhanças com o determinismo biológico, mas não se equivale por possuir algum elemento do construcionismo social. Essas noções para a autora apresentam-se como obstáculos a compreensão das diferenças entre mulheres, entre homens e diferenças entre quem pode ser considerado homem ou mulher.

Com isso a autora defende que o feminismo precisa abandonar tanto o determinismo biológico como o fundacionalismo biológico, pois as diferenças não se encerram entre homens e mulheres. Mas, a própria população se difere, não apenas nas expectativas sociais de pensar, sentir e agir como também nas diferenças de entender o corpo e as variações na distinção masculino/feminino.

Com tais pressupostos, problematizo as relações de gênero, procurando me afastar das correntes que se ancoram no fundacionalismo biológico ou no determinismo biológico.

Busco considerar que o gênero difere não apenas entre masculino e feminino, mas entre culturas; grupos sociais com suas intersecções entre raça e etnia, classe, sexualidade etc.

A partir da abordagem pós-estruturalista, o conceito de gênero é entendido como um construto social e linguístico, produto e efeito de relações de poder. Dagmar Meyer coloca que o conceito de gênero,

privilegia, exatamente, o exame dos processos de construção dessas distinções - biológicas, comportamentais ou psíquicas - percebidas entre homens e mulheres; por isso, eles nos afasta de abordagens que tendem a focalizar apenas papéis e funções de mulheres e homens para aproximar-nos de abordagens muito mais amplas, que nos levam a considerar que as próprias instituições, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis e políticas de uma sociedade são construídas e atravessadas por representações e pressupostos de feminino e de masculino (MEYER, 2003, p. 16).

Assim, assumo, neste estudo, o conceito de gênero como categoria de análise a partir das contribuições da vertente pós-estruturalista, entendendo para além dos atributos entre homens e mulheres na sociedade, mas, sim, como inscrito nas instituições, normas, leis que carregam representações e conceitos de feminino e masculino construídos ao longo de nossa história e cultura. A partir desse conceito passo a focar meu olhar na inserção e participação das mulheres na política.

Com isso, apresento a seguir alguns estudos que discorrem sobre a participação das mulheres na política atual.

### 3.2 MULHERES E POLÍTICA: GARIMPANDO ALGUNS ESTUDOS

*“É preciso levar à prática os direitos alcançados pela legislação”.*

(AVELAR, 2002, p. 40)

Desde as lutas dos movimentos de mulheres e feministas tivemos importantes conquistas, as quais podem notar pela crescente participação das mulheres em espaços que, por muito tempo, eram proibidas de frequentar e também de trabalhar. Nesse contexto, as mulheres “migraram” da esfera privada para a esfera pública, isto é, atualmente as mulheres não ficam restritas exclusivamente aos afazeres do lar, do marido e dos/as filhos/as. Elas estudam, transitam e trabalham no comércio, na indústria, na saúde, na educação, na construção civil, na política, entre outros.

Entretanto, Lúcia Avelar (2002) provoca-nos a pensar no mito da igualdade universal no direito a cidadania, que, segundo a autora, precisamos levar para a prática os direitos que alcançamos na legislação, pois, ainda parecemos de direitos iguais para todos e todas. Segundo Carvalho (2009, p. 11), “[...] há quem pense que não existe mais discriminação, subordinação ou opressão das mulheres, graças à atual visibilidade das mulheres nas escolas e no mercado de trabalho, fato que mascara continuidades na divisão iniqua de sexo/gênero do conhecimento e do trabalho”.

Nesse sentido, apesar da visibilidade e direitos sociais, civis e políticos conquistados ainda existem e propagam-se as desigualdades e discriminações por gênero e raça em nosso País. De acordo com os dados estatísticos do Instituto Observatório Social (OBSERVATÓRIO, 2011), as mulheres trabalham mais que os homens, têm salários inferiores aos dos homens, possuem maior escolaridade e ainda perdem emprego mais facilmente que os homens. Além disso, a desigualdade acentua-se entre mulheres brancas e negras. Evidencia-se que o acesso aos espaços públicos não garante a equidade de gênero, tampouco, as conquistas asseguradas pela legislação.

Atualmente, as mulheres vêm lutando para além da política participativa, a qual vem se desenvolvendo nos movimentos sociais e feministas para se inserirem em outras formas de políticas, como a representativa no poder legislativo e executivo, e a política partidária, que se referênciam nos partidos políticos. Essas formas de participação estão relacionadas com a dimensão da democracia participativa e representativa. Para Almira Rodrigues (2013b) a democracia participativa se expressa na ação de cada cidadã e cidadão na sociedade com suas opiniões, posicionamentos e reivindicações individuais ou coletivamente a partir da concepção de direito. Ela se desenvolve pelas eleições e indicações dos/as cidadãos/ãs para representação política em cargos e funções.

A política partidária, de acordo com a autora, consiste em um meio exclusivo para o acesso à política representativa estatal, esta que tem a possibilidade de criar leis e políticas públicas em que há menor número de mulheres (deputadas, senadoras). De acordo com Lúcia Avelar,

a representação feminina, embora tenha aumentado, continua encontrando obstáculos de natureza sexista e corporativa no interior dos partidos. Este fato tem impedido que um número maior de mulheres esteja presente nas organizações partidárias, embora as mesmas tenham aumentado sua base política, pela participação nos movimentos sociais urbanos e na ação política direta (AVELAR, 1989, p. 86).

Alguns estudos<sup>8</sup> vêm sendo realizados sobre a representação das mulheres na política partidária demonstrando a dificuldade de no Brasil as mulheres ocuparem os espaços públicos. Estas possuem 12, 52% nas candidaturas dos legislativos municipais, por exemplo, como podemos ver na tabela abaixo:

BRASIL NAS ELEIÇÕES DE 2010:

Poder legislativo	
Vereadoras	6.508 (12, 52%)
Vereadores	45.457 (87,48%)

Figura 1: Tabela com o número de homens e mulheres eleitos/as para vereadores/as em 2010.  
Fonte: MULHER, 2011.

Essa inserção torna-se mais difícil se a compararmos com a política representativa em outras esferas: são 8,2% de deputadas no Brasil e 12% de senadoras. Pesquisas, como a de Mary Ferreira (2004; 2011) e Clara Araújo (2010), vem mostrando a difícil inserção das mulheres na política partidária em que um dos motivos é a herança dicotômica, segundo a qual aos homens cabia o espaço público e às mulheres o privado, ou seja, a casa. Essas pesquisas trazem uma comparação do Brasil com países como Portugal e Argentina.

Mary Ferreira (2011) contribui para pensar sobre a participação das mulheres na política a partir de dados comparativos entre Brasil e Portugal, com o objetivo de analisar os fatores que incidiram no aumento da presença das mulheres na política em Portugal, a fim de trazer para a realidade do Brasil e pensar o que possibilitou esse aumento em Portugal e como o Brasil vem se desenvolvendo frente às mudanças que ocorreram nesse âmbito, como, por exemplo, a eleição da primeira mulher presidenta Dilma Rousseff<sup>9</sup>.

A autora mostra-nos que não houve alteração substancial na presença de mulheres em cargos dos legislativos no Brasil, apesar das transformações que ocorreram no País como a lei das cotas e a eleição da primeira presidenta. No que podemos pensar para oportunizar esse aumento? A autora, ao trazer dados sobre Portugal, ajuda-nos a refletir a respeito dessa questão, mostrando-nos outras possibilidades que esse país encontrou para que as mulheres pudessem exercer a sua cidadania, mesmo que de forma tardia. Alguns fatores, de acordo com

<sup>8</sup> Estudos pesquisados em sites de busca como Scielo Brasil; Portal de Periódicos da Capes, Google Acadêmico que serão apresentados ao longo da dissertação.

<sup>9</sup> A partir da lei nº 12.605 de abril de 2012, a presidenta Dilma Rousseff instituiu a flexão de gênero para diferentes áreas, inclusive em diplomas universitários. Por isso, utilizamos presidenta neste estudo.

a autora, contribuíram para o aumento do número de mulheres no Parlamento Português, este que reflete a gestão do Partido Socialista Português (PS). O qual alterou em grande parte as regras eleitorais, o que oportunizou a conquista de 27% das cadeiras do Parlamento Português. Alguns partidos (PS e BE) implementaram o debate sobre a paridade, com a imposição do limite no número de mandatos sucessivos dos parlamentares no mesmo cargo e com propostas como a redefinição de horários, o que permite às mulheres conciliarem a vida profissional com a familiar.

Clara Araújo (2010), em seu artigo, “Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina”, analisa trajetórias individuais de deputadas e deputados, ao trazer alguns resultados da pesquisa “Dez anos de cotas no Brasil- avaliando a eficácia do caminho curto para o acesso das mulheres no legislativo”. A autora questiona a relação entre o sistema partidário, o eleitoral e a forma de recrutamento. Uma das questões importantes trazidas pela autora são os sistemas de lista aberta que se referencia ao não financiamento público de campanha, no caso do Brasil, e o sistema de lista fechada, no caso da Argentina. Essa última fornece melhores condições para a efetivação das cotas, segundo a autora, pois esse sistema evita a disputa intrapartidária. Na Argentina, com a lista fechada as mulheres conseguiram a cota e, em seguida, a obrigatoriedade de um ordenamento de lista: para cada três candidatos homens, uma mulher.

A autora contribuiu com outras questões quanto ao perfil, incluindo a conjugalidade, em que uma parte significativa das mulheres não são casadas, enquanto todos os homens o são. Inclui ainda, a escolaridade em que todos entrevistados tinham nível superior. Ela nos provoca a pensar nos meios de inserção relacionados aos graus de parentesco na política presentes mais entre as mulheres, sendo que na Argentina essa proporção seria menor. São algumas questões, dentre outras, que Araújo (2010) faz-nos refletir, contribuindo para os estudos sobre gênero e política em nosso País.

No Rio Grande do sul, foram encontrados alguns estudos recentes com essas temáticas, nos quais, pesquisadores e pesquisadoras das áreas das ciências sociais e política vêm discutindo a participação das mulheres na política partidária e representativa. Andréa Orsato (2013) em sua pesquisa de tese em ciência política discutiu a presença feminina na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no período de 1951-2011. A partir de sua análise constatou que o período de 60 anos apontou crescente presença feminina na Assembleia legislativa, entretanto, a realidade do século XXI ainda persiste de sub-representação. Apesar disso, destaca a autora, que a participação das mulheres na Assembleia



Legislativa está avançando no sentido da qualificação da presença das mulheres como um grupo social.

Em uma pesquisa de dissertação Carine Leal (2010), com base na pergunta: quem faz a política no município? problematizou o perfil social e político dos vereadores do Rio Grande do Sul no período de 2004-2008. Traçando diferenças entre os vereadores dos partidos com melhor desempenho no Estado como PMDB, PP, PT, PDT, PTB em municípios de diferentes portes. Ela destaca que apensar do porte da cidade ter maior interferência no perfil social e político dos vereadores as diferenças partidárias também são notáveis evidenciando que os partidos na política local interferem nesse perfil.

Isabel Fonseca (2012), em sua dissertação de mestrado em ciências sociais, debruçou-se sobre a representação da mulher na câmara dos deputados a partir das trajetórias, atuação política e reeleição das parlamentares gaúchas (Maria do Rosário, Luciana Genro, Manuela D'ávila, Emília Fernandes) no período de 2007 a 2011. Ela aponta que a presença das mulheres gaúchas no parlamento da câmara de deputados tem sido importante para a política institucional. Também destaca que aos poucos os trabalhos e ideias das deputadas estão ganhando força. Além disso, a participação das mulheres nas comissões e as proposições de sua autoria em diferentes áreas temáticas tem possibilitado maior visibilidade contribuindo para que mais mulheres alcancem o poder político.

Célia Pinto e Maria Mortiz (2009) apontam em sua pesquisa sobre a tímida presença da mulher na política brasileira a partir das eleições municipais em Porto Alegre (2008) evidenciando a baixa participação desde 1972 em que a primeira vereadora foi eleita Dercy Furtado, atualmente as mulheres não ultrapassam os 20% das vagas no legislativo porto alegrense. Entretanto, a última legislatura apresentou o maior índice de representatividade feminina no legislativo com sete vereadoras em um total de 36 vagas.

Verificamos com base nos estudos, que as mulheres têm boa participação na esfera da política participativa, presente nos movimentos de mulheres e feministas, mas pouca participação na esfera da política partidária e representativa, sobre o qual podemos refletir, a especificidade dessa esfera política. Segundo Pierre Bourdieu (2011), esta se constitui para além de meramente um espaço institucional. Relações, práticas, processos, propriedades que se encontram no mundo global se revertem de forma particular no que o autor denomina de campo político. Considerando-o como autônomo, isso quer dizer que

tem sua própria lei, seu próprio *nomos*, que tem em si próprio o princípio e a regra de seu funcionamento. E um universo no qual operam critérios de avaliação que lhe são próprios e que não teriam validade no microcosmo vizinho. Um universo que obedece a suas próprias leis, que são diferentes das leis do mundo social ordinário.

Quem quer que entre para a política, assim como alguém que ingresse em uma religião, deve operar uma transformação, uma conversão (BOURDIEU, 2001, p.195).

Assim, para compreender a baixa representatividade das mulheres nessa esfera ou campo específico, faz-se necessário atentar para o que acontece no campo político. Que discursos e práticas são instituídos? Eles oportunizam a participação feminina?

Os estudos vêm também demonstrando que a presença das mulheres na política partidária e representativa no Rio Grande do Sul não difere muito do cenário nacional. Apesar de haver um crescimento na participação delas nesta esfera pública, principalmente, a partir de algumas conquistas como a lei de cotas ainda as mulheres possuem baixa representação política. Nesse sentido, cabe questionarmos como a lei de cotas partidárias tem possibilitado a inserção das mulheres no campo político da política partidária?

### 3.3 A LEI DE COTAS NA POLÍTICA PARTIDÁRIA

No Brasil, para alavancar a participação das mulheres na esfera político- partidária e para diminuir a sua sub- representação, o Governo Federal lançou a lei das cotas, uma iniciativa da deputada Marta Suplicy (PT- SP) em que, inicialmente, os partidos deveriam reservar 20% das vagas para mulheres candidatas. Entretanto, devido as discussões dos movimentos sociais de mulheres e feministas, essa lei foi reformulada e aprovada pelo Congresso Nacional. Trata-se da lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, determinando a cada partido ou coligação a reserva de, no mínimo, 30% e de no máximo, 70% para candidaturas de cada sexo, o que nos evidencia um processo de implantação recente no Brasil e de luta histórica conquistada pelas mulheres.

A política das cotas, de acordo com Mirian Grossi e Sônia Miguel (2001, p. 169), estão inseridas no contexto mais amplo das ações afirmativas, que “num primeiro momento são medidas compensatórias que possibilitam que mais mulheres ocupem espaços. Num segundo, são medidas distributivas que buscam assegurar a igualdade entre homens e mulheres”.

A participação feminina ativa na política partidária ainda é muito recente. As mulheres, muitas vezes, apenas preenchem as vagas da lei das cotas. Elas são minoria no Legislativo, no Executivo e no Judiciário, mesmo que sejam reservadas 30% das vagas em candidaturas às mulheres.

Na reportagem de Rosanne D'Agostino<sup>10</sup>, podemos notar o aumento da participação de mulheres candidatas ao cargo de vereadoras das eleições de 2008, que correspondiam a 21,3% e para as de 2012 que correspondem a 31,8%. Entretanto, apesar desse aumento na participação nas eleições, isso não garante que elas sejam eleitas. Também observamos que 10,8% das coligações descumpriram a lei. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), essas coligações correm o risco de terem as suas listas rejeitadas pelo desrespeito à cota obrigatória. Porém, conforme a reportagem, os processos são julgados caso a caso, dependendo do posicionamento de cada Justiça Eleitoral nos municípios e estados.

No gráfico abaixo notamos que desde 1992 o percentual de vereadoras eleitas não modificou significativamente nas câmaras municipais do Brasil.

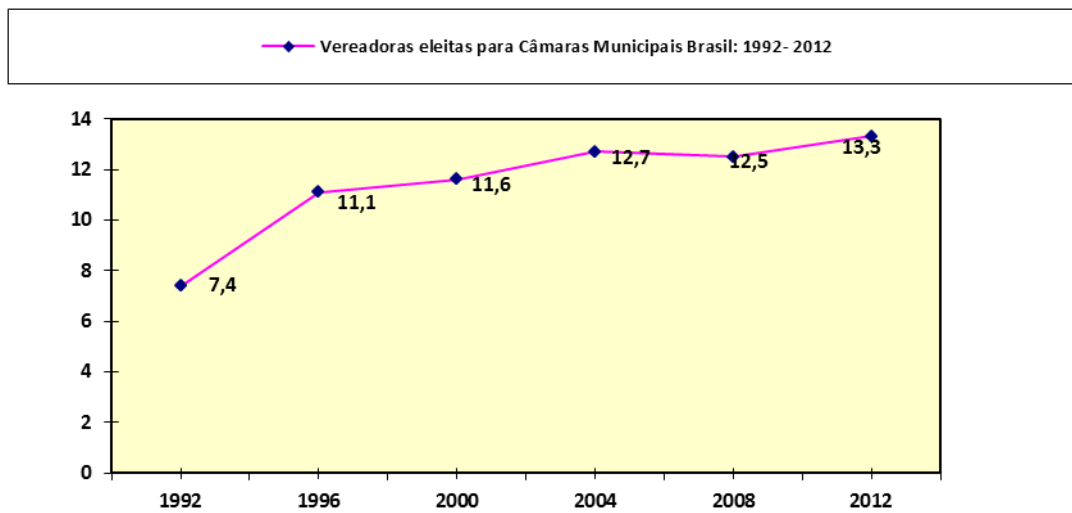


Figura 2: Gráfico de vereadoras eleitas para câmaras municipais Brasil 1992-2012.  
Fonte: Autoria própria a partir dos dados da Revista Elas por elas 2013.

Nesse sentido, cabe atentar para o segundo momento dessas medidas compensatórias conforme elenca Mirian Grossi e Sônia Miguel (2001), que asseguram a igualdade entre homens e mulheres na política. Mas que condições estabelecem-se para essa igualdade? Carlos Alberto Torres (2003, p. 87) provoca-nos a pensar ao afirmar que “[...] não pode haver igualdade de oportunidades políticas sem uma igualdade de oportunidades sociais”, o que nos

<sup>10</sup> Candidatas à vereadora aumentam de 21% em 2008 para 31% neste ano. Atualizado em 26/08/2012. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2012/noticia/2012/08/candidatas-vereadora-aumentam-de-21-em-2008-para-31-neste-ano.html>.

leva a questionar: será que as mulheres, a partir da lei das cotas, possuem oportunidades sociais? Não seria esse um eixo para a dificuldade da participação das mesmas na esfera da política partidária?

Não podemos negar as contribuições da lei das cotas por sexo para a problematização da sub-representação das mulheres na política partidária e representativa. Entretanto, é necessário pensar nas implicações dessa lei e em como ela vem se desenvolvendo. As pesquisas relacionadas ao tema, por exemplo, não desconsideram a importância da lei para a inserção das mulheres na política. No entanto, apenas a lei não garante a participação destas, visto que muitos partidos apenas preenchem as cotas, não investem na candidatura, nas propagandas eleitorais, etc.

A relação dos partidos políticos e a participação das mulheres precisam de uma maior atenção, visto que estes ainda se apresentam fechados às mulheres, devido principalmente, à construção do sistema partidário, em que as mulheres foram excluídas por séculos. Clara Araújo (2005) afirma que o entendimento e análise do sistema partidário e o contexto específico dos partidos oportunizará a compreensão da inserção das mulheres nas instâncias legislativas.

Nessa direção, a fim de compreender como as vereadoras vêm se inserindo e participando desse espaço político que apresento a abordagem metodológica, ou seja, os caminhos que foram percorridos para a produção dos dados e as estratégias de análises. Com isso, não tenho a pretensão de prescrever como se faz uma pesquisa na metodologia de investigação narrativa, mas apresentar um modo de fazer e como os caminhos desta pesquisa foram e estão sendo tecidos nesta abordagem metodológica.

## 4 ABORDAGEM METODOLÓGICA: TECENDO CAMINHOS NA PESQUISA

### 4.1 APRESENTANDO A INVESTIGAÇÃO NARRATIVA

Os estudos, que começam a relacionar a investigação narrativa à educação, têm correspondência em meados do século XIX, nas Ciências Sociais, a partir de métodos como História de Vida, Biografia, História de Caso etc. A história da “Psicologia individual” de Polkinghorne, é um exemplo. (1988, p. 101-105 *apud* Connelly; Clandinin, 1995, p. 13). A partir disso essa metodologia tornou-se cada vez mais utilizada nas pesquisas educacionais qualitativas e em outras áreas do conhecimento.

De acordo com Maria Isabel Cunha (1997), esse campo de investigação é utilizado, a princípio, a partir de duas vertentes, tais como: da pesquisa que usa a narrativa e da investigação da narrativa usada no ensino como objeto pedagógico. Nesta pesquisa, utilizaremos a primeira vertente dessa investigação. Para isso, utilizamos as contribuições de Michael Connelly e Jean Clandinin (1995) e de Jorge Larrosa (1996, 2000) sobre essa metodologia.

Segundo Michael Connelly e Jean Clandinin (1995), o estudo da investigação narrativa é a forma como nós seres humanos experimentamos o mundo. Nesse sentido, conforme os autores, a principal razão para o uso da narrativa na investigação educativa “[...] es que los seres humanos somos organismos contadores de historia, organismos que, individual y socialmente, vivimos vidas relatadas.[...]”(CONNELLY; CLANDININ, 1995, p.11). Nessa ideia, seguindo as contribuições dos autores, somos tanto contadores de histórias como personagens da história de outras pessoas e de nossas próprias histórias.

De acordo com Jorge Larrosa (1996, p. 471-472),

a narrativa não é lugar de irrupção da subjetividade, senão a modalidade discursiva que estabelece a posição do sujeito e das regras de sua construção em uma trama. Nesse mesmo sentido, o desenvolvimento da nossa autocompreensão dependerá de nossa participação em redes de comunicação onde se produzem, se interpretam e se mediam histórias. A construção do sentido da história de nossas vidas e de nós mesmos nessa história é, fundamentalmente, um processo interminável de ouvir e ler histórias, de mesclar histórias, de contrapor umas histórias a outras, de viver como seres que interpretam e se interpretam em tanto que estão se constituindo nesse gigantesco e agitado conjunto de histórias que é a cultura.

Nessa direção, o trabalho com as narrativas tem como objetivo, de acordo com Maria Isabel Cunha (1997), fazer com que o sujeito torne-se visível para si mesmo, ou seja, no

contar suas histórias os sujeitos estarão organizando suas ideias e reconstruindo suas experiências. Conforme, Jorge Larrosa (1996), é no gigantesco e agitado conjunto de histórias que vamos nos constituindo e aprendendo o sentido de nossa vida e de nós mesmos.

Cabe ressaltar que o uso dessa metodologia de investigação não foi meramente uma escolha, “Justo porque não é por tal ou qual método se opta, e sim por uma prática de pesquisa que nos “toma”, no sentido de ser para nós significativa” (CORAZZA, 2007, p. 120-121). Assim, o uso de uma determinada metodologia está relacionada com o modo como somos e estamos sendo subjetivados/as, o que está implicado em nossa própria vida. A investigação narrativa está implicada em um modo de pensar e fazer pesquisa, a partir dos/as autores/as que foram me interpelando ao longo desse processo e, passaram, também, a construir a minha história na pesquisa em Educação. Nessa perspectiva, vejo nesta metodologia, a possibilidade de ouvir as histórias dos/as participantes da pesquisa a partir de suas vozes, experiências e trajetórias. De acordo com Michael Connelly e Jean Clandinin (1995, p. 21), esse processo de escutar o que os/as participantes têm a contar sobre suas histórias significa,

[...] decir que al practicante, a quien durante mucho tiempo se le há silenciado em relación de investigación, se le está dando el tiempo y el espacio para que cuente su historia, y para que su historia también gane la autoridad y la calidez que han tenido siempre los relatos de investigación [...].

A investigação narrativa também é utilizada em diferentes áreas do conhecimento das Ciências Sociais como História, Psicologia, Teologia, Antropologia etc. De acordo com Connelly e Clandinin (1995, p. 16), “la narrativa está situada em uma matriz de investigación cualitativa puesto que está basada em la experiencia vivida y em las qualidades de la vida y de la educación”. Por isso, seu uso é apropriado em diferentes campos das Ciências Sociais.

As narrativas, seguindo as contribuições de Cunha (1997) não são descrições da realidade, mas produtoras de conhecimentos que, ao mesmo tempo em que se fazem veículos, constroem condutores. Por esse viés, o uso das narrativas tanto na pesquisa quanto no ensino torna-se importante aliado na produção do conhecimento e das identidades. Segundo os Connelly e Clandinin, a investigação narrativa é tanto o fenômeno que se investiga, quanto o método de investigação. A “‘Narrativa’ es el nombre de essa cualidad que estructura la expericcia que va a ser estudiada, y es también el nombre de los patrones de investigación a ser utilizados para su estudio” (1995, p. 12).

Nessa metodologia, os pesquisadores e as pesquisadoras podem utilizar diferentes estratégias para a produção dos dados narrativos. Estas podem se dar por meio de entrevistas, notas de diários, escritas autobiográficas e biográficas, contar histórias, escritas de cartas, fotografias, histórias de vida, entre outras (CONNELLY; CLANDININ, 1995). Nesse sentido, apresentamos a seguir como os “dados” foram produzidos no âmbito da pesquisa.

## 4.2 CONSTITUINDO OS DADOS NARRATIVOS

### 4.2.1 As entrevistas

Como estratégia para a produção dos dados da pesquisa escolhi, dentre as diferentes estratégias que a investigação narrativa proporciona, as entrevistas semiestruturadas. Entretanto, consideramos a entrevista para além de um instrumento de “coleta” dos dados em que o/a pesquisador/a somente faz as perguntas, e o/a entrevistado/a somente as responde.

Entendo a entrevista, assim como Rosa Maria Hessel Silveira (2007), como uma construção entre entrevistador/a-entrevistado/a, cultural e socialmente situada e, nesse sentido, como uma arena de significados em que entrevistador/a e entrevistado/a estão produzindo outras verdades, histórias, experiências, olhares. Nessa direção, não procuramos “a verdade” nas entrevistas, mas as entendemos como uma construção situada em um tempo, histórica e socialmente, pois, o que nos interessa são os discursos produzidos sobre o assunto abordado. Para Silveira, faz-se necessário olhar para as entrevistas,

como eventos discursivos complexos, forjados não só pela dupla entrevistador/entrevistado, mas também pelas imagens, representações, expectativas que circulam- de parte a parte- no momento e situação de realização das mesmas e, posteriormente, de sua escuta e análise (SILVEIRA, 2007, P. 118).

Nessa perspectiva, os dados narrativos foram produzidos a partir de entrevistas semiestruturadas com 11 vereadoras de cinco municípios da região sul do Rio Grande do Sul, tais como: São José do Norte, Mostardas, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul e Jaguarão. As entrevistas tiveram duração de aproximadamente 25 min a 60 min, sendo filmadas, transcritas e autorizadas pelas vereadoras.

No processo de investigação narrativa, é importante salientar, de acordo com Connelly e Clandinin (1995), que a entrada no campo de investigação é vista como uma questão ética. Respeitando as características dessa metodologia e da pesquisa em Educação, foi elaborado o

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A) para as vereadoras autorizarem a entrevista e os usos destas na pesquisa. Também faz parte do processo de investigação nessa metodologia estabelecer uma relação entre pesquisadores/as e os/as participantes no sentido de igualdade, desconsiderando entendimento no qual os/as participantes eram vistos como meros objetos pelos/as pesquisadores/as.

Nesse sentido, para chegar a essa etapa da pesquisa, de produção dos dados, foram realizados alguns procedimentos: Primeiramente, foi realizado um levantamento com o intuito de elencar as vereadoras que estavam em atuação no ano de início da pesquisa (2012). Tratava-se de vereadoras atuantes nas Câmaras dos municípios já citados. Realizado o levantamento, estabeleceu-se alguns contatos com as vereadoras para a participação destas na pesquisa. Logo, foi enviado para seus endereços de e-mail um convite formal (Anexo B) para a participação na pesquisa. Neste foi explicado o objetivo da pesquisa e informado nossos contatos. Enviado os convites, foi feito o contato pelo telefone, pelo qual as vereadoras dispuseram-se a participar da pesquisa e a realizar a entrevista em data e hora de suas preferências. Em seguida, realizaram-se as entrevistas com todas as vereadoras a partir de um roteiro semiestruturado (Anexo C) e uma ficha com os dados pessoais (Anexo D). Após a produção das entrevistas, estas foram transcritas (Anexo E) e enviadas para as vereadoras juntamente com as instruções e agradecimento (Anexo F), para que se for da sua vontade possam acrescentar ou modificar o que considerarem necessário.

Destacamos em seguida algumas das questões norteadoras que compuseram o roteiro da entrevista com as vereadoras entrevistadas: Como foi a sua trajetória na militância política?; O que levou a se interessar pela política partidária?; Quantos mandatos no Legislativo a senhora já exerceu?; A senhora identifica os motivos que levaram o seu partido à indicação de sua candidatura?; A senhora avalia que os eleitores e as eleitoras levam em consideração o sexo do candidato na hora de votar?; Na opinião da senhora, quais os motivos que levaram os eleitores e as eleitoras a votarem na senhora para vereadora?; Como a senhora percebe, atualmente, as relações entre homens e mulheres na política partidária?; Como a senhora avalia a atuação das mulheres nos espaços políticos?; Como a senhora avalia a política de cotas para mulheres?; Qual o foco de atuação de seu(s) mandato(s)?; Quais as dimensões que as políticas de educação assumem em seu mandato?; A senhora pode descrever os projetos de leis, sugestões ou indicações apresentados em seu mandato?



#### 4.2.2 As notas de diário

Segundo Connelly e Clandinin (1995), outra estratégia para a produção dos dados na investigação narrativa são as notas de diários. Outros autores como Graham Gibbs também destacam as potencialidades das notas ou diário na pesquisa:

Muitos pesquisadores mantêm um diário ou caderno de notas no qual registra, ideias, discussões com colegas, noções sobre o próprio processo de pesquisa e qualquer outra informação pertinente ao processo como um todo e à análise de dados. Essa é uma boa ideia para qualquer pesquisador em qualquer etapa do caminho (GIBBS, 2009, P. 45).

A partir desses autores traço brevemente algumas notas de meu diário de entrevista. Justifico a escolha por apresentá-las nesta dissertação por considerá-las importantes fontes para situar o/a leitor/a sobre como foram produzidas as entrevistas; como podem auxiliar nas transcrições e contemplação das informações para as análises das narrativas. Assim, nas notas, narro as dificuldades, percepções, desafios e possibilidades que foram encontradas antes, durante e depois das entrevistas. Por esse viés, apresento algumas notas significativas no processo de produção dos dados.

Um dos motivos que me levaram à escolha de realizar essa pesquisa com as vereadoras foi a possibilidade de ouvir o que elas teriam a dizer sobre as questões de educação, gênero e política. Considerando que as mulheres, por muito tempo, foram silenciadas e afastadas desse espaço político. Neste sentido, trago uma nota que ilustra o que uma entrevista fez-me pensar sobre a importância de ouvi-las: *A entrevista com a vereadora foi muito produtiva. Eu vi nela a necessidade de se fazer ouvida, de narrar suas angústias, frustrações, conquistas (...)* (Notas de meu diário, 25 de abril de 2012). Ao trazer esse excerto de nota, procuro demonstrar a necessidade que percebi da vereadora de contar a sua história, pois, segundo ela, muito ignorada pelos próprios colegas ao apresentar suas ideias e propostas nas reuniões.

Em outra nota, apresento as peculiaridades dos municípios nas entrevistas. Enquanto em um município apenas estavam presentes a pesquisadora e a entrevistada, em outro havia outras pessoas: (...) *Uma característica interessante das de Mostardas (Vereadoras) foi a presença de “Terceiros” na entrevista, seja de um/a outro/a vereador/a ou um/a assessor/a. Em todas as três houve alguém acompanhando diferente de Santa Vitória do Palmar* (Notas de meu diário, 9 de abril de 2012). Observei que essa situação peculiar interfere na narrativa das vereadoras, pois estas, a partir de olhares ou mesmo palavras, dirigem-se a essas pessoas.

Entretanto, não considero ser algo bom ou ruim, mas um elemento implicado nas narrativas dessas vereadoras.

Outra questão significativa e registrada no diário foi a interpelação do tempo e do espaço no planejamento e execução das entrevistas. A nota que segue pode ilustrar esse entendimento: *No dia 24 de abril de 2012, fui realizar as entrevistas da pesquisa com as vereadoras do município de São Lourenço do Sul. Neste dia nublado, procurei entrevistar as três vereadoras, foi quase uma missão impossível. Justamente nesse dia as vereadoras estavam com a agenda lotada de reuniões extraordinárias. Entretanto, fui tentando nas brechas que tinham, entrevistar.* Com essa nota, fica evidente as especificidades do tempo e do espaço da política partidária, pois, mesmo que as entrevistas tenham sido marcadas com antecedência as reuniões extraordinárias acontecem. Tivemos, então, que nos adaptar para desenvolver a pesquisa.

Em uma entrevista, no decorrer da narrativa da vereadora, duas questões foram destacadas por ela a partir de como a comunidade a identificava: *LARISSA é a vereadora mais jovem que participa da pesquisa e tem um entendimento político e social muito grande. É interessante pensar na sua relação com as demais pessoas do município, a visão que eles têm sobre ela por ser jovem, o estímulo a mudança, e por ser mulher faria uma política diferente, mais justa* (Notas de diário, 25 de abril de 2012). Nessa nota, podemos identificar a visão da comunidade em relação a vereadora. Uma mulher jovem e, com isso, associam-na as mudanças políticas e atitudes mais justas como vereadora. Isso está relacionado com as representações de mulher e de homem em nossa sociedade, em que as mulheres são atribuídas atitudes como sensibilidade, justiça, amorosidade e mudança.

A seguir, apresento as vereadoras participantes da pesquisa.

#### 4.3 APRESENTANDO AS PARTICIPANTES DA PESQUISA

As participantes que colaboraram e estão ajudando a construir essa pesquisa são mulheres que trabalham na política partidária no período 2009-2012 das câmaras municipais dos municípios de São José do Norte, Mostardas, Santa Vitoria do Palmar, São Lourenço do Sul e Jaguarão. São filiadas a diferentes partidos como: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Progressista (PP), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Possuem escolaridade de Ensino Médio a superior e, além do trabalho na política, possuem diferentes

profissões, como professoras, médicas, assistentes sociais etc, e estão na faixa etária de 29 a 69 anos de idade.

Quanto à conjugalidade, das onze (11) entrevistadas, seis (6) estão casadas, duas (2) são viúvas, uma (1) está em união estável, uma (1) está solteira e uma (1) é divorciada. Todas têm filhos/as. No sentido de preservar a identidade das participantes, elegemos alguns codinomes: Sofia; Clarice; Eva; Tarsila; Berenice; Valentina; Júlia; Paola; Vanessa; Lígia e Larissa. Os codinomes foram escolhidos pela pesquisadora a pedido das participantes.

A seguir apresentamos uma breve narrativa do que aprendemos em suas entrevistas.

**Sofia** começou a se interessar por atividades partidárias, participando de seminários e reuniões por volta dos anos de 1990, época em que se filiou ao seu partido. Envolvia-se em campanhas porque, segundo ela, sempre gostou de participar ativamente, ajudando os candidatos do partido que chegavam ao seu município como governadores ou deputados. No ano de 2004, o candidato a prefeito de seu município foi eleito e em 2005 Sofia assumiu a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. No entanto, Sofia não pensava em candidatura, pois, de acordo com ela, tinha uma profissão e a adorava, mas em 2008, foi convidada para a candidatura à vereadora pelo seu partido, em razão de ter uma boa relação com a população a partir de seu trabalho na secretaria. Mais tarde, Sofia aceita a candidatura para ajudar o prefeito na reeleição e chega a Câmara Municipal de Vereadores em 2009. Ela sempre teve o apoio de sua família nessa caminhada. Ao chegar à Câmara Sofia teve como foco de seu mandato a educação.

**Clarice**, ao se inserir em sindicatos, começou mais fortemente seu exercício político lutando por melhores salários e por reconhecimento em sua carreira, participando em diferentes comunidades do município. Segundo ela, sempre gostou de participar da vida das pessoas, interagir com as famílias e valorizar muito a mulher agricultora. Por querer lutar pela diminuição das desigualdades em seu município, filiou-se ao seu partido e percebeu a política como uma ferramenta para diminuir as desigualdades e ajudar as pessoas. Essa foi sua primeira candidatura e eleição, recebendo apoio de sua família. Ao adentrar a Câmara Municipal, Clarice teve como foco de seu mandato a saúde.

**Eva** foi incentivada a se inserir na política a partir da participação de seus familiares, vindo a filiar-se ao seu partido em 1996. Em 2000, impulsionada por seu filho, concorreu à sua primeira eleição e foi eleita. Segundo ela, não saiu mais da política. Candidatou-se novamente em 2004, mas ficou de suplente. Em 2008, Eva disputou novamente e ganhou as eleições. Para ela, é muito difícil sair da política, pois os seus/suas eleitores/as a querem pelo

seu trabalho. Eva teve o incentivo de sua família nessa trajetória. E, em todos os seus mandatos, ela teve como foco de atuação a saúde.

**Tarsila** sempre esteve engajada com movimentação política, pois seu pai era político. Por esse viés, sempre teve apoio de sua família. Quando criança, Tarsila pegava panfletos à noite e coloca por debaixo da porta das casas vizinhas. Na escola, esteve envolvida em grêmios estudantis e entrou para a faculdade também participando de movimentos. Casou-se e, ao retornar para o município, foi convidada juntamente com seu marido para criar o programa de seu partido.

Nesse partido, seu marido foi prefeito e, após desentendimentos partidários, Tarsila mudou de partido, filiando-se ao seu partido atual, no qual foi convidada à candidatura, no período de implementação de cotas na política. Seu interesse pela política partidária deu-se, principalmente, pelas questões vivenciadas por Tarsila no período da ditadura de repressão. Foi com intuito de participação e de liberdade de expressão que Tarsila procurou na política uma sociedade mais participativa e interativa. Em seu mandato na Câmara Municipal, Tarsila teve como foco a valorização do servidor público.

**Berenice** não gostava de política, mas, como seu marido participava, foi envolvendo-se aos poucos. Ela foi convidada pelo seu partido para trabalhar como membro da ala feminina. Entretanto, não aceitou, pois acredita que as mulheres devem fazer parte das decisões juntamente com os homens, sem separações. No ano de 2009, teve sua primeira eleição e mandato. Acredita que a sua inserção, assim como as das demais mulheres, atualmente, dá-se, principalmente, em razão da legislação. O foco de seu mandato deteve-se na saúde e em questões interna da Câmara.

**Valentina** começou a fazer política nos sindicatos, pela qualidade na educação. Em aproximadamente 1986, identificou-se com o seu atual partido. Foi convidada em 2004 para ser secretária de Educação do seu município. Em 2008, aceitou o convite do partido para concorrer ao cargo de vereadora, em razão do trabalho que vinha realizando na secretária. Foi eleita. Em seu mandato presidiu a Câmara de Vereadores, tendo o apoio de sua família. O foco de seu mandato esteve voltado para a educação.

**Júlia** sempre esteve envolvida com a política, pois, desde a infância, seus pais já eram políticos. Ela não gostava muito porque seus pais não podiam dar a atenção ao que ela gostaria. Com o seu casamento, a relação de Júlia com a política tornou-se ainda mais forte, pois a família de seu marido também era envolvida. Ela era filiada ao seu partido, mas não pensava em concorrer. Em 2008, foi convidada pelo seu partido à candidatura, para ajudá-lo Júlia aceitou, pois havia poucas mulheres para concorrer. Essa foi sua primeira eleição e

mandato. Ela sempre teve apoio de sua família para continuar na política. Ao assumir como vereadora teve como foco de seu mandato as demandas da comunidade e a fiscalização do poder Executivo.

**Paola** começou seu envolvimento com a política em 1992, época em que seu marido participava e concorria a cargos políticos. Segundo ela, foi convidada por faltar mulheres para candidaturas. Na intenção de ajudar seu partido, aceitou o desafio, já que seu marido não concorreria mais. Havia sido sua primeira candidatura, pela qual se elegeu. Paola disputou mais duas eleições e em 2008 foi novamente eleita. Paola gosta da política, de trabalhar com as pessoas e sempre convida e incentiva as mulheres a concorrerem. Como vereadora Paola teve como foco de seu mandato a saúde.

**Vanessa** pensou que jamais entraria para a política. Seu pai, segundo ela, era fanático por política. Ela trabalhava na comunidade, até que o prefeito chamou-a para se filiar ao seu partido. Vanessa negou na hora, mas o prefeito pediu que ela pensasse. Ela filiou-se e participou pela primeira vez das eleições, mas não foi eleita. Segundo ela, trabalhou mais para outros do que para si mesmo, pois achava que nunca iria se eleger. E nas últimas eleições arriscou-se e foi eleita. Vanessa não teve muito apoio, na época, de sua família. Ela estava casada e seu marido não queria que ela concorresse, mesmo assim ela encarou o desafio. Ao se eleger o foco de seu mandato foi a saúde.

**Ligia** foi convidada a concorrer às eleições em 1996. Seu marido dizia que ela não era política. Mesmo assim, Ligia concorreu às eleições e foi eleita. Sempre trabalhou com a comunidade. Quando eleita, não mudou sua característica. Ela teve apoio de sua família, e de seu marido, para continuar seu trabalho na política. Ligia assim que assumiu como vereadora, focou seus mandatos, que desde sua primeira eleição exerceu três, para a área social na comunidade.

**Larissa** esteve envolvida com o movimento estudantil de 2001 a 2004. Sempre participava, na escola, do grêmio estudantil; e na faculdade, do diretório acadêmico. Em 2008, concorreu à eleição e elegeu-se. Teve apoio de sua família; sua campanha, inclusive foi feita por familiares e amigos. Foi seu primeiro mandato e foi presidente da Câmara de Vereadores de seu município. Iniciou militando em favor de políticas da juventude, cultura e educação. No entanto, ao longo de seu mandato, a partir das demandas da comunidade, redimensionou seu foco a favor das questões da mulher no município. Larissa deseja que entrem mais mulheres para a política e teme não haver representantes nas próximas eleições.

A seguir, apresento as Câmaras de Vereadores em que as participantes atuaram.

#### 4.4 CONTEXTUALIZANDO AS CÂMARAS DE VEREADORES

O poder Legislativo municipal é composto por duas funções: legislar – presente nas câmaras municipais; e a executiva – presente na prefeitura. A função executiva referenciada na prefeitura é de competência do/a prefeito/a e de seus/suas auxiliares. São estes/estas que possuem a maior parte do poder local (COSTA, 1998). Nesse sentido, nas câmaras municipais, os/as vereadores/as, como representantes do povo na esfera municipal, têm a função, além de fiscalizar o Executivo, de aprovar leis e propor ações para o município, a partir de suas demandas ao Executivo que serão acatadas ou não. Além dessas atividades, os/as vereadores/as podem oferecer sugestões, como projeto de lei<sup>11</sup>, requerimento<sup>12</sup> e indicações<sup>13</sup>.

Neste item, não tenho a pretensão de apresentar a história das câmaras de vereadores do estado do Rio Grande do Sul, mas para compreender esse espaço do poder legislativo em que as participantes atuaram em seus mandatos, apresento, uma breve caracterização dessas câmaras em que foram realizadas as entrevistas. Essa caracterização pode variar, de acordo com as informações que foram disponibilizadas pelas Câmaras em suas páginas oficiais da internet.

##### 4.4.1 Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Sul<sup>14</sup>

Já se passaram 60 anos desde a primeira legislatura na Câmara Municipal de São Lourenço do Sul/ RS. Sua história inicia-se com no ano de 1832, quando um grupo de moradores votou na primeira eleição para vereadores no município. Em 1999, a câmara adquiriu prédio próprio, e desde então, pôde ter um espaço para receber as reivindicações da população. Nesse espaço, são realizadas sessões ordinárias e solenes, reuniões de comissões e audiências públicas.

A Câmara possui cinco comissões que recebem e encaminham as demandas da comunidade: a Comissão de orçamento, Finanças e Infra- Estrutura Urbana e Rural (COFIUR); a Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Bem-Estar Social (CCJERBES );

<sup>11</sup> Trata-se de um projeto que, quanto aceito, torna-se uma lei municipal.

<sup>12</sup> Ocorre quando o/a vereador/a presta uma homenagem ou solicita informações ao Executivo por atos por ele praticados.

<sup>13</sup> São sugestões dos/as vereadores/as para o prefeito sobre problemas locais.

<sup>14</sup> Informações retiradas do site oficial da câmara de Vereadores de São Lourenço do Sul. Disponível em: <http://www.camaraolourencodosul.rs.gov.br/index.asp>, acessado em 24/06/2013.

a Comissão Especial de Parcelamento do Solo Urbano; Comissão Especial de Segurança Pública e a Comissão Representativa.

No período de entrevistas com as vereadoras, essa casa legislativa contava com nove (9) parlamentares; destes (6) seis homens e (3) três mulheres. Atualmente, a Câmara possui (12) doze parlamentares: (9) nove homens e (3) três mulheres. Das três mulheres que eram vereadoras, duas reelegeram-se.

Ao transitar pela galeria de homenagens notamos que desde o ano de 1969 as mulheres começaram a ocupar esse espaço, ou seja, a partir da sexta legislatura. A primeira vereadora foi Arita Gilda Hubner (PMDB) (1969- 1972/ARENA); em seguida, temos: Elisabeth Martins Wetzel (PMDB) (1983- 1988); Sirlei dos Santos Saalfeld (PDT) (1997- 2000); Neide Maria de Souza de Freitas (PT) (2001- 2004; 2009- 2012- 2013- 2016); Leonilda Gehrke Waskow (PP) (2001- 2004); Márcia Eliza Lucas Ferreira (PT) (2009- 2012; 2013- 2016); Carmem Rosane Moraes Roveré (PSB) (1993- 1996/ PDT; 1997- 2000/ PPB; 2001- 2004/ PP; 2005- 2008/ PP; 2013- 2016/ PSB); Anete Peglow da Silveira (PT) (2009- 2012). Na galeria de ex-presidentes, temos desde a 4º legislatura registrada de 1960 trinta e um (31) homens e uma (1) mulher: Carmem Rosane Moraes Roveré (11º legislatura (PDT); 12º legislatura (PPB); 13º legislatura (PP); 14º legislatura (PP); 16º legislatura (PSB)).

#### **4.4.2 Câmara Municipal de Vereadores de Santa Vitória do Palmar<sup>15</sup>**

Situada na rua sete de setembro, 1901, a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Vitória do Palmar/RS vem desde a legislatura de 1874 atendendo as demandas da população.

A Câmara possui duas comissões: Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e Comissão de Orçamento e Finanças. São realizadas sessões ordinárias e solenes, reuniões de comissões e audiências públicas nessa casa.

Transitando pela relação dos vereadores que já passaram pela câmara, notamos que a partir de 1969 as mulheres começaram a ocupar esse espaço, com Iara Pinto Nunes (1969- 1972; 1973-1976; 1977-1983; 1984-1988; 1989-1992) em seguida temos: Genoveva Arriada (1977-1983; 1984- 988); Ana Maria Dornelles Soares – IN MEMORIAN (1997- 2000); Cecy Soares Corrêa (2005-2008; 2009-2012); Maria Hylma Azambuja Castro (2009-2012; 2013- 2016); Maria del Rosário Torres Obelar (2009-2012).

---

<sup>15</sup> Informações retiradas da página oficial da Câmara de Vereadores de Santa Vitória do Palmar. Disponível em: <http://www.camarasvp.rs.gov.br/>, acesso em 24/06/2013.

Na legislatura de 2009-2012, em que a pesquisa foi realizada com as vereadoras, a Câmara contava com nove (9) vereadores; destes, três (3) eram mulheres. Atualmente, a Câmara conta com treze vereadores: (12) homens e uma (1) mulher.

#### **4.4.3 Câmara Municipal de Vereadores de Mostardas<sup>16</sup>**

A Câmara Municipal de Vereadores de Mostardas/ RS encontra-se situada na rua XV de novembro, 648, calçadão Chico Pedro.

Ela possui quatro (4) comissões que atendem as demandas da população: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Orçamento, Comissão de Saúde e Bem Estar, Comissão de Obras e Saneamento Básico.

No período da legislatura de 2009-2012, a Câmara contava com nove (9) parlamentares; destes, três (3) eram mulheres. Atualmente, a Câmara conta com nove (9) parlamentares, com duas (2) mulheres.

#### **4.4.4 Câmara Municipal de Vereadores de São José do Norte<sup>17</sup>**

A câmara de vereadores de São José do Norte/RS foi criada no ano seguinte da emancipação do município, em 1832. A partir de sua criação, alguns moradores reuniram-se para a eleição da diretoria da câmara. Naquela época, não havia o cargo de prefeito. Está localizada na rua Dr. Álvaro Costa, nº 30, centro.

São José do Norte conta com nove (9) vereadores; destes apenas uma (1) mulher na legislatura de 2009-2012. Atualmente, essa casa legislativa conta com nove (9) vereadores, sendo uma (1) mulher.

#### **4.4.5 Câmara de Municipal de Vereadores de Jaguarão<sup>18</sup>**

Em 22 de maio de 1833, foram empossados os primeiros eleitos na Câmara de Vereadores do município de Jaguarão/RS. Ela funciona, interruptamente, a partir da redemocratização, em 1974. Está localizada na Rua General Osório, nº 535.

<sup>16</sup> Informações retiradas da página oficial da Câmara Municipal de Vereadores de Mostardas. Disponível em: <http://www.camaramostardas.com.br/>, acesso em 24/06/2013.

<sup>17</sup> Informações retiradas da página oficial da Câmara Municipal de São José do Norte. Disponível em: <http://www.camarasjnorte.rs.gov.br/>, acesso em 24/06/2013.

<sup>18</sup> Informações retiradas da página oficial da Câmara Municipal de Jaguarão. Disponível em: <http://www.camarajaguarao.rs.gov.br/>, acesso em 24/06/2013.



A câmara contava na legislatura de 2009-2012 com nove (9) vereadores; destes uma (1) era mulher. Atualmente, ela conta com nove (9) vereadores; entre eles, duas (2) mulheres. Na Câmara, são realizadas sessões solenes, reunião de comissões e audiência pública. As comissões que trabalham em prol do município são: Comissão de Constituição e Justiça Titulares, Comissão de Finanças e Orçamento Titulares, Comissão de Saúde e Educação Titulares e Comissão de Infraestrutura Urbana e Rural Titulares.

A partir dessa breve caracterização do espaço legislativo em que atuam as vereadoras foi possível notar a construção dessas casas a partir dos anos de 1832. Entretanto, também se verifica a recente inserção de mulheres nesses espaços e a disparidade com relação a presença dos homens no cargo de vereador/a, mesmo que em municípios distintos. Atentar para as câmaras municipais significa “olhar” para as narrativas das vereadoras considerando-as inscritas em um contexto histórico de recente inserção e participação, de implementação das cotas partidárias e avanços dos direitos das mulheres.

Nesse sentido, apresento as estratégias utilizadas nesta investigação para a análise das narrativas das vereadoras gaúchas.

#### 4.5 ESTRATÉGIA DE ANÁLISE

Segundo Connelly e Clandinin (1995, p. 23) a investigação narrativa é “uma forma de narrativa empírica em la que los datos empíricos son centrales para el trabajo.” Dentre os dados desenvolvidos ao longo da pesquisa, encontram-se as transcrições das entrevistas.

Por esse viés, aproxima-se o momento de dizer “ya he completado mi recogida de datos y ahora voy a escribir la narración” (CONNELLY; CLANDININ, 1995, p. 31). Para essa escrita, é necessário realizar uma análise minuciosa dos dados produzidos. Para isso, a escrita deve obedecer a alguns critérios que ainda estão em desenvolvimento entre os/as investigadores/as narrativos/as. Segundo os autores citados, cada investigador/a deve buscar e defender os critérios que mais se aplicam a seu trabalho. Nesta direção, não serão incorporados nesse trabalho critérios comumente utilizados em outras investigações de caráter quantitativo, como:

Validade (se as informações são realmente verdadeiras ou precisas e captem corretamente o que está acontecendo), confiabilidade (se os resultados são constantes em repetidas investigações, em diferentes circunstâncias e com diferentes investigadores) e generalização (se são verdadeiros para uma ampla (mas específica) variedade de circunstância além das estudadas em uma determinada pesquisa) (GIBBS, 2009, p. 118).

Em se tratando de uma abordagem qualitativa, utilizarei os critérios possíveis que possibilitam desenvolver uma pesquisa qualitativa com rigor científico e ética como: o consentimento do Termo Livre e Esclarecido para a autorização das entrevistas e dos dados na pesquisa; o anonimato da transcrição das entrevistas a fim de preservar a identidade das participantes; o retorno da pesquisa para as participantes e; a publicação dos resultados para a comunidade científica (GIBBS, 2009).

Para a análise das narrativas desenvolvidas na pesquisa, é necessário compreender a estrutura das narrativas realizando uma leitura cuidadosa dos dados narrativos, neste estudo, das transcrições das entrevistas. De acordo com Gibbs (2009, p. 96), “a análise prática das narrativas envolve a leitura atenta das histórias”. Por isso, é importante ler e reler as transcrições para maior aproximação com as estruturas das narrativas.

Como estratégia de análise nessa leitura, utilizo nesse estudo, às contribuições da análise do discurso do filósofo francês Michel Foucault. Com base nesse autor, que atualmente vem se apresentando com potencialidade nas pesquisas em educação, debruicei-me nas narrativas das vereadoras.

Segundo Silvio Gallo (2008), as pesquisas em educação no Brasil, tiveram um impacto da produção foucaultiana<sup>19</sup>. A partir dos anos de 1980, tivemos o primeiro impacto com o livro *Vigiar e Punir*, focando a questão dos disciplinamentos nas escolas. Nos anos de 1990, destaca o autor, outro impacto com a emergência do “grupo de Porto Alegre” com os professores Alfredo Veiga-Neto e Tomaz Tadeu da Silva. Isso, quer dizer, que nos últimos anos, a produção nas esteiras de Foucault vem crescendo significativamente em nosso país através de livros, artigos, dissertações e teses.

A análise do discurso construída pelo filósofo Michel Foucault perpassa toda a sua obra a partir da preocupação com o sujeito e sua constituição. Nesse sentido, não tenho a pretensão de realizar uma análise do discurso em toda a sua potencialidade. Mas, com Foucault, “olhar” outras formas de fazer e pensar a pesquisa na educação. Com base nessa perspectiva, Fischer (2001, p.107) aponta que “fazer pesquisa em ciências humanas e educação – é se ocupar do visível e do enunciável, do discursivo e do não discursivo, entendendo que ambos estão em plena conexão entre si”.

Mesmo que o filósofo não tenha focado seus estudos na educação, seu pensamento é utilizado de forma transversal na contemporaneidade, como uma caixa de ferramentas, que nos faz problematizar algumas verdades consolidadas e metanarrativas recorrentes na

---

<sup>19</sup> O autor Michel Foucault não aceitou ao longo de sua vida rótulos e denominações. Essa é uma denominação atribuída por pesquisadores e pesquisadoras aos estudos que utilizam da produção de Michel Foucault.

educação. Para Gallo (2008), além de referencial teórico ou aplicação analítica, o que importa é com Foucault, (Re)pensar a educação.

Em seu texto “Foucault revolucionaria a pesquisa em educação?” Rosa Fischer (2012, p. 99) destaca que podemos encontrar neste autor “saudável inspiração para pensar de outra forma os modos pelos quais temos feito escolhas temáticas, teóricas e metodológicas, em nossas investigações (...)”.

Nesse sentido, não se pretende ao trabalhar com Foucault definir um método de pesquisa, mas encontrar outras formas para o que está instituído. Além disso, de acordo com Alfredo Veiga-Neto Foucault se afasta desse conceito cartesiano:

Para Foucault, o método não é o caminho seguro como queriam Descartes e Ramus, até porque nada mais é seguro, previsível: nem os pontos de saída, nem o percurso, nem os pontos de chegada. E mais: não há um solo-base externo por onde caminhar, senão que, mais do que o caminho, é o próprio solo sobre o qual repousa esse caminho é que é construído durante o ato de caminhar (VEIGA-NETO, 2009, p. 89).

Muitas obras do autor estão sendo utilizadas por pesquisadores e pesquisadoras em diferentes áreas de atuação que procuram outras formas de pensar e fazer pesquisa como *A história da loucura*, *O nascimento da clínica*, *As palavras e as coisas*, *A história da sexualidade*, *Microfísica do poder*, *Em defesa da sociedade* etc.. Mas, é especialmente em suas obras **Arqueologia do saber** e **A Ordem do Discurso** que Foucault decorre mais especificamente sobre os procedimentos de seu trabalho, ou seja, a análise do discurso que permeou toda a sua investigação.

Para tal análise, o autor utiliza algumas ferramentas, dentre elas, são frequentemente acionadas quando se trata de uma análise do discurso as ferramentas chamadas de enunciado e discurso. Operar com essas ferramentas oportuniza a problematização dos regimes de verdades, as relações de poder, nos quais, são produzidas as instituições, os sujeitos, as identidades, as práticas sociais etc.

Desenvolver uma investigação inspirada na análise do discurso do filósofo Foucault supõe, primeiramente, recusar o entendimento do “oculto”, de acordo com Rosa Fischer (2001) precisamos recusar a busca por um único.

Nesta análise, não se busca desvelar o que possa estar escondido no discurso, uma vez que conforme Foucault (2008, p. 55), os discursos mais do que um conjunto de signos que remetem a conteúdos ou a representações, são “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”. Em outras palavras eles produzem verdades, identidades e subjetividades.

Em uma de suas definições sobre discurso Foucault destaca:

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso), na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico – fragmentado de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às complicitades do tempo (FOUCAULT, 2008, p. 132-133).

Nessa perspectiva, os discursos estão relacionados a um conjunto de enunciados, mas o que é considerado enunciado? Como identificá-los? O enunciado não é simplesmente uma fala, frase, palavra ou preposição. Ele não está totalmente visível, mas também não está oculto.

Para Inês Araújo (2008) encontrar um enunciado exige atentar para algumas questões: não aceitar sem exame crítico algumas noções como tradição, influência, desenvolvimento, evolução etc..; evitar recorrer a uma única verdade, no lugar da busca por uma origem tratam-se os objetos como um acontecimento a ser descrito e analisado como tendo surgido por determinadas circunstâncias; cada problemática tem seu solo histórico; libertar-se das sínteses apressadas, continuidades hegemônicas o que resulta em ver o enunciado. Isso quer dizer, suspender as formas pelas quais aprendemos a analisar um objetivo.

Segundo a autora, “a descrição dos acontecimentos discursivos visa aos enunciados efetivos, mas a análise não é linguística, isto é, não visa à construção de frases gramaticais ou a gramaticalidade” (Idem, p.61). Citando Foucault, Inês Araújo afirma que, a análise do discurso, pretende perguntar “como ocorre que tal enunciado apareceu e nenhum outro em seu lugar? Qual é, então, esta singular existência que surge no que diz e em nenhuma outra parte?

Fischer (2012), apresenta-nos os quatro elementos básicos do enunciado: a referência a algo que identificamos; o fato de ter um sujeito; o fato de estar sempre relacionado com outros enunciados e; a materialidade do enunciado, ou seja, as formas concretas com que aparece nas falas dos professores, por exemplo. Partindo desses elementos e

Suspendendo continuidades, acolhendo cada momento do discurso e tratando-o no jogo das relações em que está imerso, é possível levantar um conjunto de enunciados efetivos, em sua singularidade de acontecimentos raros, dispersos e dispersivos e indagar: afinal, porque essa singularidade

acontece ali, naquele lugar, e não em outras condições? (FISCHER, 2012, p. 95).

A partir dessas questões, elementos e questionamentos apresentados pelas autoras Fischer (2012) e Araújo (2008), procura-se realizar uma análise do discurso de inspiração foucaultiana a fim de desestabilizar as certezas instituídas dos enunciados que compõe os discursos em nossa sociedade (discursos religiosos, científicos, feministas, pedagógicos, ambientalistas, midiáticos, psicanalíticos etc.) que constituem práticas, subjetividades e identidades na contemporaneidade. Proceder nesta análise significa a partir e com Foucault, pensar outras formas de “olhar” para o que está naturalizado e sedimentado nas instituições, leis, artefatos, relações entre outros objetos de análise.

Partindo desses pressupostos que, com Foucault, focarei as análises das narrativas das vereadoras, com o objetivo de pensar a rede de discursos que passam a constituir de forma naturalizada as relações, práticas e representações nesse espaço da política partidária. Assim, suspendo a compreensão de que algo possa estar oculto e que nas análises serão revelados. As análises aqui apresentadas são focadas no que as vereadoras expressam.

Com base nessa perspectiva foucaultiana de discurso, identifico os discursos presentes nas narrativas das vereadoras entrevistadas: discurso da política, da biologia, do feminino e do masculino, da maternidade, entre outros, como construções sociais que se correlacionam a partir de algumas possibilidades ao longo da história e da cultura.

Nessa direção faz-se necessário destacar como serão estruturados os dados da pesquisa. Para que os mesmos possam ser divulgados para um maior número de pesquisadoras e pesquisadores, estruturamos os resultados, ou seja, as análises em quatro artigos que serão encaminhados para revistas de divulgação científica. Mas, com que objetivo e dado de análise se produziram os artigos? Quais os motivos que levaram a escolha dos mesmos?

Como contribui-nos Sandra Corazza (1996, p. 105-132) “o problema de pesquisa não é descoberto, mas engendrado. Ele nasce desses atos de rebeldia e insubmissão, das pequenas revoltas com o instituído e aceito, do desassossego em face das verdades tramadas e onde nos tramam” foi nesse desassossego e ato de rebeldia que o primeiro artigo emerge.

As narrativas das vereadoras evidenciam a sensibilidade, a afetividade e a justiça como características atribuídas a presença das mulheres na política, provocando-me a escrita do artigo: O que esperar das mulheres na política? analisando narrativas de vereadoras na política partidária. As características universalizantes que os estudos feministas e de gênero denunciam são apontadas como contribuições das mulheres na política. Isso me desestabilizou

e me fez procurar em meus referenciais condições para problematizar essas questões. Assim, a partir dos estudos culturais discuto a representação cultural das mulheres na sociedade, a construção do gênero feminino e suas implicações nas identidades femininas e política neste espaço partidário que a partir dos discursos vem constituindo formas de ser e estar como mulheres e políticas.

O segundo artigo emerge das inquietações que o primeiro artigo me provocou: como as mulheres vêm se inserindo na política com tais representações hegemônicas de feminilidade que por séculos privaram-nas deste espaço? Assim, teço as noções de público e privado na trajetória política feminina e procuro a partir das histórias e experiências das vereadoras traçar os modos de inserção das mulheres na esfera pública evidenciando os discursos implicados em sua inserção.

O terceiro artigo emerge da necessidade de saber mais sobre as mulheres na política: como se dá a participação delas no cotidiano político? Há muitos índices de sub-representação das mulheres nesses espaços de decisão? O que elas têm a dizer? Quais suas necessidades e dificuldades?

No último artigo teço problematizações sobre as áreas de atuação das mulheres na política em que a educação possui importante destaque. A partir da análise da participação verifiquei que as mulheres possuem atuação principalmente em áreas sociais, como a educação. Assim, como pesquisadora em educação não poderia deixar de questionar: o que elas vêm propondo para a educação de seus municípios? Qual a dimensão da educação em seus mandatos?

A partir dessas inquietações e provocações construídas e refletidas em cada leitura das narrativas e do referencial teórico construí os artigos<sup>20</sup>. Para a organização das análises dos artigos, os mesmos foram estruturados a partir de eixos temáticos que emergiram nas narrativas das vereadoras para situar o/a leitor/a. Como exemplo, o primeiro eixo temático refere-se as contribuições das mulheres na política, o segundo sobre a inserção (seguido de temas como vias de acesso, o convite, campanhas e eleições), o terceiro eixo trata-se da participação feminina na política e o último eixo aborda as áreas de atuação política e a educação.

Sendo assim, apresento as análises das narrativas que constituem o quinto capítulo da dissertação: os artigos.

---

<sup>20</sup> Os quatro artigos produzidos serão encaminhado para revistas de divulgação científica juntamente com a orientadora, sendo assim, optei pela escrita na terceira pessoa do plural.

## **5 OS ARTIGOS**

### **5.1 O QUE ESPERAR DAS MULHERES NA POLÍTICA? UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS DE VEREADORAS**

Resumo: Buscamos neste artigo problematizar os discursos sobre as contribuições das mulheres na política partidária que emergiram nas narrativas de algumas vereadoras de cinco municípios da região sul do Rio Grande do Sul (RS). Para isso, produzimos entrevistas individuais semiestruturadas com 11 vereadoras. Fundamentamos o estudo com base nas contribuições dos Estudos Culturais e de Gênero nas suas vertentes pós-estruturalistas, entendendo o gênero como construção de caráter histórico, cultural e social em meio a sistemas de significação e relações de poder. Ao longo das análises, verificamos o predomínio de representações das mulheres nesse espaço político com base em características determinadas socialmente femininas, como sensibilidade e afetividade a família, o espaço privado e as áreas sociais.

Palavras-chave: Representação. Mulheres. Política. Estudos Culturais.

#### **5.1.1 Considerações iniciais**

A presença das mulheres na política partidária e representativa ainda é muito recente e tímida se a compararmos com o período em que as mulheres começaram a se inserir nessa esfera política. No Brasil, foi a partir de 1942 que a primeira prefeita foi eleita, e com a quantidade de mulheres em cargos públicos. A exclusão e os silenciamentos das mulheres nos espaços públicos, tem relação direta com os entendimentos de masculino e feminino, construídos sobre as bases do patriarcalismo, em que aos homens destinava-se o espaço público, enquanto às mulheres, o espaço privado.

Assim, o que esperar das mulheres na política? Neste artigo, buscamos problematizar os discursos sobre as contribuições das mulheres na política partidária com base nas narrativas produzidas por entrevistas semiestruturadas com vereadoras de alguns municípios da região sul do Rio Grande do Sul (RS). Procuramos entender, neste estudo, como esses discursos vêm inscrevendo modos de ser e agir como mulheres na política partidária.

Estabelecemos algumas conexões com os Estudos Culturais (EC) e de Gênero nas suas vertentes pós-estruturalistas. Compreendemos o gênero como uma construção de caráter histórico, cultural e social, em meio a sistemas de significação e relações de poder, o que nos possibilita considerar os sujeitos para além dos atributos biológicos que são naturalizados nos espaços sociais, mas produzidos pela cultura com base em sistemas de representação.

Para a organização do texto, em um primeiro momento, apresentamos alguns entendimentos acerca dos Estudos Culturais e de Gênero; em seguida, os caminhos que trilhamos para a produção dos dados a investigação narrativa; logo, as análises dessas narrativas e algumas considerações.

### **5.1.2 Representação, linguagem, cultura e gênero: os Estudos Culturais**

Os Estudos Culturais, desde sua emergência na Universidade de Birmingham, vêm provocando problematizações sobre a cultura, utilizando-se de diferentes temas e categorias de pesquisa com base nas análises culturais. Entretanto, o conceito de cultura é um dos mais problematizado nas Ciências Sociais e Humanas, pois existem diferentes maneiras de defini-lo. Por muito tempo, os debates em torno da cultura concentravam-se na binaridade de alta cultura (clássicos da literatura, música etc.) e baixa cultura (cultura popular), o que vem a ser fortemente objeto de contestação dos Estudos Culturais a partir da chamada “virada cultural”, em que se enfatizou a importância do significado para a definição de cultura.

Segundo Stuart Hall (1997), a cultura tem a ver com os significados que partilhamos, e a linguagem, o meio pelo qual damos sentidos às coisas, ou seja, por meio do qual o significado é produzido. Isso quer dizer que a linguagem é central para o significado e a cultura. Para o autor, a linguagem funciona como sistema de representação. Esta utiliza-se de imagens, sons, palavras escritas, objetos que significam ou representam para as pessoas algo. Assim, “a cultura neste sentido permeia toda a sociedade. Ela é o que distingue o elemento “humano” na vida social daquilo que é simplesmente induzido de forma biológica. Seu estudo sublinha o papel crucial do domínio *simbólico* que está no coração da vida social” (HALL, 1997, p. 3).

Nos últimos anos, a preocupação com os significados tem direcionado estudiosos/as para o papel dos discursos na cultura, ou seja, com formas de construção dos conhecimentos de uma determinada prática “o agrupamento (ou *formação*) de ideias, imagens e práticas, que propiciam formas de se falar, formas de conhecimento e conduta associadas a um tópico particular, a atividade social ou a localização social na sociedade” (HALL, 1997, p.7) Essa



abordagem, que utilizamos neste estudo, concentra-se nos efeitos da representação, enfatizando como a linguagem e a representação produzem significados, mas também como o conhecimento produzido por um discurso “liga-se ao poder, regula as condutas, forma ou constrói identidades e subjetividades, e define a forma como são representadas, refletidas, praticadas e estudadas certas coisas” (HALL, 1997, p.7). Assim, este produz identidades nossas formas de ser e estar no mundo. Isso possibilita-nos problematizar as formas pelas quais somos produzidos como sujeitos masculinos e femininos ao longo da cultura e da história.

Nessa perspectiva, é na crítica às lógicas cristalizadas das identidades femininas e masculinas, como essências ou fator biológico, que esse campo possibilita-nos problematizar as representações culturais das mulheres na política partidária. Desde a entrada de feministas no campo dos Estudos Culturais, no cenário do movimento feminista dos anos 1960 e 1970, “a crítica feminista nos EC tem produzido parte significativa das análises culturais que afetam os modos como às mulheres vêm ocupando espaços e sendo reposicionadas nas políticas culturais” (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003, p. 42).

O movimento feminista vem participando de muitas lutas e conquistas desde o século XIX com base as chamadas suas “ondas”. O sufrágio universal, ou seja, o direito ao voto das mulheres é caracterizado por muitas feministas como a primeira onda do feminismo. A segunda onda seria quando as feministas adentraram as questões teóricas e inseriram-se nas escolas e nas universidades por volta dos anos 1960 (LOURO, 1997). Nesse contexto, começam as teorizações sobre as relações sociais entre homens e mulheres e a crítica à noção biologicista destas. Por esse viés, em meados dos anos 1970, as feministas anglo-saxãs problematizaram o conceito de gênero, que procura introduzir na história a relação entre os sexos, mostrando-a como construída culturalmente, e não como inata ou parte da essência humana (MEYER, 2003; LOURO, 1997).

Os estudos de gênero vêm provocando fissuras nos entendimentos universais e naturalizados de feminino e masculino nas sociedades com base na análise cultural, a qual, de acordo com Silva (2010, p. 134), “parte da concepção de que o mundo cultural e social torna-se, na interação social, naturalizado: sua origem social é esquecida. A tarefa da análise cultural consiste em desconstruir, em expor esse processo de naturalização”. Assim, esse conceito possibilita pensarmos na produção das masculinidades e feminilidades no interior das culturas, como um processo social e histórico que envolve relações de poder. Nessa perspectiva não existe um único modo de ser homem e ser mulher, mas muitas e conflitantes formas de viver as masculinidades e feminilidades (MEYER, 2003).

Com tais pressupostos, pretendemos lançar nossos olhares para as narrativas das vereadoras sobre as representações das mulheres na política partidária. Entretanto, não temos a pretensão de dizer se estão certas ou erradas suas representações, mas visibilizar sua construção e naturalização, problematizando-as como vêm ensinando e reproduzindo o que é ser homem e o que é ser mulher nesse campo político.

A seguir, apresentamos os caminhos que trilhamos para a produção dos dados narrativos com as mulheres vereadoras.

### **5.1.3 A investigação narrativa e as participantes**

Ao partilhar dos entendimentos dos EC, compreendemos que nossos olhares são interpelados e constituem os modos pelos quais fazemos uma pesquisa. Nesse sentido, nossas escolhas e caminhos trilhados também são interpelados por essa perspectiva, levando-nos a compartilhar de uma metodologia que nos possibilita entender as relações sociais em um determinado contexto e a tornar visíveis as mulheres presentes nesses momentos históricos. Nessa direção, utilizamos a investigação narrativa para a produção e análise dos dados.

Entendemos a narrativa, como uma prática social que constitui os sujeitos. Ou seja, é no processo de narrar e ouvir histórias que os sujeitos constroem tanto os sentidos de si, quanto os dos outros e dos contextos em que estão inseridos. Segundo Jorge Larrosa (1996), a narrativa é uma modalidade discursiva, em que as histórias que contamos e ouvimos produzidas e mediadas no interior de determinadas práticas sociais passam a construir a nossa história. Também de acordo com o autor,

cada um de nós se encontra já imerso em estruturas narrativas que lhe preexistem e que organizam de um modo particular a experiência, que impõem um significado à experiência. Por isso, a história de nossas vidas depende do conjunto de histórias que temos ouvido, em relação às quais temos aprendido a construir a nossa [...] (LARROSA, 1996, p. 461-462)

Por esse viés, nossas histórias são construídas com base em diferentes histórias que ouvimos e contamos. Nesse conjunto narrativo de contar e ouvir histórias, aprendemos a construir nossas identidades e experiências. Nesse sentido, as narrativas das vereadoras entrevistadas são constituídas de muitas histórias, nas quais passam a produzir suas subjetividades.

De acordo com Tomaz Tadeu da Silva, podemos estender o conceito de narrativas,

[...] para muito além daqueles gêneros formalmente conhecidos como tais: o romance, o conto, o filme, o drama. Existem muitas práticas discursivas não reconhecidas formalmente como narrativas, mas que trazem implícita uma história, encadeiam os eventos no tempo, descrevem e posicionam personagens e atores, estabelecem um cenário, organizam os “fatos” num enredo ou trama. Para todos os efeitos funcionam como narrativa (SILVA, 1995, p. 205).

Nessa perspectiva, as narrativas não se resumem aos gêneros formalmente reconhecidos; estamos imersos em um conjunto de práticas discursivas que constituem nossas histórias e passam a dar sentido a quem somos. Segundo Connelly e Clandinin (1995), o estudo da investigação narrativa é a forma como nós seres humanos experimentamos o mundo. A principal razão para o uso da narrativa na investigação educativa é que todos os seres humanos são contadores de histórias, individual e coletivamente vivem vidas relatadas.

Dentre as possibilidades de produção das narrativas que essa metodologia de investigação proporciona, escolhemos as entrevistas semiestruturadas com onze vereadoras de cinco municípios participantes da pesquisa. Essas entrevistas foram filmadas e posteriormente transcritas, constituindo os dados narrativos. Com o objetivo de respeitar essa metodologia de investigação, foi distribuído um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido às mulheres participantes da pesquisa, com o qual as vereadoras autorizaram a entrevista e seus usos neste estudo.

As mulheres participantes da pesquisa são vereadoras que aturam no mandato 2009-2012. São filiadas a diferentes partidos, como: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido Progressista (PP); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Elas possuem escolaridade de Ensino Médio a Superior e, além do trabalho na política, possuem diferentes profissões, como professoras, médicas, assistentes sociais etc. Estão na faixa etária de 29 a 69 anos de idade. Quanto à conjugalidade, das onze (11) entrevistadas, seis (6) estão casadas; duas (2) são viúvas; uma (1) está em união estável; uma (1) está solteira e uma (1) é divorciada. Todas têm filhos/as.

A fim de preservar a identidade das vereadoras na pesquisa, estas foram identificadas por codinomes<sup>21</sup>: Sofia, Clarice, Eva, Tarsila, Berenice, Valentina, Júlia, Paola, Vanessa, Lígia, Larissa.

Partindo da metodologia de investigação narrativa como uma modalidade discursiva, com base em Jorge Larrosa, entendemos que as vereadoras se constituem em uma rede de discursos, na qual vão produzindo suas identidades e experiências. Entretanto, para Joan Scott

---

<sup>21</sup> Eles foram escolhidos pelas pesquisadoras conforme desejo das entrevistadas.

precisamos evidenciar os processos históricos que com base nesses discursos posicionam os sujeitos e também apresentam suas experiências. A autora destaca:

não são os indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são construídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem de nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecimento, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz. (SCOTT, 1998, p. 304).

Desse modo, não utilizaremos as experiências das vereadoras como origem de um conhecimento, mas como elas são produzidas por experiências históricas que através dos discursos posicionam as mesmas na sociedade. Com isso, para a análise de suas narrativas construídas por experiências, nos valem da análise do discurso do filósofo francês Michel Foucault que desde a sua obra *Vigiar e Punir*, tem sido referência nos estudos que procuram outras formas de pensar e fazer pesquisa em educação.

Com base nesse autor, procuramos problematizar a rede de discursos que vem constituindo as participantes da pesquisa. Assim, não buscamos desvelar o que possa estar escondido no discurso, uma vez que conforme Foucault (2008, p. 55), os discursos mais do que um conjunto de signos que remetem a conteúdos ou a representações, são “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”. Em outras palavras eles produzem verdades, identidades e subjetividades.

Proceder nessa análise significa, atentar para as relações de poder, as verdades consolidadas e as identidades naturalizadas. De acordo com Rosa Fischer (2001, p. 198) “precisamos antes de tudo recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas – práticas bastante comuns quando se fala em fazer o estudo de um ‘discurso’”.

#### **5.1.4 Análises das narrativas das vereadoras gaúchas: as mulheres na política partidária**

Ao serem questionadas sobre as contribuições das mulheres na política, as vereadoras entrevistadas enfatizam atributos construídos para o gênero feminino, conforme podemos notar nas narrativas que seguem:

*Acho que a partir do momento que nós mulheres temos esse perfil de saber, de sentir, a sensibilidade que nós temos dentro de uma casa para saber as nossas prioridades eu acho que isso também se reflete na política. Ela ainda acrescenta: Então eu vejo que a mulher teria essa sensibilidade de priorizar as coisas que são realmente necessárias (Berenice).*

*Eu acho que a mulher ela sempre tem uma preocupação e consegue contribuir, talvez no sentido muito da questão familiar, entende. De estar trabalhando um pouco esses sentimentos, eu acho que essa questão mais afetiva, a afetividade ela desenvolve mais ela tem uma... Não é que ela desenvolva, deixa eu ver qual seria a palavra, ela quer sempre tornar isso e demonstrar que isso é importante em qualquer espaço a questão da afetividade que o homem já não consegue demonstrar e nem fazer isso aflorar nos grupos. Eu acho que isso o papel da mulher em todos os espaços seja a área que ela atue ela sempre trabalha mais com essa parte da afetividade com o público o qual ela dialoga ou ela se insere [...] Então eu acho que essa questão é importante o papel das mulheres, não tratam os assuntos de forma fria (Sofia).*

*As mulheres eu acho que o que elas têm como eu converso às vezes com as mulheres vereadoras, colegas, candidatas esses novos eu digo sempre que vocês têm sempre que contribuir, ajudando no trabalho social, uma coisa assim ajudar para que a nossa comunidade melhore fazer parte dos cursos ajudar que venham cursos para cá [...]. (Lígia)*

*Olha a mulher, eu acho assim que a mulher tem a contribuição eu acho que é como eu ti disse deveria ser igual mesmo que o homem tem para oferecer na política porque o trabalho é o mesmo. Nós, eu hoje trabalho aqui na comunidade, meu trabalho acredito que não seja diferente dos meus colegas vereadores procuro fazer o mesmo trabalho voltado para a comunidade em prol da comunidade. As pessoas nos procuram bastante, nós aqui na bancada é na minha casa porque eu moro aqui dentro da cidade então a gente eu acho que a nossa contribuição deveria ser a mesma. Não vejo, não considero como poderia ser diferente, acho que a contribuição da mulher é muito importante na política (Paola).*

Nos fragmentos das narrativas dessas vereadoras, podemos notar que a contribuição das mulheres na política está relacionada com a representação construída de mulher na sociedade. Dentre essas narrativas, apenas uma não aponta o espaço privado, a família, as áreas sociais como importantes pontos de contribuição das mulheres na política, pois considera que o trabalho deveria ser o mesmo. Esses pontos, elencados pela maioria das vereadoras, são sustentados pelas características construídas para o gênero feminino, ao longo de nossa história e cultura, como a sensibilidade e a afetividade.

Isso não quer dizer que estamos negando a possibilidade de as mulheres terem esses atributos, mas o quanto se tornou natural e considerado parte da essência de todas as mulheres. De acordo com Ana Colling:

*As representações da mulher atravessam os tempos e estabelecem o pensamento simbólico da diferença entre os sexos: a mãe, a esposa dedicada, a “rainha do lar”, digna de ser louvada e santificada, uma mulher sublimada; seu contraponto, a Eva, debochada, sensual, constituindo a vergonha da sociedade (COLLING, 2004, p. 15).*

Nessa perspectiva, as representações das mulheres em diferentes espaços foram construídas sobre as bases de uma feminilidade universal de mãe, esposa dedicada, conforme as contribuições dessa autora. No imaginário social ainda persistem essas representações,

mesmo havendo mulheres que não se enquadram nestas. A representação, no entanto, não é um espelho do real; é construída e instituída discursivamente por meio da linguagem em uma rede de significados colocados em circulação (HALL, 1997).

Ao longo da história, discursos serviram para construir as características diferenciadas entre homens e mulheres. Discursos que circulam e consolidam-se em meio a relações de poder. Andréa Gonçalves (2006) destaca a importância da Psicanálise nesse processo, a qual determinava, com base nos estudos de Freud, em 1992, a anatomia como destino das mulheres. Destacando que as mesmas se saíam melhor nas tarefas destinadas pela biologia, como a de ser mãe. Simone de Beauvoir contesta essa explicação e lança o seu livro, *O Segundo Sexo*, apenas 10 anos depois da morte de Freud. Segundo Beauvoir, “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade [...]” (BEAUVOIR, 1980, p. 9).

A partir dos estudos de gênero em suas vertentes pós-estruturalistas, entendemos que esses discursos constituem os objetos que falamos; carregam representações de feminino e masculino que produzem as identidades de gênero no interior da cultura. Assim, as narrativas das vereadoras carregam as representações construídas no interior de nossa cultura sobre ser mulher e suas atribuições na sociedade.

Em outras narrativas, podemos notar a implicação dessas características:

*Eva: As mulheres são mais sensíveis que os homens, mulher sabe mais o que está certo, o que está errado em tudo. São mais inteligentes, eu acho, porque um homem só levanta e sai. Quando volta está tudo pronto em casa. Mulher tem os filhos, o marido, a casa, tem o trabalho, tem a política. Mulher tem muito mais trabalho que o homem.*

*Pesquisadora: E a senhora acha que isso contribui para a política, de que forma?*

*Eva: Contribui, eu acho que a mulher tem mais discernimento do que é mais certo ou errado.*

Na fala de Eva, podemos notar a representação de que as mulheres são mais sensíveis e sabem a diferença entre o certo e o errado mais que os homens. Também notamos as múltiplas identidades das mulheres contemporâneas, que, além do trabalho doméstico e cuidado com os/as filhos/as, possuem um trabalho fora do lar, uma representação cultural recente devido às lutas dos movimentos de mulheres e feministas na conquista dos espaços de trabalho. Com essa narrativa, fica evidente a polaridade rígida entre os gêneros em nossa sociedade, elencada por Joan Scott (1995). Trata-se de uma polaridade que posiciona homens e mulheres em lugares distintos, como se um não implicasse no outro.

Em outras narrativas, podemos identificar a recorrência do senso de valores, no qual, a mulher é considerada mais justa. Na narrativa de Berenice, notamos essa questão pela

afirmativa de que esta não tem ouvido notícias sobre mulheres corruptas. Ela ainda acrescenta: *Nós somos minoria então realmente é um percentual muito pequeno tanto de mulheres quanto de corrupção, se é que tem.*

Em outra narrativa, vemos a desvinculação das mulheres em relação à corrupção:

*A gente não quer fazer distinções, mas ao mesmo tempo se a gente olha a incidência de corrupção nos espaços, embora tenha, tenha como tudo, mas a mulher ainda está em processo de afirmação, então eu percebo que há mais cautela em cometer atos corruptos então há mais responsabilidade não sei se é paralelo a isso porque é uma conquista em menção ainda por isso te faço a menção ao trânsito que acidentes com mulheres é bem menor porque há mais cautela, há mais prudência não se faz tanto extravagância como é cometido (pelos homens) (Larissa).*

Para a vereadora a seguir, Valentina, as mulheres têm mais responsabilidade de não errar na sociedade e, conseqüentemente, na política:

*Então, a mulher tem uma responsabilidade muito maior de não errar porque senão: “eu não disse, é mulher”. A mulher vem de carro acontece qualquer coisa: “ah, a mulher na direção”, mas têm que ver que os acidentes de carro é minoria as mulheres, a maioria são os homens assim como também na parte das infrações tanto infração de trânsito a porcentagem de mulher que faz essas infrações é pequena (Valentina).*

O tema mulheres e corrupção é muito recente na Ciência Política. Segundo Aranha (2010), é na literatura internacional que encontramos debates intensos sobre esses temas. Ela apresenta algumas análises de pesquisas internacionais como: as mulheres estão menos envolvidas em corrupção. Os autores destacam três hipóteses – mulheres são propensas a perdoar a corrupção; as empresárias envolvem-se menos em suborno; e os países com maior representação e mulheres no mercado de trabalho têm menores níveis de corrupção (SWAMY, A; KNACK, S; LEE, Y; AZFAR, 2001); o aumento da participação de mulheres na política é um final bom e justo, mas não significa que oferece maneiras para alcançar um governo não-corrupto (SUNG, 2006) e; há uma relação importante entre as mulheres e a sociedade civil, em que o empoderamento destas mobiliza a sociedade civil, principalmente contra a corrupção (KAUFMANN, 1998),.

Diante dessas pesquisas desenvolvidas sobre a relação entre mulheres e corrupção, nenhum dos autores concorda com a ideia de uma “essência” de gênero que justificaria os comportamentos masculinos e femininos. Entretanto, muito tem se utilizado dessas idéias para atribuir uma “essência” do gênero feminino com base na sensibilidade, na generosidade e no senso de justiça. Nesse sentido, temos a idéia de “política de desvelo”, em que corrobora

com compreensões de que as mulheres diminuiriam o caráter agressivo da política, ou até o equilibrariam.

No excerto da narrativa de Larissa, podemos notar as implicações dessas características no fazer político das vereadoras:

*[...] o que percebo até quando eu fui presidente aqui, a mulher tem uma sensibilidade, um olhar que não é o mesmo olhar masculino. Então, eu pensava nos espaços ocupados pelo servidor, uma coisa da gestão da casa. Que isso aqui é um espaço público, onde pessoas trabalham desenvolvem e vão ter uma carreira aqui. Então, eu pensei em coisas que antes não haviam sido pensadas, pensei no acervo da casa como uma câmara histórica e antiga da cidade como patrimônio do município. Então, tem coisas que até então não tínhamos feito e muito documento já se perdeu por não ter esse cuidado, não ter esse espaço [...].*

Ela continua: *[...] aí, pegando o exemplo da presidenta, o que a gente espera de uma mulher? Que ela consiga lançar olhar justamente nesses aspectos que os homens não despertaram. Então, a gente tem uma expectativa com a presidenta por essas questões que são as indiretas, como eu estava dizendo.*

Na fala de outra vereadora, podemos notar também essa compreensão: *Então é essa diferença que eu avalio que eu vejo que o homem é a razão e a mulher é mais coração, então tu consegue enxergar de uma forma diferente o problema (Vanessa).*

Nesses fragmentos das narrativas das vereadoras, notamos uma prática política diferenciada devido à sensibilidade da mulher. Segundo Larissa, as mulheres teriam outro olhar para as questões políticas, até então exercidas pelas visões dos homens. Nessa fala de Larissa, também podemos perceber que a participação e a presença das mulheres nesse espaço está interligada à sua representação cultural, “o que se espera de uma mulher”. A partir disso, lançam-se expectativas para que essas mulheres em cargos públicos possam ter um olhar e posição diferente das dos homens. Para Vanessa, essa prática diferencia-se da dos homens devido às mulheres agirem com o coração; enquanto os homens, com a razão. Podemos perceber as expectativas que são colocadas nas mulheres que ocupam o espaço público com base nessas representações culturais. Em mandatos de mulheres públicas, que assumiam posições diferentes das representações que se espera de uma mulher, as reações da sociedade foram negativas, como foi o caso da ex-primeira-ministra da Inglaterra, Margaret Thatcher, entre outras.

Características como a sensibilidade, atribuída às mulheres, não é uma novidade nos estudos de gênero. Por séculos, essas características foram determinantes para a permanência das mulheres no espaço privado, principalmente para a disseminação da posição dicotômica assumida por homens e mulheres nas sociedades. Alguns estudos provocam essa discussão, ao



trazerem termos como política de presença, política de ideias, política de desvelo (MIGUEL, 2001; PHILLIPS, 2001). A sensibilidade, amorosidade e trato com as questões domésticas são acionadas para que as mulheres estejam presentes na política, ou seja, para justificar a sua presença. Segundo Mirian Grossi e Sônia Miguel (2001, p. 189), “estes atributos – ética, solidariedade, justiça, fraternidade, democracia – justificariam a participação das mulheres na política, como se as mulheres fossem necessárias por sua diferença, por qualidades inatas ao sexo feminino”.

Também de acordo com as autoras, mesmo que a sensibilidade, por exemplo, tenha sido, ao longo dos tempos, atribuída às mulheres, o que chama a atenção é que:

neste momento a sensibilidade é colocada, no discurso de mulheres e de homens, como um valor positivo para ser incorporado ao campo da política. Se antes o perfil de um político era a firmeza, a autoridade (e todos aqueles outros atributos atribuídos em nossa sociedade, ao masculino), hoje neste perfil, que inclui agora também a presença das mulheres, a sensibilidade, a ética. da preocupação pelos outros, começam a ser vistas como posturas necessárias, no exercício do poder. Esta seria uma das diferenças valorizadas, na participação da mulher na política (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 193).

Essas discussões vêm redesenhando as formas de fazer política e instituindo diferenças entre homens e mulheres na atuação política. Com isso, não temos a pretensão de dizer que as mulheres não se beneficiam desse discurso, mas problematizamos a reconfiguração desses atributos que, aparentemente contribuem para a inserção e a presença das mulheres na política e para os significados que estes fazem circular.

Em um estudo desenvolvido pela autora Joanalira Magalhães (2008) sobre a análise de revistas de divulgação científica, notamos que discursos, ancorados na Biologia e nas Neurociências, vêm fazendo circular ainda hoje representações de feminino e masculino, de suas práticas em sociedade. Isso quer dizer que quando se trata das identidades de gênero, a anatomia ainda torna-se o destino, o que precisamos problematizar, pois homens e mulheres constituem-se em diferentes espaços com base na cultura. Precisamos problematizar as implicações desses discursos nas relações sociais, nas instâncias sociais, nas participações políticas de homens e mulheres.

No decorrer das narrativas, as vereadoras enfatizam que, devido à presença das mulheres no cenário político, questões como violência doméstica, economia solidária e políticas para as mulheres vêm aproximando as mulheres da comunidade em direção à câmara. A participação dessas vereadoras, nesse sentido, aproxima-se de questões e temas referentes à educação, à saúde e à assistência social recorrentes na participação das mulheres na política partidária.

Transitar pelas narrativas das vereadoras possibilitou-nos compreender suas representações sobre a mulher nesse espaço. Segundo Tomaz Tadeu da Silva,

As narrativas são cruzadas pelas linhas do poder, mas elas não existem num campo tranquilo de imposição. Ao contar histórias contaminadas pelos significados dominantes, elas tentam estabelecer e fixar identidades hegemônicas. Entretanto, as identidades e subjetividades sociais existem num terreno indeterminado, num território de significados flutuantes. [...] Através das narrativas, identidades hegemônicas são fixadas, formadas e moldadas, mas também contestadas, questionadas e disputadas (SILVA, 1995, p. 205).

Nessa direção, ao contar suas histórias e experiências, as vereadoras foram construindo suas identidades e subjetividades. Por meio de suas narrativas, pudemos perceber as identidades hegemônicas de gênero que foram construídas ao longo de nossa história e cultura. As características de sensibilidade, afeto, amorosidade atribuídas às mulheres, fazem parte dessa identidade feminina universal, assim como, aos homens, a frieza, o trato com questões públicas e econômicas, bem como a propensão à corrupção.

### **5.1.5 Tecendo algumas considerações**

Ao longo das narrativas, pudemos identificar que as mulheres enfatizam uma política diferente da dos homens por possuírem outros olhares, que corroboram com os atributos que envolvem as identidades de gênero. São comumente utilizados argumentos como: as mulheres são mais sensíveis e justas; ou elas possuem essas características por suas experiências de gênero feminino na sociedade: donas-de-casa e esposas.

Por muito tempo, as mulheres foram interpeladas por determinadas representações de amorosidade, sensibilidade e afetividade, o que gerou a produção de uma identidade universal de gênero feminino. Ao longo do movimento feminista, este teve e ainda tem inúmeras divergências quanto a essas representações e à categoria “mulher”, pois cada mulher é diferente em suas demandas e singularidades. Entendemos que existem múltiplas formas de ser mulher e estar no mundo. As mulheres de classe média, por exemplo, possuem diferentes necessidades em relação às mulheres das camadas populares. Do mesmo modo, as mulheres brancas, em relação às mulheres negras. Nesse sentido, Judith Butler provoca-nos a pensar na unidade da categoria mulheres como sujeito universalizado do feminismo:

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas

mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação (BUTLER, 2003, p. 19).

Segundo a autora é problemático centralizarmos um sujeito em uma única identidade, como acontece com as mulheres, pois “se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo que esse alguém é” (BUTLER, 2003, p. 20). Isso dá-se por diferentes razões, uma destas é que o gênero não é tão coerente e constante como se acredita; este estabelece intersecções com outras identidades sexuais, raciais, étnicas etc.

O que esperar das mulheres na política? Essa pergunta não pode ser fechada em sua totalidade, pois o que pudemos apreender das narrativas das entrevistadas foi o possível naquele contexto específico de vereadoras da região sul do Rio Grande do Sul. Isso quer dizer que as considerações deste estudo decorrem das experiências e trajetórias dessas mulheres. Nas suas narrativas, estão presentes algumas representações de mulher e de prática política que interpelam-nas e vêm constituindo as suas identidades nesse espaço, com base em diferentes discursos já existentes em nossa sociedade, os quais incidem em características como a sensibilidade, o senso de justiça, as áreas sociais, a família. Com isso, as representações das vereadoras são efeitos de outras representações consolidadas no interior de nossa cultura.

Assim, entendemos que as vereadoras nesse processo de contar suas histórias a respeito de suas trajetórias políticas, produziram suas narrativas numa polifonia de experiências, pois, conforme Larossa (2002, p. 70), “a constituição narrativa da experiência de si não é algo que se produza em um solilóquio, em um diálogo íntimo do eu consigo mesmo, mas em um diálogo entre narrativas, entre textos [...]”.

Nesse diálogo entre narrativas, conhecemos, com as vozes das vereadoras, algumas representações culturais das mulheres nesse espaço político que vêm redesenhando as formas de fazer e entender a política. Entretanto, essas representações precisam ser desnaturalizadas e problematizadas para que as mulheres não sejam resumidas a uma condição de mulher na sociedade, o que historicamente gerou exclusão e discriminação social, cultural, econômica e política.

### 5.1.6 Referências

ARANHA, Ana Luiza Melo. Discursos femininos – Um estudo sobre a relação entre mulheres e corrupção. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de políticas para as mulheres. 5º Prêmio Construindo a igualdade de Gênero – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos vencedores – 2010, p.73-93.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, v. 2, p. 9.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues. **Gênero e Cultura: Questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004. P. 13-38.

CONNELLY, F. M.; CLANDININ, D. J. Relatos de experiencia e investigación narrativa. In: LARROSA, Jorge, et al. **Déjame que te cuente: ensayos sobre narrativa y educación**. Barcelona: Laertes, 1995. p. 11-59.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos Culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, maio/ago., p. 36-61 2003.

GONÇALVES, Andréa Lisly. História e gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.160.

GROSSI, Mirian Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.

HALL, S. The Work of Representation. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Representation. Cultural Representations and Signifying Practices**. Sage/Open University: London/Thousand Oaks/New Delhi, 1997. p. 2-73.

KAUFMANN, D. **Corruption: the Facts Foreign Policy**. 1997.

LARROSA, Jorge. Narrativa, identidad y desidentificación. In: LARROSA, J. **La experiencia de la lectura**. Barcelona: Laertes, 1996. P. 461-482.

\_\_\_\_\_. Tecnologias do Eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **O Sujeito da Educação: Estudos Foucaultianos**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, p. 35 –86, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 179 p.

MEYER, Dagmar. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira; NECKEL, Jane; GOELLNER, Silvana (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9-27.

MAGALHÃES, Joanalira Corpes. 2008. **Por que os homens nunca ouvem e as mulheres não sabem estacionar?** Analisando a rede de discursos das neurociências quanto às questões de gênero em alguns artefatos culturais. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 84 f. Dissertação, Mestrado em Educação em Ciências: química da vida e saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MIGUEL, Luís Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 9, p. 253- 267, 1. sem. 2001.

PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, p. 268-290 , 2 sem. 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade:** Uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e Identidade Social: Territórios Contestados. \_\_\_\_\_ In: (org). **Alienígenas em sala de aula.** Uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. P. 190-207.

SUNG, Hung-En. From victims to savios? Women, power and corruption. In: **Current History. March**, 2006.

SWAMY, A;KNACK, S;LEE, Y; AZFAR, O. Gender and corruption. In: **Jornal of development Economics**, 2001.

## 5.2 MULHERES NA ESFERA PÚBLICA: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE A INSERÇÃO POLÍTICA DE VEREADORAS NO RIO GRANDE DO SUL

Resumo: Este artigo objetiva problematizar a inserção política partidária de vereadoras no Rio Grande do Sul. Para tanto, utilizou-se de entrevistas individuais semiestruturadas com onze vereadoras atuantes no mandato 2009-2012. Partindo dos estudos de gênero em suas vertentes pós-estruturalistas, verificamos que a inserção das mulheres nessa esfera pública ainda é uma trajetória marcada pelas noções de público e privado. Além disso, fica evidente nas narrativas das vereadoras que as mulheres não foram constituídas para participarem do que hoje é um direito seu, a esfera pública de decisão da política. Também se observou neste estudo o capital político de ingresso das mulheres nessa esfera: o capital familiar, capital dos movimentos sociais e capital de ocupação em cargos públicos.

Palavras-chave: Inserção. Política. Gênero.

### 5.2.1 O público e o privado na trajetória política feminina

*Para os homens, o público e o político, seu santuário.  
Para as mulheres, o privado e seu coração, a casa [...].*  
(PERROT, 1998, p. 10)

As concepções essencialistas de que o lugar das mulheres é na família impediram muitas de ingressarem e transitarem na esfera pública de decisão política. Além disso, restringiram às que por ventura ingressavam nessa esfera com base, por exemplo, na figura da primeira dama. Nesse sentido, as noções de público e privado construídas na sociedade permeiam a inserção política e partidária das mulheres.

Leila Coelho e Marisa Baptista (2009), com uma revisão da literatura sobre a história da inserção política das mulheres no Brasil, apontam uma trajetória do espaço privado ao público. De acordo com as autoras, uma maior inserção feminina no cenário político brasileiro supõe modificações nas expectativas sociais de gênero. Assim, como o das autoras, alguns estudos na área de Ciência Política têm focado a perspectiva de gênero para compreender e desmitificar as desigualdades no campo político. Para Maria Brito,

A partir da perspectiva de gênero, têm sido priorizadas as investigações históricas e sociológicas que procurem incorporar as dimensões do masculino e do feminino na análise de forma relacional. Estas investigações buscam compreender a interação

entre masculino e feminino na totalidade da vida social, contrariando enfoques da ciência política que incompatibilizavam a mulher com a vida política ou pública através explicações que partiam de equações como: Homem = Público, Público = Político, logo, Homem Político; e Mulher = Privado, Privado = Apolítico, logo, Mulher Apolítica (BRITO, 2001, p. 292).

Nessa perspectiva, propomos neste artigo problematizar a recente inserção das mulheres na esfera pública da política partidária, com base em trajetórias e histórias de vereadoras da região sul do Rio Grande do Sul. Consideramos o gênero como uma categoria analítica que possibilita desnaturalizar os processos históricos que produzem as relações, os discursos e as práticas de feminino e masculino nas esferas privadas e públicas.

Apesar de, na atualidade, a noção de público e privado não se apresentarem de forma tão delineada e separada, faz-se necessário compreendermos como foram se constituindo esses espaços nas sociedades, que incidiram na recente e pouca inserção das mulheres na esfera pública de decisão da política. Em *A condição Humana* a filósofa Hannah Arendt (2010) apresenta a constituição dos espaços público e privado; e, a ação política remotos na Grécia antiga ou clássica, com a construção da *polis*.

Na *polis*, constituída como a esfera pública da vida política, os homens poderiam exercer a sua liberdade; um espaço, conforme Aristóteles, do “verdadeiro homem” (COSTA, 1988). Só poderiam estar na *polis* os homens que superassem as suas necessidades biológicas na família, nas quais estes eram os principais agentes responsáveis, diferentemente das mulheres, que possuíam outra tarefa:

O fato de que a manutenção individual devesse ser a tarefa do homem e a sobrevivência da espécie a tarefa da mulher era tido como obvio, e ambas as funções naturais, o trabalho do homem para fornecer o sustento e o trabalho da mulher no parto, eram sujeitas à mesma premência da vida. Portanto, a comunidade natural do lar nascia da necessidade, e a necessidade governava todas as atividades realizadas nela (ARENDR, 2010, p. 36).

A distinção entre as esferas privadas e públicas correspondia respectivamente aos domínios da família e da política como entidades separadas desde o surgimento da antiga cidade-Estado. Nessa compreensão grega, a política, ou seja, a capacidade de organização política é oposta às necessidades biológicas que tinham como centro o lar, a família; diferentemente dos romanos, que acreditavam, segundo Arendt, que a esfera privada e pública deveriam simultaneamente coexistir. Outra característica dessa distinção apontada por Arendt na Grécia é que, na esfera privada, havia desigualdades e violências, pois, as mulheres e os escravos não eram considerados cidadãos, mas, sim, propriedades do chefe de família: deviam a ele obediência. Na esfera da *polis*, havia uma igualdade, no sentido de os homens viverem

como cidadãos. Na *polis*, as duas atividades consideradas políticas eram: a ação (práxis) e o discurso (*lexis*) (ARENDDT, 2010).

Na modernidade, Arendt aponta que o público e o privado diferem muito menos entre si. Com o advento do social, ou seja, da sociedade, as questões relacionadas ao privado, como as atividades domésticas e a administração do lar, passam a ser admitidas no público. Para Arendt (2010, p. 56), “a sociedade é a forma na qual o fato da dependência mútua em prol da vida, e de nada mais, adquire importância pública, e na qual se permite que as atividades relacionadas com a mera sobrevivência apareçam em público”. Apesar do alargamento do privado, isso não significa o fim do público nem que o privado tornou-se público, mas “apenas que o domínio público foi quase completamente minguado” (ARENDDT, 2010, p. 64). Com isso, a política passa a ser considerada como uma função da sociedade, deixando de ser a vida pública. A distinção entre vida privada e pública passa por uma reestruturação, em que a primeira torna-se vinculada à intimidade. E a segunda à sociedade com suas questões políticas, econômicas etc..

Nesse contexto, atualmente, temos uma reconfiguração na noção de público e privado dos gregos. Segundo Machado e Lavrador (2000), há uma diluição dessas fronteiras e um deslocamento de ênfase; hoje, o privado mistura-se ao público. Isso possibilita compreender que a distinção entre público e privado foi construída e naturalizada. Para Paula Sibilia, a “separação entre os âmbitos público e privado da existência é uma invenção histórica e datada, uma convenção que em outras culturas não existe ou se configura de outras formas” (2008, p. 60).

De qualquer forma, nessa distinção de público e privado, construída ao longo dos tempos e da história, as mulheres estiveram restritas à esfera privada até recentemente. Segundo Gloria Rabay (2014), mesmo que a atuação das mulheres tenha rompido com o âmbito privado, estas ainda não conquistaram na modernidade a visibilidade necessária para o exercício do poder. Isso está relacionado com as formas com que homens e mulheres foram situados na história por meio da cultura. Diante disso, estabelecemos algumas conexões com o campo dos Estudos Culturais e de Gênero nas suas vertentes pós-estruturalistas que problematizam questões centrais no papel das culturas, dos sistemas de significação e suas relações de poder que estão implicados na constituição dos sujeitos generificados.

Com isso, lançamos o desafio de visibilizar as mulheres como sujeitos políticos e compreender como elas vêm se inserindo. Questionamos, também: Quais as formas encontradas pelos partidos para a inserção das mesmas? Quais os meios de acesso? Como se dá a campanha e a eleição?



Apresentamos a seguir a metodologia utilizada na pesquisa com entrevistas semiestruturadas, que possibilitaram uma análise das trajetórias das vereadoras na esfera pública da política partidária.

### **5.2.2 Apresentando a metodologia**

Dentre as pesquisas de cunho qualitativo, utilizamos a investigação narrativa como estratégia metodológica. A narrativa tem sido defendida por pesquisadores, como Michael Connelly e Jean Clandinin (1995), por conta de sua abordagem de ideias teóricas sobre a natureza da vida humana, que podem ser aplicadas à experiência educativa.

Com base nesses autores, entendemos a narrativa como uma prática social que constitui os sujeitos no processo de ouvir e contar histórias. Esse processo de contar histórias vividas faz com que a pesquisa apresente outro olhar; ou seja, não apenas recontamos fatos que aconteceram em outro momento de nossas vidas, mas recontamos essas histórias tal como estas refletem-se em nossas experiências presentes. Dessa forma, tanto as histórias quanto os sentidos que damos a estas, conforme são recontadas ao longo dos tempos, vão sendo construídas, nos sujeitos, diferentes formas de ver e compreender suas próprias histórias.

Investigar as narrativas sobre a inserção política das vereadoras é investigar as suas histórias, experiências que as constituem enquanto mulheres e sujeitos políticos. Para Jorge Larrosa (2002), a narrativa é uma modalidade discursiva na qual as histórias que contamos e as histórias que ouvimos, produzidas e mediadas no interior de determinadas práticas sociais, passam a construir a nossa história, a dar sentido a quem somos e a quem são os outros, constituindo, assim, as identidades.

Partindo do pressuposto de que a investigação narrativa possibilita diferentes instrumentos para a produção dos dados narrativos, utilizamos a entrevista individual semiestruturada com 11 vereadoras dos cinco municípios que são objeto desta pesquisa (São José do Norte, Mostardas, São Lourenço do Sul, Santa Vitória do Palmar e Jaguarão), os quais situam-se na região sul do Rio Grande do Sul. Os municípios e as vereadoras foram escolhidos com base em alguns critérios, respectivamente: fazer parte do cordão sul-riograndense, no qual a Universidade já realiza algumas atividades; atuar no mandato vigente a esta pesquisa, 2009-2012.

Respeitando as questões éticas da pesquisa e da metodologia de investigação disponibilizamos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a autorização das entrevistas que foram filmadas e transcritas para posterior análise. Algumas questões

nortearam a entrevista: Como foi a sua trajetória na militância política? O que levou a senhora a se interessar pela política partidária? Quantos mandatos a senhora já exerceu? A senhora identifica os motivos que levaram o seu partido à indicação de sua candidatura? A senhora avalia que os/as eleitores/as levam em consideração o sexo do candidato para votar? Na opinião da senhora, quais os motivos que levaram os eleitores e as eleitoras a votarem na senhora para vereadora?

Com tais considerações, apresentamos brevemente as participantes da pesquisa e um pouco de suas trajetórias que serão identificadas por codinomes<sup>22</sup>.

**Sofia** participava de seminários e reuniões por volta dos anos de 1990, época em que se filiou ao seu partido. Envolvia-se em campanhas porque, segundo ela, sempre gostou de participar ativamente, ajudando os candidatos do partido que chegavam ao seu município como governadores ou deputados. Sofia aceitou a candidatura em 2008 para ajudar o prefeito na reeleição. Chegou à presidência da Câmara de Vereadores de seu município e teve a educação como foco de seu mandato.

**Clarice** começou seu exercício político ao se inserir em sindicatos. Queria lutar pela diminuição das desigualdades. Então, filiou-se ao seu partido e percebeu a política como uma ferramenta para diminuir as desigualdades e ajudar as pessoas. Foi sua primeira candidatura e eleição, recebendo apoio de sua família. O foco de seu mandato foi a saúde.

**Eva** foi impulsionada para a inserção política em razão participação de seus familiares, vindo a filiar-se em 1996 ao seu partido. Em 2000, incentivada por seu filho, concorreu a sua primeira eleição e foi eleita. Em sua família, nem todos apoiam-na, pois acham que Eva não tem idade adequada, mas ainda assim recebe algum incentivo. O foco de seus mandatos sempre foi a saúde.

**Tarsila** esteve engajada com movimento político, pois seu pai era político. Na escola, esteve envolvida em grêmios estudantis e entrou para a faculdade também participando dos movimentos. Teve sempre apoio da família. O foco de seu mandato foi relacionado à valorização do servidor público.

**Berenice** não gostava de política, mas, como seu marido participava, foi envolvendo-se aos poucos. Acredita que a sua inserção, assim como a das demais mulheres, atualmente se dá, principalmente, em razão da legislação. O foco de seu mandato deteve-se em questões internas da câmara e na saúde.

---

<sup>22</sup> Os codinomes foram estabelecidos pelas pesquisadoras.

**Valentina** começou a fazer política nos sindicatos, pela qualidade da educação. Em 2008, aceitou o convite do partido para concorrer ao cargo de vereadora, em razão do trabalho que vinha realizando na secretaria e foi eleita. Foi presidente da Câmara de Vereadores. Sempre teve o apoio de sua família. O foco de seu mandato esteve voltado para a educação.

**Júlia** esteve envolvida com a política, pois, desde a infância, seus pais já eram políticos. Assim, sempre teve apoio de sua família para continuar na política. Foi convidada pelo seu partido a concorrer, para ajudá-lo. O período da pesquisa foi sua primeira eleição e mandato. O foco de seu mandato foi a comunidade e a fiscalização do poder Executivo.

**Paola** começou seu envolvimento com a política em 1992, época em que seu marido participava e concorria a cargos políticos. Segundo ela, foi convidada por faltar mulheres para concorrer. Para ajudar o partido, ela aceitou o desafio, já que seu marido não concorreria mais. Sempre teve o apoio da sua família. O foco de seu mandato foi, especialmente a área da saúde pública.

**Vanessa** não queria entrar para a política. Seu pai, segundo ela, era fanático por política. Por isso, não tinha a pretensão de candidatar-se. Mas, nas últimas eleições, arriscou-se e foi eleita. Vanessa não teve muito apoio de sua família; estava casada e seu marido não queria que ela concorresse. Mesmo assim, ela encarou o desafio. O foco de seu mandato foi a saúde.

**Ligia** foi convidada a concorrer às eleições em 1996. Seu marido não acreditava em sua candidatura, pois ela não era política. Entretanto, Ligia concorreu às eleições e foi eleita. Sempre trabalhou com a comunidade; quando eleita, não mudou sua postura. Teve apoio de sua família e de seu marido para continuar na política. O foco de seus mandatos foi a área social na comunidade.

**Larissa** esteve envolvida com o movimento estudantil. Sempre participava do grêmio estudantil na escola e do diretório acadêmico na faculdade. Em 2008, concorreu à eleição, vindo a ser eleita. Teve apoio de sua família. Foi seu primeiro mandato e foi presidente da Câmara de Vereadores de seu município. Seu foco de atuação foi a juventude e as questões da mulher no município.

A estratégia de investigação das narrativas das participantes da pesquisa consistiu em analisar o que emergiu nas entrevistas desse grupo de mulheres e o que elas contam sobre suas trajetórias política. Com base nas contribuições da análise do discurso do filósofo Michel Foucault, a análise não consiste em descobrir o que está oculto nas narrativas das vereadoras ou o que elas realmente queriam dizer, mas, sim, atentar, sobretudo, para o que foi

naturalizado, explorando ao máximo o que está posto. Na realização dessa análise, Foucault vai nos dizer que:

Eu parto do discurso tal qual ele é! Em uma descrição fenomenológica, se busca deduzir do discurso alguma coisa que concerne ao sujeito falante; tenta-se encontrar, a partir do discurso, quais são as intencionalidades do sujeito falante – um pensamento em via de se fazer. O tipo de análise que pratico não trata do problema do sujeito falante, mas examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona. (FOUCAULT, 2006, p. 253).

Para isso, foi considerado que elas estão imersas em um conjunto narrativo de discursos e práticas, as quais, estão implicadas na constituição dos sujeitos e, com isso, na sua inserção política partidária em meio as relações de poder.

A seguir, apresentamos as análises com base nessas narrativas, nas quais identificamos o discurso político implicado na inserção das mulheres nessa área.

### **5.2.3 Problematizações sobre a inserção das vereadoras**

Ao longo da história, foi priorizado o privado como o destino das mulheres, o que as manteve afastadas da atuação social e política até recentemente. Ao transitar nas narrativas das vereadoras, identificamos que a atribuição da esfera pública como masculina, e da privada como feminina, incide na condição atual da inserção das mulheres na política partidária, mesmo que, na contemporaneidade, esse cenário tenha sofrido algumas modificações.

Nas vias de acesso ao campo político, o convite feito pelos partidos para candidatura, as campanhas e eleições são entrelaçadas por noções de público e privado, nas quais as mulheres historicamente foram interpeladas. Para Leila Coelho e Marisa Baptista (2009, p. 96):

Ainda que se considerem as modificações ocorridas nas últimas décadas relativas à atuação profissional feminina, no campo político a distinção público/masculino versus privado/feminino passa por uma transformação mais lenta e difícil. Considere-se, no entanto, que o cenário político supõe, mais que o exercício de uma atividade específica, a incumbência de debater, organizar e administrar a vida pública (...).

Objetivando debater essas questões, apresentamos alguns eixos temáticos que emergiram nas narrativas das vereadoras sobre a inserção política partidária.

## Vias de acesso à política

Quanto às vias de acesso, ou seja, como as vereadoras vêm ingressando na política, podemos verificar nas narrativas o tipo de capital político<sup>23</sup> que possuem. Em seus estudos, Luana Pinheiro (2007, p. 90) adota uma tipologia para a análise do capital político, que elege as mulheres como: capital familiar – delegado às famílias; capital oriundo da participação em movimentos sociais; capital delegado à participação em cargos público/políticos, em função de um saber técnico especializado; e capital convertido de outros campos que não o político. Nesse estudo, utilizamos as categorias de Pinheiro (2007), sem a pretensão de reduzir, em classificações as experiências das vereadoras, mas, sim, de conhecer quais capitais tem impulsionado o ingresso destas na política partidária.

Nas narrativas que seguem, podemos identificar alguns desses capitais:

*Sim, eu sempre estive engajada no movimento político. A história é com o meu pai que sempre foi político ele fundou aqui o PDT, só que eu era PMDB e ele PDT. Então ele participou até na época da revolução da ditadura a gente não podia era criança e não podia se manifestar e eu pegava os panfletos a noite e saía de casa para colocar por debaixo das portas, coisa de criança que saía e eu sabia dos assuntos, começava a captar assim e aquilo me dava prazer porque eu gostava dessa coisa e não podia e me arriscava, coisa de criança! E na escola também começou com os diretórios fiz parte de grêmio, entrei para a faculdade e aí começou aqueles movimentos para terminar, quando me formei vim para cá e aqui o meu pai, ele morava aqui plantava arroz então fundou o PDT [...] (Tarsila).*

*Na verdade eu não gostava de política, quem gostava de política era meu marido e em função de eu não me separar, digamos assim, porque a política é uma coisa que te leva muito tempo eu comecei a participar e hoje a gente participa os dois juntos ativamente, o meu marido também já foi vereador e a gente participa os dois (Berenice).*

*Bom, o meu irmão mais velho sempre foi político. Teve um tempo que ele foi assessor, trabalhou na assembleia legislativa durante muito tempo e aquilo me incentivou a entrar na política aqui [...], eu era de Porto Alegre. Eu tenho um filho também que ele também era filiado ao PT e concorreu na primeira eleição, ficou de suplente aí ele disse mãe agora nas próximas eleições de 2000, ele concorreu em 96, foi quando eu me filiei ao PT. Aí nas eleições de 2000 ele disse mãe concorre que eu tenho certeza que tu vai entrar, aí eu então tá, aí concorri e ganhei, foi até então naquele ano 899 votos a mulher mais bem votada [...] no ano em que concorri, agora já tem mais né, mas isso é de 2000 [...] (Eva)*

---

<sup>23</sup> A partir da noção de campo político de Bourdieu utilizada para denominar esse espaço particular da política, entende-se por capital político um tipo de capital social que assegura uma forma de apropriação privada de bens e serviços adquirido, por exemplo, nos aparelhos de sindicatos e partidos (PINHEIRO, 2007).

Nesses três fragmentos das narrativas das vereadoras, podemos observar o envolvimento político com base no contexto familiar das vereadoras: pai, marido e irmão. Isso vem se apresentando como uma característica da inserção das mulheres na política como via de acesso. De acordo com Pinheiro (2007, p. 25),

diversos estudos evidenciam a entrada de mulheres na política especialmente por dois canais: a participação em movimentos sociais e os laços de parentesco com famílias políticas, principalmente nas condições de filhas ou esposas de políticos já com tradição no campo.

Para Gloria Rabay (2014), em seu estudo com deputadas na Paraíba, a herança política do pai e o matrimônio são importantes vias de acesso quando se trata da inserção política das mulheres. Segundo a autora, a família tem se apresentado como componente característico das formas de fazer política e o início da trajetória política de muitas mulheres.

De acordo com Pierre Bourdieu (2011), para ingressar no campo político<sup>24</sup>, é necessário possuir um mínimo de capital político. Assim, para as mulheres que só a partir de 1932 começaram a ingressar na política partidária, com a universalização do voto, a herança do pai e o matrimônio tornaram-se a principal via de acesso para à política. Nas narrativas, fica evidente o envolvimento e experiências adquiridas das vereadoras com a política com base em seu contexto familiar.

Nas narrativas que seguem podemos verificar outras vias de acesso ao campo político que emergiram neste estudo:

*Eu comecei com o CPERS coloca aí. Sindicato aí eu fiz política, política... Aí a política é muito relativa né eu acredito que todos os dias nós fazemos política, nossa vida é sempre com atos políticos pode não ser política partidária, bom aí é uma diferença. Bom, política partidária eu comecei quando eu comecei a trabalhar, quando eu fiz concurso público lá pelos anos de 1982 primeiro eu era contratada em 78 quando eu fui contratada, eu comecei a militar no CPERS - sindicato por políticas públicas para o professor, para profissional da educação [...] (Valentina).*

*Bom, na verdade foi a época (1990) em que eu comecei a me envolver com o partido, as atividades partidárias, participando de seminário e reuniões, a própria filiação partidária foi nessa década. Depois, a partir de então eu fiquei sempre me envolvendo mais nas campanhas, que o nosso partido aqui no município era pequeno e que estava se constituindo a partir de várias formas e vários espaços. Então eu sempre participei de forma bem ativa nessas campanhas porque eu sempre gostei de me envolver de estar participando junto com os candidatos que vinham ao município, na época de governador, deputados e, depois mais*

<sup>24</sup> Segundo o autor é um microcosmo dentro do campo social em que relações, propriedades, ações e processos que se encontram no mundo global se reverterem de forma particular.

*fortemente na última campanha em 2004 que foi quando o nosso prefeito do nosso partido foi eleito aqui e aí a partir de 2005 eu assumi a Secretaria Municipal que é de Educação, Cultura e Desporto (Sofia).*

*[...] comecei a fazer parte do sindicato porque os sindicatos começaram a se formar também e aí com o passar dos anos eu conheci pessoas aqui dentro do sindicato também sonhadoras com uma vida melhor para todo mundo, aquele paixão que te leva para a política pelo menos eu fui levada pela paixão de que o mundo melhorasse que a vida melhorasse para todos. Esse é meu sonho que me levou para a política (Clarice).*

*[...] eu participava antes do mandato e antes de voltar para (o município) porque eu nasci aqui, vivi aqui e depois fui morar em Pelotas. Ai eu militei no movimento estudantil no período de 2001 a 2004, mais ou menos e, ai voltei [...] em 2006. E de 2008 para cá, que foi quando eu concorri foi a primeira eleição e ai o mandato é o tempo de atuação na política mesmo assim. Fora, que tenho filiação partidária ao partido dos trabalhadores desde 2001 [...] (Larissa).*

Nesses trechos das narrativas, identificamos outras vias de acesso dessas mulheres na política partidária: a participação em sindicatos e movimentos estudantis. Apesar de a herança familiar e o matrimônio serem a principal via de acesso apontada por alguns estudos, o envolvimento com sindicatos e movimentos estudantis e sociais tem proporcionado e impulsionado as mulheres à participação partidária. Isso significa que as mulheres também participam da vida política, de forma diferenciada e em esferas que não são tradicionalmente reconhecidas.

De acordo com Lúcia Avelar (1984), até os anos de 1980 os estudos focavam na crença de um apolitismo feminino e no menor interesse das mulheres pela política. Entretanto, para a autora “o que pode ter caracterizado como apatia ou desinteresse político, pode também ser visto como uma condição de desigualdade estrutural em que se encontram determinados grupos da sociedade, entre os quais se situam as mulheres” (AVELAR, 1989, p. 58).

Pinheiro (2007, p.58), contribui para pensar na desmistificação do mito do apolitismo feminino, pois, “A experiência nesses setores, que são também importantes arenas de preparação para a política institucional, favorece a emergência de indivíduos com capacidade de liderança e motivados a participar da vida política formal”. Além disso, a autora destaca que esta porta de entrada para as mulheres abriu-se significativamente com o processo de redemocratização, o qual permitiu a formação de quadros para além do familiar ou partidário.

Assim, podemos verificar a relevância dos capitais políticos para a o acesso das vereadoras à política partidária. Das onze vereadoras entrevistadas neste estudo, três possuíam capital de movimentos sociais; seis com capital familiar – destas três são filhas de políticos, uma é irmã e duas são esposas. Além do capital familiar, as vereadoras possuíam outro capital político o de ocupação de cargos públicos, uma é secretária de educação e uma é professora. Essas vereadoras mesclaram esses capitais; algumas mobilizavam dois desses capitais, como o familiar e a ocupação em cargos públicos; e os movimentos sociais e a ocupação nos cargos públicos. De qualquer forma, ficam evidentes os principais capitais encontrados neste estudo sobre o ingresso das vereadoras na política partidária: familiar, movimentos sociais e ocupação em cargos públicos.

### O convite

Ao narrarem as suas trajetórias, as onze vereadoras enfatizaram o convite para as suas candidaturas. Podemos observar nas narrativas abaixo:

*Bom, então em um determinado momento da minha vida em 2004, tu vê que não faz muito tempo eu já estava com não sei quantos anos de magistério, eu fui convidada para ser secretária de educação do município aí eu comecei, fui secretária em 2005 até as eleições de 2009 porque aí eu acredito que o partido enxergou em mim um potencial para ser uma representante do partido no caso para ser candidato a vereador, aceitei a proposta, foi um desafio mais um desafio na minha vida porque a minha vida sempre foi com desafios e fui eleita, fui a mais votada no município de todos os partidos e foi isso [...] (Valentina).*

*Fui convidada por ser secretária da educação, o pessoal disse da casa que havia uma boa relação com a classe dos professores, dentro da secretaria que tinha uma simpatia muito grande desse grupo de professores, educadores do município e como eu trabalho na secretaria de educação e aí então fui convencida e resolvi me candidatar (Sofia).*

*Eu me aposentei em 96 sabes e quando eu me aposentei em 96 eu fui convidada a fazer parte de um partido político, nunca tinha feito resolvi fazer e meu marido dizia assim Tu é louca, nunca foi política. Eu dizia ah vou me candidatar me convidaram e agora eu vou me candidatar, por que agora eu fui 27 anos professora de sala de aula (Ligia).*

Nesses trechos das vereadoras, notamos que estas foram convidadas pelos seus partidos para lançarem as suas candidaturas. Os motivos elencados por elas, para esse convite, foi a participação na comunidade, com seus trabalhos, como secretárias de educação e professoras. Ao longo das narrativas das onze vereadoras, identificamos que todas foram



convidadas pelos partidos, algumas, inicialmente, recusaram-se; outras aceitaram apenas para ajudar o partido; e ainda outras aceitaram o desafio. Mas, de todo modo, nenhuma pretendia originalmente lançar-se candidata.

Essa situação esteve presente também na pesquisa realizada por Clara Araújo (2010) com deputadas e deputados de Brasil e Argentina, em que as mulheres de ambos os países disseram ter sido lançadas pelas circunstâncias à condição de candidatas, diferentemente dos homens, que assumiram claramente “o ser candidato” e “o ser político”. Com base nos estudos de gênero em suas vertentes pó-estruturalistas, o que identificamos como uma característica da cultura política é que, para as mulheres, por muito tempo, a política não era uma possibilidade, devido à construção binária homens/mulheres, público/privado. Segundo Brito (2001, p. 291), “historicamente, a construção das identidades de homens e mulheres se tem configurado a partir da dicotomia entre as esferas pública e privada, com atribuições de papéis, atitudes e valores previamente definidos segundo modelos naturais”. Essa cultura reflete nas candidaturas e na inserção nesse campo.

Nas narrativas que seguem, notamos outro aspecto referente ao convite oferecido pelos partidos políticos:

*[...] aí chegou um dos companheiros do partido e disse pra mim? Olha (na época começou as cotas para as mulheres que precisava ter) nós vamos precisar da senhora pra vir concorrer, precisamos de mulheres. Eu tá, sempre participei né, tudo bem vamos lá (Tarsila).*

*[...] no mandato que eu tentei a eleição política fui convidada pelo partido, a gente sabe que hoje as mulheres... Precisa ter um limite de mulheres, tem vagas especiais para mulheres na política, na candidatura. Fui convidada pelo partido, fui instigada até porque não, na verdade neguei até o último momento, mas a final, partido é uma coisa que eu sempre votei e meu partido não vou mudar [...] O município também precisa de pessoas de bem que estejam na frente desses cargos que são tão importantes que resolve tantas coisas por tantas pessoas, então foi nesse sentido, que eu resolvi aceitar a entrar no pleito eleitoral (Julia).*

Nas falas das vereadoras, notamos que os partidos procuravam por mulheres para concorrer. Isso atualmente está relacionado principalmente à implementação da lei de cotas partidárias. A Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, no parágrafo terceiro do Artigo 10º, visando criar estratégias que estimulem à participação feminina, estabelece: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”. Nessa direção,

As cotas vêm-se transformando numa das estratégias privilegiadas na luta das mulheres por inserção nas esferas de poder, gerando impactos simbólicos importantes ao contribuir para alterar determinadas percepções sobre o lugar da mulher na política, e também impactos objetivos, quantitativos, ao propiciar aumentos efetivos nos percentuais de mulheres presentes nas esferas de representação parlamentar em muitos países nos quais vêm sendo adotadas as cotas. A implantação de políticas de cotas é também responsável pela elevação dos percentuais de presença feminina nos parlamentos de muitas nações latino-americanas (ARAUJO, 2001, p. 232).

Nesse sentido, a política de cotas vem provocando algumas mudanças no cenário político; entretanto, mesmo com a implementação da lei e a procura dos partidos em busca de mulheres para concorrer, a dificuldade para superar o *deficit* de gênero na política permanece. As vereadoras não desconsideram a importância da lei em suas narrativas, pois esta proporciona efeitos e discussões sobre a participação das mulheres na política. Com base na lei, a participação política das mulheres ganhou mais visibilidade, segundo Pinto (2001, p. 102),

A existência da lei não mudou substancialmente a participação das mulheres, mas provocou movimentos no sentido de trazer as mulheres para dentro dos partidos e instrumentalizá-las para a vida política: são muitos os diretórios partidários em todo o Brasil que promovem cursos para mulheres candidatas a cargos eletivos.

Nesse sentido, a lei vem proporcionando movimentos e desestabilizando os partidos políticos que precisam trazer as mulheres para o âmbito da política institucional. Além de os partidos precisarem buscar as mulheres para concorrerem e filiarem-se, estes estão fazendo movimentos de palestras, cursos, conferências, livros que discutem a participação das mulheres. Podemos notar essas questões em algumas imagens disponibilizadas na Internet, com ações desenvolvidas por parte dos partidos:



Figura 5: Imagens disponibilizadas na internet que denotam ações desenvolvidas pelos partidos para a participação feminina.  
Fonte: Domínio público no Google, 2013.

Entretanto, como destaca a vereadora Larissa, apenas a lei de cotas não contribuiu para uma efetiva participação das mulheres na política partidária e representativa. A baixa participação das mulheres nesse espaço dá-se por diferentes questões: históricas, culturais, econômicas e sociais. Conforme a vereadora:

*A política afirmativa para a mulher hoje tem que garantir que ela não fique em condições de desvantagem porque ela é mãe, porque é dona-de-casa, porque é mãe solteira. O que eu vejo é que isso é um grande problema, ao mesmo tempo em que se abrem alguns espaços não se possibilita porque não são todas as mulheres que pode pagar outra mulher para trabalhar na sua casa, para cuidar de seus filhos então as políticas elas não estão diretamente... eu acho que elas para a mulher, o espaço para ela ocupar o estão de certo ponto abertos, mas estão faltando as condições para que elas consigam chegar (Larissa).*

Nesse sentido, a participação das mulheres nesse espaço depende das condições que são estabelecidas na sociedade em geral. Apenas a lei não é o suficiente para uma efetiva participação feminina. Por esse viés, muitas feministas vêm propondo e discutindo a necessidade de uma reforma política.

Assim, perguntamos, com o convite à candidatura, como se dá a inserção das vereadoras no sistema eleitoral? Considerando que o sistema partidário é um componente do sistema político, em que o voto constitui a forma de escolha e representação política, sendo os

partidos o canal dessa viabilização, a relação entre sistema partidário e sistema eleitoral é intrínseca (ARAÚJO, 2005).

### Campanhas e eleições

Nesse item de análise, destacamos as narrativas das vereadoras sobre o processo das campanhas, os/as eleitores/as e a sua eleição. Nos trechos abaixo, podemos identificar como foram desenvolvidas as campanhas eleitorais das vereadoras:

*(...) eu larguei com o apoio da minha família então a minha campanha ela foi dada por um grupo de amigos e pela família. Eu tinha muita identificação com os jovens, embora a participação da juventude seja muito baixa nas eleições ainda, mas eu tinha uma identificação, tenho ainda e tentei fazer uma campanha que dialogasse nesse sentido, mas não era uma campanha que largava já com muito apoio né, então eu comecei a ganhar apoio e adesão nos comícios porque eu tinha facilidade de me expressar então eu comecei a ficar conhecida assim, nesse aspecto na hora que eu ia para falar por mais curto que fosse eu sentia que as pessoas paravam para escutar então foi assim que eu comecei a ganhar mais amplitude, mas não foi de largada não, não sai cotada como sendo uma forte candidata muito pelo contrario (Larissa).*

*A minha campanha foi muito humilde porque eu não, eu disse assim: se nesses 30 anos de trabalho público (...), se as pessoas acharem que eu devo ir para o legislativo elas vão votar em mim senão acharem eu vou perder as eleições no caso perder, eu não vou me eleger. Então eu fiz uma campanha humilde que as pessoas do partido diziam assim: a tua campanha, a tua candidatura não tem... como eles diziam? Não esta... Ah como é que... Visibilidade. Porque os outros faziam aqueles baita cartazes enormes eu não fiz nenhum cartaz enorme. Eu fiz só aqueles santinhos com tudo o que eu tinha feito, aquela história toda, e não tinha, ah não tinha visibilidade e muita gente aí na tua pergunta muita gente dizia assim: eu vou votar em ti, mas não pensa que tu vai te eleger porque mulher não vota em mulher e homem não vota em mulher também e mais uma coisa professor não vota em professor isso aí me diziam sempre. (...) Então isso aí foi toda a campanha, então eu tinha na minha campanha a ideia de que eu não iria me eleger por quê? Porque mulher não votava em mulher, porque professor não votava em professor e toda essa história. Só que votaram em mim e eu acho que as mulheres muitas vezes não votam em mulher porque não acreditam na mulher (Valentina).*

Podemos verificar nesses trechos que a campanha eleitoral dessas vereadoras deu-se principalmente pelo contato corpo a corpo e com a ajuda da família e amigos. Uma das dificuldades para as mulheres elegerem-se está relacionado com a visibilidade política nas mídias e o financiamento de campanhas destacado por alguns estudos. Entretanto, para essas vereadoras essa situação não foi um empecilho. Isso pode estar relacionado com o contexto

dos municípios, por serem pequenos e terem a possibilidade de reconhecimento maior do que em cidades maiores. Para Almira Rodrigues (2013) a esfera da política partidária municipal

tende a ser mais fácil o acesso das mulheres a essas posições, no sentido de que a presença das mulheres e sua atuação na comunidade podem fazer um melhor contraponto à falta ou à precariedade de recursos financeiros e de influência política. Embora não se deva subestimar o fato de que a candidatura de mulheres tende a enfrentar uma cultura patriarcal mais arraigada em pequenos e médios municípios, a visibilidade e a efetividade do trabalho político das mulheres tendem a ser reconhecidas e valorizadas.

Apesar de os municípios serem mais acessíveis à inserção das mulheres na política partidária, ainda há predominância masculina. De acordo com a autora, esse cenário político necessita de reflexões e mudanças. Quando se trata de questões de gênero, em diferentes instâncias sociais, é necessário atentar para as suas interlocuções com outros marcadores sociais, como, por exemplo, raça/etnia. Rodrigues (2013) afirma-nos que não tem informações de candidato/as eleitos/as quanto ao quesito de raça/etnia, pois a ficha do TSE não inclui o que impede o conhecimento e as análises sobre o tema. Ressalta-nos a autora que o quesito sexo só foi incluído com base na pressão dos movimentos de mulheres e a bancada feminina no Congresso Nacional em 1998.

Rodrigues (2013) destaca uma pesquisa de opinião desenvolvida por Centro Feminista de Estudos e Assessoria- CFEMEA sobre Direitos das Mulheres na Legislatura 1999-2002. Das 36 mulheres que constituíam a bancada feminina, apenas 11% destas declararam-se negras. Assim, podemos notar que muitas mulheres negras ainda permanecem excluídas de seus direitos políticos de atuação partidária.

Em outra narrativa, verificamos que nem sempre a primeira candidatura é prioridade para as mulheres, pois estas visam apenas contribuir com os partidos:

*Quando me convidaram para participar das eleições no primeiro ano não me elegi. Não trabalhei propriamente para mim, fiz 189 votos me preparei para trabalhar mais pelo majoritário, sabe. Achava que eu não me elegia, então não vou me preocupar, não tinha a noção ainda do que estava em relação a política. (...) entrei de novo fui a segunda mais votada. Então assim, a minha trajetória até que foi bem engraçada porque eu jamais imaginava que um dia eu ia entrar para a política, que eu ia concorrer, que ia me eleger achava que eu estava fazendo só uma soma realmente para o partido, mas foi totalmente diferente de uma coisa que eu nem imaginava e acabei entrando e hoje estou aí brigando na política, uma briga constante (Vanessa).*

Na narrativa da vereadora, notamos que as candidaturas das mulheres, muitas vezes, não apresentem a intenção real de eleição tanto pelas candidatas quanto pelos partidos. Isso precisa ser problematizado, uma vez que, com base em Pinheiro (2007), esta relação pode perpetuar um ciclo vicioso. Em suas palavras:

O relacionamento das mulheres com os partidos, tradicionalmente, tem sido mais sazonal do que contínuo, e envolve participação nas campanhas de outros candidatos, ajuda na organização de eventos, mas sempre com muito poucas mulheres como candidatas lançadas pelo partido. Em geral, os motivos alegados para explicar o irrisório incentivo e o pouco espaço das mulheres nas estruturas partidárias referem-se ao fato de as mulheres serem recém-chegadas na arena política formal, não terem tradição como grupo social nem contarem, geralmente, com a força de organizações econômicas e profissionais. Cria-se, assim, um círculo vicioso, pois às mulheres não se dá espaço porque não têm capital político, e, sem esse espaço, elas não conseguirão o capital necessário para se fazerem notadas e reconhecidas nos partidos e, conseqüentemente, para garantirem presença nos canais formais de representação (PINHEIRO, 2007, p.83).

No entanto, a maioria dessas vereadoras foi eleita as mais votadas em seus municípios, o que está relacionado com diferentes fatores, como podemos notar nas narrativas que seguem:

*Eu identifico que essa questão da juventude que eu batia bastante isso é motivável porque eu tive muito voto das pessoas bem mais velhas da terceira idade que pensavam assim, ah necessidade de renovação na cidade. Tanto que aqui na câmara apenas um vereador foi reeleito o resto mudou totalmente e o percentual de jovens também porque existe eu e existe mais dois vereadores que quando se elegeu tinha menos de 30 anos, então é um percentual bastante elevado (Larissa).*

*Eu acho que para apostar em uma pessoa diferente porque eu entrei assim pela primeira vez; também a família a gente tem um segmento político então as pessoas também conhecem o trabalho da minha mãe, do meu pai acredito que isso também ajudou e, acho que claro que deve ter outras cada um foi quase 300 votos, cada um deve pensar uma coisa, mas no geral assim é mais ou menos isso (Julia).*

*Eu acho assim, que eles viram de repente uma mudança, alguém diferente uma pessoa humilde que ia trabalhar e estar com eles e como eu te falei aquele dia, eu trabalho na área da saúde. Então, o que acontece, trabalhar na área da saúde eu via constante os problemas eu arrumava uma consulta de um lado de outro então isso motivou eles também. Essa área trabalhar com as pessoas, ver os problemas foi pra mim isso ai. E eu, a humildade de estar junto com eles, sabe trabalhando eu acho que isso ai foi o diferencial (Vanessa).*

*Sim, eu acho que os motivos é que a gente, eu atendo a todos sem olhar as cores partidárias eu sou muito assim se eu tenho que ti atender eu não pergunto quem tu es tá tu bateu na minha porta tu está sendo atendida (Ligia).*

*Eles me elegeram pela minha maneira de ser na área da saúde (Eva).*

Nesses fragmentos narrativos das vereadoras, notamos que estas consideram importantes para a recepção dos votos dos/as eleitores/as: a necessidade de renovação política com base nos jovens; a tradição política familiar; a necessidade de outras pessoas, para além das que comumente se candidatam; e o trabalho na comunidade em áreas como a saúde. Esses fatores são as principais características da política municipal em que as mulheres encontram maior acessibilidade e estão relacionados com o capital político.

Quando questionadas se o voto dos/as eleitores/as levam em consideração ou não o gênero do candidato nas eleições, algumas vereadoras enfatizaram que não conseguiram identificar isso em suas campanhas. Nas narrativas que seguem notamos algumas questões:

*Os eleitores, eles não veem isso aí, porque são poucos os que veem como a gente vê aqui dentro da câmara os colegas vereadores (Ligia).*

*Não, eu acho que levam em conta o que o vereador ou vereadora lhes oferece. Aquele vereador que nunca ofereceu nada que nunca contribuiu em nada pra ninguém, acho que não tem como a pessoa tem que mostrar trabalho (Eva).*

*Não senti isso, por ser mulher. Algumas pessoas disseram: ah, uma mulher, precisamos de uma mulher. Agora, na época assim, há oito anos não senti muito isso. O que eu senti, assim, que as pessoas tinha uma visão de eu ser conhecida na comunidade, saberem que eu era, de conhecerem a pessoa e se identificarem um pouco comigo. De eu conseguir chegar até as pessoas, ter essa tranquilidade de pedir votos, porque precisamos, tínhamos propostas. Então, não senti isso, nem entre homens e nem entre mulheres (Tarsila).*

Para essas vereadoras o que os/as leitores/as levam em consideração no momento da votação é o trabalho e a contribuição para a comunidade, independentemente de ser homem ou mulher. Entretanto, nem todas as vereadoras tiveram o mesmo posicionamento, levando-nos a atentar para as descontinuidades das narrativas. Como podemos observar nas narrativas abaixo:

*Eu acredito que sim, eu até estava com um pouco de medo te confesso, porque sempre existe aquela velha história de que homem não vota em mulher, mas o que eu vi acho que esse mito já esta sendo derrubado. Inclusive me arrisco a dizer que se hoje uma mulher fosse candidata à prefeita, até não digo que ganhasse, mas que faria um diferencial faria. Porque existe essa esperança, acham que com a mulher vai ser diferente, eu acho que o povo está depositando agora, a prova disso é a própria Manuela D'Ávila, a Ana Amélia Lemos que está fazendo um belo de um trabalho, a própria Manuela que se cogita ser a próxima prefeita de Porto Alegre.*

*Então, eu acho que existe esse mito esta caindo por terra abaixo, acho que as mulheres e os homens estão votando em mulheres também (Berenice).*

*É ainda existe, a parte que leva mais isso é os jovens. O jovem vendo o candidato homem bonitinho que seja assim aquele menino que contempla que a juventude está fazendo que você é um idolozinho sabe, não que a política não seja melhoria para eles, mas é aquela coisa da balada eles votam. Isso existe ainda, é muito marcante a carinha bonitinha, mas lá dentro vazio. Não quer dizer que uma cara bonitinha não tenha bons ideias, mas eles não colocam isso junto, ainda não sabem, o jovem não sabe que amanhã ele vai precisa de alguém que prime pelo futuro, e isso o jovem, de maneira geral, eles se apegam à parte física, não quer dizer que seja todos, mas ainda a maioria se atem a isso, não olham o conteúdo e a capacidade do candidato (Clarice).*

Notamos nessas falas que as vereadoras consideram haver uma escolha de gênero, e também geracional, pela idade do/a candidato/a nas eleições. O outro fator apontado é o voto das mulheres, como verificamos nas narrativas a seguir:

*Bom, tu sabes que (...) a quantidade de mulheres votantes é muito grande e a quantidade de mulheres que já passaram pela nossa câmara são muito pequenas. Então, a gente vê que se elege, não por ser mulher, às vezes por conhecer pessoas, mas as mulheres não apostam muito nas mulheres, porque se as mulheres votassem (...) nós elegeríamos mais da metade dos vereadores são nove, com certeza nós teríamos mais cinco mulheres na câmara hoje. Se todas as mulheres votassem em mulheres (Julia).*

*Até acredito que, assim, te digo que haja mais preconceito da mulher com a mulher. Até acredito que não, (...) hoje nós temos três vereadoras na câmara. Então, eu acredito que não, embora ainda exista um pouquinho de preconceito (Vanessa).*

*Não houve preconceito com relação a isso de dizerem: bah, entraram três mulheres. Não, isso ficou bem reforçado do papel das mulheres que começavam a tomar e começa a tomar um espaço e a própria reação, ah, começaram com três as mulheres começaram a se expandir na sua participação na política (Sofia).*

Apesar de, no Brasil, a possibilidade de votar em mulheres e de ser votada ter sido assegurada em 1932 com base na luta dos movimentos de mulheres e feministas, nessas falas, verifica-se que muitas mulheres não votam em mulheres. Isso quer dizer que, o voto em mulheres está relacionado com concepções culturalmente produzidas de gênero na sociedade. Ou seja, devido à construção de que lugar de mulher não é na política, homens e mulheres imersos nesta cultura patriarcal e falocêntrica foram constituídos por tais pressupostos.



Entretanto, podemos identificar também, rupturas, afrouxamentos e novos olhares, relações e ações de homens e mulheres na política, o que nos provoca a pensar que temos muito caminho para a construção de uma sociedade democrática e plural.

#### 5.2.4 Considerações

Para o gênero, que pertencia ao espaço privado, entrar no santuário masculino da política, como contribui Michele Perrot (1988), não foi uma tarefa fácil. Significava ultrapassar as fronteiras de gênero, de classe, de raça/etnia, de sexualidade; lutar pelo direito a uma cidadania em uma sociedade produzida por um modelo hegemônico e falocêntrico, em que as próprias mulheres são constituídas e subjetivadas; superar seus próprios conceitos, medos e visões que foram ensinados desde a mais tenra idade.

Nesse contexto, desde a Revolução Francesa, as mulheres já não admitiam mais viver sobre a égide masculina, na qual, ao longo da história e da cultura, subjetivavam-nas e enclausuravam-nas no espaço privado. Com base em uma organização política dos movimentos de mulheres e do movimento feminista, houve importantes lutas e conquistas. Isso teve importantes contribuições para a recente inserção das mulheres nos espaços públicos e na política, como, por exemplo, o direito ao voto universalizado em 1946, no Brasil, e a lei de cotas de 1997, que reserva no mínimo 30% e no máximo 70% das candidaturas para cada gênero.

O que objetivamos, ao longo do texto, foi conhecer como as mulheres vêm inserindo-se nessa esfera pública da política partidária, com base em suas vozes, histórias, experiências e trajetórias. Isso possibilita-nos compreender seus entendimentos, dificuldades e conquistas. A inserção política das mulheres é um direito de um grupo social excluído por séculos em nossas sociedades. Trata-se de um grupo que carrega ainda hoje o peso da não cidadania.

Entretanto, atualmente diante de algumas modificações no trabalho, na educação, na saúde etc. fica evidente as reconfigurações das esferas públicas e privadas e, conseqüentemente as inter-relações entre os sujeitos nessas esferas. Assim,

As mulheres, portanto, mesmo partindo da esfera privada, podem agir politicamente, utilizando recursos específicos, seguindo caminhos que cruzam os espaços públicos e privados. A dimensão política não se restringe exclusivamente à esfera pública, às atividades masculinas, mas está presente também no cotidiano que homens e mulheres vivenciam em conjunto numa determinada relação histórica e que interessa analisar com um enfoque integrador, sem pré-interpretações globalizantes, sem juízos valorativos que desqualificam de antemão formas diferenciadas de envolvimento político (BRITO, 2001, p. 297).

O público e privado mesclam-se nas narrativas das vereadoras e demonstram a construção histórica das relações sociais nessas esferas. Nas vias de acesso da inserção política, notamos que algumas vereadoras não estavam propriamente na esfera pública, mas tinham contato com estas por meio dos pais, maridos e irmão, o que evidencia que o privado não pode atualmente ser sinônimo de isolamento e conservadorismo. Outras vereadoras tinham esse contato no envolvimento em movimentos sociais e cargos públicos relacionados às áreas consideradas como pertencendo ao gênero feminino como a saúde e a educação. Isso proporcionou a construção de um capital político que contribuiu para o lançamento das campanhas e posterior eleição.

Apesar de possuírem o capital necessário para a inserção política, notamos ao longo das narrativas dificuldades destacadas, por exemplo, como a votação. O voto principalmente das mulheres é assinalado como uma dificuldade para a inserção, pois muitas não votam em mulheres, evidenciando que a figura masculina ainda se apresenta com credibilidade e confiança para a sociedade na política. Isso quer dizer que a inserção política partidária das mulheres está relacionada com diferentes fatores, que pertencem tanto às esferas privada quanto à pública. Esses fatores culturais, históricos, sociais, econômicos mesclam-se com as identidades de gênero, étnico-raciais, sexuais etc., interferindo e determinando a inserção política das mulheres.

### 5.2.5 Referências

ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo- um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, v. 18, ano 2, p. 352, maio/ago., 2010.

\_\_\_\_\_. Partidos Políticos e Gênero: Mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista Sociologia Política.**, Curitiba, n. 24, p. 193-215, jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Potencialidades e limites da lei de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 231-252, 2001.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, jan./jul., p. 193-216, 2011.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, p. 2009-298, 2. sem. 2001.

CONNELLY, F. M.; CLANDININ, D. J. Relatos de experiencia e investigación narrativa. In: LARROSA, Jorge, et al. **Déjame que te cuente: ensayos sobre narrativa y educación**. Barcelona: Laertes, 1995. p. 11-59.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **As donas no poder**. Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFNa- Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A História da Inserção Política da Mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 9, n. 7, p. 85-99, jan./jun. 2009.

FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos IV–Estratégia, Poder- saber. 2ªEd. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **O Sujeito da Educação: Estudos Foucaultianos**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 35 –86.

MACHADO, Leila Domingues; LAVRADOR, Maria Cristina Campello. **Configurações contemporâneas do público e do privado**. Psicopedagogia: alguns hibridismos possíveis. Vitória: Edufes, 2000.

PERROT, Michele. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós- constituinte**. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres: Brasília, 2007. 224 p.

RABAY, Gloria. **Imagens de mulheres na política e voto feminino**. Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/1/GT03/06.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

RODRIGUES, Almira. As mulheres e a política: uma análise de gênero e etnia no espaço da política. **Centro Feminista de Estudos e Assessoria- CFEMEA**, Brasília. Disponível em: [http://www.mulheres.gov.br/mais-mulheres-no-poder/debates/politica-e-genero/as\\_mul\\_1.pdf](http://www.mulheres.gov.br/mais-mulheres-no-poder/debates/politica-e-genero/as_mul_1.pdf). Acesso em: 30 ago.2013.

SIBILIA, Paula. Eu privado e o declínio do homem público. \_\_\_\_\_In: **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2008. p. 55-85.

### 5.3 “VOCÊS NÃO PODEM MARCAR REUNIÕES MUITO EM CIMA DA HORA. EU TENHO DOIS FILHOS PARA RESOLVER ONDE VÃO FICAR”: PRÁTICAS DE SER MULHER NA POLÍTICA PARTIDÁRIA

Resumo: Neste artigo, discutimos a participação política de vereadoras da região sul do Rio Grande do Sul, a fim de entender algumas práticas que emergiram em suas narrativas. Para tanto, utilizamos a investigação narrativa como metodologia, com base em entrevistas semiestruturada com onze vereadoras no mandato de 2009-2012. Fundamentamos esta pesquisa na perspectiva dos estudos de gênero em suas vertentes pós-estruturalista, a fim de desestabilizar algumas práticas instituídas neste espaço político, como práticas de atuação; práticas de ser mulher; práticas partidárias e práticas de implementação das cotas na política. Com isso, verificamos conflitos, disputas e negociações na participação das vereadoras na política partidária.

Palavras- chave: Vereadoras; Gênero; Política; Narrativas.

#### 5.3.1 Introdução

“Mais mulher na política: Mulher, tome partido!” é o tema da campanha da Procuradoria Especial das Mulheres no Senado, a qual denuncia a baixa representatividade das mulheres na política e propõe modificações em um livreto publicado em 2013. Essa produção expõe a atual participação das mulheres na política partidária e representativa e apresenta alguns índices como, por exemplo, em que o Brasil é o 156<sup>o</sup><sup>25</sup> em um *ranking* de participação política feminina.

Entretanto, de acordo com Maria Brito, para além dos índices reprovativos de participação política das mulheres,

o mais importante não seriam o aspectos quantitativos da participação política feminina. Haveria, antes, que tratar das questões levantadas pelo tipo de participação das mulheres no político, mostrando-se a existência social e política de um sujeito feminino no qual se reconhecesse um poder e que se movimenta, se empenha conforme a situação vivida em cada época. As redefinições conceituais propostas pela crítica feminista alargaram as perspectivas de análise, reavaliando, através de exemplos de estratégias femininas exitosas, a pretensa invisibilidade e/ou marginalidade das mulheres na política (BRITO, 2001, p. 294)

---

<sup>25</sup> No *ranking* de participação política nos parlamentos participaram 188 países. Primeira posição foi ocupada pela Ruanda seguida de Andorra, Cuba e Suécia. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/senado/procuradoria/arquivos/livreto-mais-mulher-na-politica>

Assim, neste artigo, temos como objetivo discutir a participação de mulheres na política partidária com vereadoras de alguns municípios da região sul do Rio Grande do Sul. Nossas discussões desenvolver-se-ão em torno de como essas vereadoras, que estão inseridas nesse espaço, atuam: Quais são suas dificuldades? Que práticas são instituídas? Qual a relação com os demais colegas vereadores? Como participam no interior dos partidos políticos? Com isso, não estamos desconsiderando as estatísticas e dados quantitativos; mas focamos nas histórias e trajetórias das mulheres que participam desse campo político. As discussões estarão fundamentadas com base nos estudos culturais<sup>26</sup> e de gênero em suas vertentes pós-estruturalista e alguns estudos da Ciência Política sobre participação política.

Para esta pesquisa, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com a metodologia de investigação narrativa (CONNELLY; CLANDININ, 1995; LARROSA, 1996), com onze vereadoras que atuavam no mandato 2009-2012 nos municípios de São José do Norte, São Lourenço do Sul, Santa Vitória do Palmar, Mostardas e Jaguarão.

Nesse contexto, dividimos o texto em alguns momentos: no primeiro momento, apontaremos a emergência e contribuição do conceito de gênero para as relações entre homens e mulheres na sociedade. No segundo, apresentamos a trajetória da pesquisa com as mulheres vereadoras por meio da metodologia de investigação narrativa, evidenciando como os dados empíricos foram produzidos; e as escolhas, traçadas nesta investigação. Em seguida, tecemos algumas análises com base nas narrativas das vereadoras, ao longo das entrevistas desenvolvidas. Por fim, apresentaremos algumas considerações.

### **5.3.2 Gênero, mulheres e política**

Ao focar nossos olhares na participação das mulheres na política partidária, não podemos deixar de considerar as condições que foram produzidas ao longo de nossa história e cultura para que essa participação emergisse. Afinal, as mulheres, há pouco tempo, estão presentes nesse espaço, considerado socialmente como masculino.

Nesse sentido, iniciaremos com um conceito que vêm contribuindo para as análises das questões relacionadas às mulheres e aos homens nas sociedades, suscitando discussões acerca dos direitos sociais, civis, econômicos e políticos. Além disso, problematiza as representações e os processos culturais e históricos que estão implicados na construção de nossas identidades sociais, o conceito de gênero.

---

<sup>26</sup> Os Estudos Culturais caracterizam por ser um campo de estudos que se utilizam de diversas disciplinas para estudar os processos de produção cultural da sociedade contemporânea.

Como os diferentes conceitos existentes em nossa sociedade –, raça, etnia, classe, entre outros –, o conceito de gênero emerge em meio a contextos políticos, sociais, históricos e econômicos. Para pensar nas contribuições desse conceito, dialogamos com algumas autoras que são referências nos estudos de gênero, como Judith Butler (2003), Guacira Louro (1997) e Joan Scott (1995). Nessa perspectiva, discorrer sobre conceito de gênero significa falar do movimento feminista, pois este está diretamente ligado à história desse movimento, que possibilitou algumas condições para que, atualmente, as mulheres participassem da política em diferentes esferas: municipal, estadual e federal.

Os movimentos feministas têm buscado evidenciar a opressão das mulheres na sociedade e a procura pelos seus direitos. Segundo Guacira Louro (1997), esse movimento ocorreu em meados do século XIX, podendo ser dividido em duas ondas: a primeira onda refere-se ao chamado sufrágio – direito ao voto; a segunda, aos investimentos na produção do conhecimento.

No Brasil, as ações das feministas intensificaram-se segundo Silvana Souza (2010), em torno de 1918, com Berta Lutz e um grupo de colaboradoras. No entanto, foi a partir de 24 de fevereiro de 1932 que as mulheres conquistam o direito ao voto pelo decreto do então presidente Getúlio Vargas. Segundo Souza (2010), suas reivindicações foram concretizadas na Constituição de 1934 em que Berta Lutz foi membro da comissão que elaborou o anteprojeto. Desde então, as mulheres vêm conquistando lentamente espaços de atuação política.

O conceito de gênero emerge em meio à produção do conhecimento acadêmico. Este é inicialmente usado pelas feministas anglo-saxãs diferentemente de sexo, com a intenção de rejeitar o determinismo biológico. Esse determinismo assegura que homens e mulheres são biologicamente diferentes; e que a relação entre ambos decorre dessa distinção. Nesse sentido, o conceito procurava se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas nas sociedades. Assim, o conceito vem mostrando a produção cultural dessas características.

A feminista Judith Butler (2003) vem provocando a discussão desse conceito, ao afirmar que tanto o gênero quanto o sexo são produções culturais, o que não desconsidera a materialidade biológica, mas enfatiza a necessidade de desconstruir essa dicotomia sexo/gênero, em que o primeiro é considerado natural; e o segundo, cultural.

Em seus estudos, Souza (2010) evidencia também a importância dos homens na historiografia dos estudos que contemplam as décadas de 1930 e 1940, o que não desconsidera o protagonismo das mulheres e do movimento feminista. De acordo com a

autora, “são eles que fazem e detêm o poder de fazer, sobretudo no que tange à legislação social, assistencial, trabalhista”. Nesse sentido, eles aparecem como principais agentes das mulheres na conquista desses direitos. Isso torna-se importante porque homens e mulheres vivem em sociedade; não é possível uma história das mulheres sem os homens e, da mesma forma, uma história sem as mulheres. O trabalho de Scott (1995), possibilita pensar nessa polaridade nos estudos isolados sobre os homens e as mulheres, pois, um implica no estudo do outro. Entretanto, não podemos desconsiderar os silêncios da história com relação às mulheres: quantas mulheres cientistas conhecemos? Quantas lutaram em guerras? Quantas mulheres públicas identificamos?

A história foi produzida sobre os olhares, visões, sombras e desejos dos homens (COLLING, 2004). Nesse sentido, um dos problemas encontrados por pesquisadores e pesquisadoras que estudam temas relacionados à mulher e à política, segundo Silvana Souza (2010), refere-se à dificuldade de encontrar fontes, pois é desigual a presença e a participação das mulheres no cenário nacional e, a produção bibliográfica relacionada ao tema.

Apesar dessa disparidade, atualmente, no âmbito da política partidária, foi elaborada a lei de cotas (Lei nº 9.504/1997) para mulheres nas listas partidárias. Trata-se de uma conquista que vêm possibilitando a participação das mulheres na política. Essa lei decreta aos partidos políticos a obrigação de estabelecer o mínimo de 30% e o máximo de 70% das candidaturas para homens e mulheres. No entanto, pesquisadores das Ciências Políticas vêm contestando a efetividade dessa lei e de sua implementação. Podemos observar pelos dados abaixo, do Supremo Tribunal Eleitoral, referentes às eleições municipais de 2012, para o cargo de vereador/a no Brasil e no Rio Grande do Sul.

#### ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO BRASIL 2012

Abrangência	Cargo	Sexo	Qt Candidatos	Eleito
Brasil	Vereador	Masculino	285.173	49.641
Brasil	Vereador	Feminino	133.650	7.638
Total Geral			418.823	57.279

Figura 3: Eleições municipais no Brasil 2012.  
Fonte: TRIBUNAL, 2013

### ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO RIO GRANDE DO SUL 2012

Abrangência	Cargo	Sexo	Qt Candidatos	Eleito
RS	Vereador	Masculino	17.216	4.209
RS	Vereador	Feminino	8.443	695
Total Geral			25.659	4.904

Figura 4: Eleições municipais no Rio Grande do Sul 2012.  
Fonte: TRIBUNAL, 2013

Como podemos notar, no Brasil 31,9% dos/as candidatos/as são mulheres; entretanto, apenas 13,3% dos eleitos o são. Já no Rio Grande do Sul, 32,9% dos/as candidatos/as são mulheres e 14,1% dos/as eleitos/as são mulheres. A disparidade é nítida entre homens e mulheres na política quanto aos/às eleitos/as, tanto em nível nacional quanto estadual. O que podemos refletir: porque as mulheres alcançam o percentual das cotas nas candidaturas e não são eleitas?

Atualmente, há um aumento na inserção das mulheres na ocupação de cargos públicos brasileiros – governadoras, deputadas, senadoras e inclusive Presidenta<sup>27</sup> –, o que nos possibilita refletir que a participação feminina na política partidária é muito recente, estando em processo de construção e necessitando de desmistificação de perspectivas deterministas que impedem as mulheres de participarem.

Nesse sentido, apresentamos a seguir os caminhos que trilhamos para a produção dos dados desta pesquisa sobre a participação de mulheres na política partidária.

#### 5.3.3 Trajetória da pesquisa

Objetivando problematizar a participação das mulheres na política com base em suas vozes, experiências e trajetórias políticas, utilizamos a investigação narrativa como metodologia nesta pesquisa para a produção e análises dos dados empíricos. Considerando seu estudo, conforme Michael Connelly e Jean Clandinin (1995), como a forma como nós seres humanos experimentamos o mundo.

A investigação narrativa é uma metodologia de caráter qualitativo frequentemente utilizada para a produção de dados empíricos em diferentes áreas como Educação, História, Psicologia, Teologia, Antropologia etc.. De acordo com Connelly e Clandinin (1995), essa metodologia possui diversas estratégias para a produção dos dados, como histórias de vida,

<sup>27</sup> Utilizamos a expressão presidenta, pois, foi sancionado por Dilma Rousseff a lei -12.605/2012, de flexão de gênero, o que possibilita a visibilização do gênero feminino.



diários de campo, entrevistas, entre outras. Assim, no âmbito desta pesquisa, utilizamos as entrevistas individuais semiestruturadas para a produção e análise dos dados.

As entrevistas foram desenvolvidas individualmente com onze vereadoras dos cinco municípios participantes: São José do Norte, São Lourenço do Sul, Mostardas, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar. Estas foram filmadas, transcritas e autorizadas pelas vereadoras com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme as questões éticas desta investigação. Respeitando essas questões, na transcrição da narrativa substituímos seus nomes por codinomes, a fim de não identificá-las no processo de análise dos dados.

As vereadoras participantes desta pesquisa atuavam no mandato 2009-2012. Das 11 entrevistadas, seis estavam em seu primeiro mandato. Partidariamente, elas se distribuem: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Progressista (PP), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Possuem escolaridade de Ensino Médio a superior. Identificaremos as vereadoras pelos seguintes codinomes: Sofia, Clarice, Eva, Tarsila, Berenice, Valentina, Júlia, Paola, Vanessa, Lígia e Larissa<sup>28</sup>.

Algumas questões nortearam a entrevista, contribuindo para a produção dos resultados presentes: Quantos mandatos no legislativo você já exerceu? Como a senhora percebe, atualmente, as relações entre homens e mulheres na política partidária? Como a senhora avalia a atuação das mulheres nos espaços políticos? Como a senhora avalia a política de cotas para mulheres? A política de cotas para mulheres é uma prática de seu partido? Como se dá esse processo nas práticas eleitorais? Qual o foco de atuação de seu (s) mandato (s)?

Em se tratando da investigação narrativa, o processo de análise dá-se com uma leitura cuidadosa das transcrições das entrevistas. Nessa leitura, a estratégia de análise, consiste em “olhar”, nas narrativas das vereadoras, o que emergiu no decorrer da entrevista, na qual estabelecemos eixos centrais. De acordo com Jorge Larrosa (1996), as narrativas são a modalidade discursiva que estabelece a posição dos sujeitos em uma trama. Nestas os sujeitos constroem as suas histórias e experiências.

Com base na análise das narrativas, temos a possibilidade de conhecer como esse grupo de sujeitos, com as suas experiências e histórias, vêm se constituindo. Assim, utilizamos das contribuições da análise do discurso de Michel Foucault que considera em uma de suas definições sobre discurso:

---

<sup>28</sup> Os codinomes foram escolhidos pelas pesquisadoras.

O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico – fragmentado de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às complicitades do tempo (FOUCAUL, 2008, p. 132-133).

Assim, consideramos o discurso em sua historicidade, não procuramos uma origem, nem o que possa estar atrás do discurso. O que interessa, são os efeitos do discurso e como ele vem produzindo na sociedade identidades, relações, instituições etc..

Nesse sentido, apresentaremos as análises oriundas de um dos eixos que emergiu ao longo das narrativas: a participação política das vereadoras.

#### **5.3.4 Entre conflitos, disputas e negociações: a participação das vereadoras**

*A mulher vem conquistando cada vez mais seu espaço  
no cenário político brasileiro  
(TRIBUNAL, 2013)*

A frase acima demonstra uma das questões que atualmente perpassa a participação das mulheres na política partidária e representativa, os espaços que elas vêm ocupando em nossa sociedade. Considerando esse prisma, discutiremos a participação das mulheres na política, como elas participam/atuam na ocupação desses espaços?

Ao transitar pelas narrativas<sup>29</sup> das vereadoras participantes da pesquisa, não temos a pretensão de apresentar respostas sobre a participação das mulheres na política, mas, sim, discutir como essas vereadoras, ao superarem os limites de inserção política em nosso País, vêm participando e constituindo-se como mulheres e políticas.

Na análise de suas narrativas, identificamos algumas questões relacionadas à instituição de identidades de gênero hegemônicas, a dupla jornada de trabalho, aos cargos ocupados, aos temas trabalhados e temas silenciados, aos partidos restritos a ocupação feminina na toma de decisões. Com base nessas questões, problematizamos a participação das vereadoras na política partidária no Rio Grande do Sul considerando-as implicadas na produção de práticas de ser mulher nesse espaço considerado culturalmente masculino.

Assim como em outros espaços sociais, a política também produz e reproduz diferenças baseadas no gênero. Aprende-se a ser homem e mulher, a desenvolver suas

---

<sup>29</sup> As narrativas das vereadoras serão destacadas em itálico.

atividades, a se vestir, a falar etc.. Ao analisar as narrativas das vereadoras, pudemos observar algumas práticas que instituem e reforçam questões relacionadas às identidades de gênero<sup>30</sup>.

As narrativas que seguem podem ilustrar algumas dessas situações:

*E os homens tem uma tendência de levar as coisas assim: ah, isso é de mulher, isso aqui é para mulher fazer (Tarsila).*

*A mulher sempre tem que ter cuidado com o que fala, tem que ter cuidado com o que veste, tem que ter várias coisas assim. E o homem parece que não tem isso (Júlia).*

*Se um homem vai falar, todo mundo para; se uma mulher vai falar, todo mundo fica conversando, o homem não dá importância para o que ela está dizendo. Então, ela tem que falar mais alto ou tem que se impor (Valentina).*

As identidades de gênero perpassam tanto o âmbito privado quanto o público. Concepções de masculino e feminino são colocadas em xeque, como podemos ver nas narrativas das vereadoras. Tarsila ainda dá exemplos das diferenças estabelecidas quando é preciso arrumar uma sala para reuniões em que as mulheres serão chamadas. Nesse sentido, há uma divisão do trabalho também nesse espaço, mesmo que silenciosamente as relações entre homens e mulheres na política são marcadas pelas diferenciações entre os gêneros, entretanto, o que questionamos é a instituição das desigualdades com base na diferença, o que não é uma tarefa simples de desmistificar. Conforme Strey (1999, p.49), “apesar da herança recebida, no mundo capitalista as mulheres estão enfrentando o desafio de desestruturar a divisão sexual do trabalho tal como ela tem se apresentado tradicionalmente. No entanto essa é uma tarefa nem fácil, nem simples [...]”.

Nesse contexto, percebemos que são instituídas práticas que estabelecem o lugar das mulheres e dos homens nesse espaço, o modo de se vestir, de falar e realizar atividades. Ao atentarmos para as mulheres públicas em nossas sociedades, percebemos que há uma forma de ser “mulher-política”, por exemplo, basta atentarmos para a presidenta da Argentina e do Brasil<sup>31</sup>. Assim, há um ideal de masculinidade e feminilidade no qual nossa sociedade foi construída. Esse ideal instituiu que determinadas profissões, afazeres, vestimentas, comportamentos são atribuídos aos homens e às mulheres em diferentes espaços sociais, inclusive o da política.

<sup>30</sup> Entendemos as identidades de gênero como produções sociais, históricas e culturais que constituem masculinidades e feminilidades.

<sup>31</sup> Algumas formas são instituídas como pertencendo a um modo de ser mulher na política e na sociedade e disseminada pelas mídias como as vestimentas e formas de falar na tribuna. A presidenta Dilma Rousseff, por exemplo, após a sua eleição passou por uma transformação em seu visual quanto ao cabelo, a maquiagem e a forma de se vestir.

Outra questão implicada na atuação das mulheres na política, no que tange ao público e o privado é a conciliação com a vida familiar. Podemos perceber pela narrativa da vereadora:

*Eu até comento com meus colegas aqui, como eu sou a única, eu sempre digo: vocês não podem marcar reuniões assim muito em cima da hora pra mim, porque eu tenho dois filhos para resolver onde vão ficar, tenho uma casa, porque não é, é diferente, eu não posso voltar para a casa às dez da noite se eu não fui no supermercado e não garanti que as coisas estejam ali, enfim, se eu não coordenei o coreto da minha casa. O que é diferente para o homem que pode sair de manhã e voltar de noite que vai ter alguém, tem um pano de fundo lá que vai deixar toda a cena da sua vida andar e até isso é uma percepção que eu faço para que grandes pessoas desponham outras estão por trás, fazendo toda a base para que aquela pessoa possa se destacar (Larissa).*

Nessa narrativa da vereadora, fica evidente a jornada de trabalho das vereadoras, que é diferente das dos vereadores. Elas precisam, além do trabalho na política, dispor do trabalho em casa. Segundo Costa (1998), “**a dupla jornada** está presente também na vida das mulheres, que exercem cargos públicos” (Grifo da autora). Nesse sentido, a atividade política torna-se mais uma jornada, além das que já possuem.

Nas narrativas, também pudemos identificar a inclusão de outros temas relacionados à diversidade pelas vereadoras. Temas que estão em voga no parlamento brasileiro como a criminalização da homofobia e a legalização ou descriminalização do aborto. Na narrativa da vereadora a seguir, podemos observar essa questão: *Eu mesmo entrei com um projeto de cota, foi uma polêmica.* De acordo com o projeto da vereadora Tarsila no ano de 2011, este: dispõe sobre a reserva de vagas para afrodescendentes em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos, e dá outras providências” (2011).

Conforme a narrativa da vereadora, foi uma polêmica, pois não há amadurecimento na câmara para discutir determinados temas. Em suas palavras:

*Acho que esses determinados assuntos mexe muito, é uma coisa emocional. A questão de cota para mulher, do aborto, da homofobia, isso é uma coisa que mexe muito com as pessoas da nossa formação, então não tem ainda um amadurecimento.*

Assuntos como violência, drogas, segurança, infraestrutura da cidade são comumente discutidos na câmara com a intenção de promover ações educativas nas escolas. Entretanto, temas como homofobia, aborto, políticas para o público de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) são categoricamente respondidas pelas (11) vereadoras como não sendo

uma demanda do município. Esses assuntos não são discutidos na câmara. Duas (2) vereadoras narram momentos pontuais em que são procuradas por sujeitos LGBT:

*Não, aqui existe claro, dos poucos que existem e se mostram, inclusive são meus amigos, eles procuram muito por essa área da saúde. Alguns têm HIV, mas é tudo muito sigiloso. Outros eu já encaminhei, que tem um trabalho de todo um ou dois anos que eles têm de preparo para a troca de sexo que eles se preparam para fazer (Clarice).*

*Eu só tive uma denuncia de um rapaz que sofreu ataque homofóbico aqui da cidade. Mas é aquela coisa, o que ele podia fazer? Eu só orientei: tem que registrar queixa! Enfim, ele tinha que passar todo o procedimento, ele sabia quem era. Mas essas questões não chegam aqui, não são tratadas (Larissa).*

A criminalização da homofobia, ou seja, tornar crime as agressões e violências praticadas contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, devido às formas de se relacionar afetivo-sexualmente, o que difere da norma heterossexual estabelecida, é pauta atualmente dos debates políticos no parlamento. Entretanto, é pouco discutida e reconhecida entre os parlamentares municipais, como pudemos observar na fala da vereadora. Quando tentam inserir essas discussões no plenário, estas não são atendidas:

*A questão da homofobia está presente em todos os lugares, só não enxerga quem não quer. E isso, também, é um tema que um dia eu trouxe para o plenário, mas fico sabe ninguém conduz (Larissa).*

Para as vereadoras que responderam que esta não é uma demanda do município, mas que isso deveria ser discutido:

*Eu vejo no nosso município uma convivência muito normal [...] Nós tivemos muitas pessoas... Como eu posso dizer... Muito folclóricas que tinham uma outra opção sexual. Então, não era e nunca teve grandes problemas quanto a isso. O nosso cronista social também é, pessoa que convive em todos os espaços sem problema nenhum. Não vejo isso como um problema na nossa comunidade (Berenice).*

*Na câmara, não chega nada. Não se tem discussão sobre esses temas aqui. Aqui são temas, na verdade, talvez porque nosso município é pequeno, são coisas muito pontuais que tocam no dia- a- dia das pessoas, que é aquela coisinha pequena que é a luz, a estrada, que diz respeito ao salário, entende? É essas questões pontuais são as que pautam os nossos debates (Sofia).*

Com essas narrativas, notamos que essas questões não são demandas dos municípios em decorrência de serem pequenos e do interior e, também, por haver uma boa convivência. Com base nas narrativas das duas vereadoras retratadas, podemos verificar que, na realidade,

estas são silenciadas e invisibilizadas. Isso decorre, principalmente, por se tratar de uma cultura centrada em uma sexualidade construída com base em padrões heteronormativo, ou seja, a heterossexualidade. Na busca por preservar essa, que foi instituída como norma, silenciam-se e invisibilizam-se as outras formas de se relacionar. Nesse sentido, por que os/as homossexuais não procuram seus direitos na Câmara? Não existe a homofobia nesses municípios? Como ressalta uma das vereadoras a homofobia existe em todo lugar, assim como outras formas de desejar e ser desejado. Entretanto, nem tudo é permitido na atual sociedade, a qual se utiliza de estratégias de disciplinamento para controlar os corpos dos sujeitos, homogeneizando e fixando sistemas de igualdade.

A bancada evangélica, que tem como representantes e porta-vozes líderes religiosos como Jair Bolsonaro, Marcos Feliciano e Silas Malafaia, é atualmente considerada a segunda maior bancada<sup>32</sup> temática no parlamento, perdendo apenas para a bancada ruralista. Diante desse número, essa bancada tem vetado ações para a população LGBT, como o “Kit anti-homofobia” ou “Kit- *gay*”, criado pelo Ministério da Educação para o combate da homofobia nas escolas públicas (VITAL; LOPES, 2013).

A emergência de questões ligadas à homofobia, aborto e políticas para o público LGBT e à educação, no parlamento brasileiro, vêm provocando alguns debates em nível nacional. Temos, hoje em dia, a efervescência social e política, iniciada nos anos de 1970 e 1980, dos movimentos sociais feministas, negros e LGBT (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Entretanto, questões de pauta, nos anos de 1970, 1980 e 1990 ainda se tornam problemáticas nos dias atuais, como a violência sexual e a descriminalização e/ou legalização do aborto implicadas no direito da mulher ao seu próprio corpo.

Quanto a essa questão, as vereadoras posicionaram-se: duas totalmente contra o aborto; seis, de forma contrária, mas a favor em casos extremos; duas a favor da descriminalização, uma afirma que não há como não legalizar em alguns casos. Para todas as vereadoras trata-se de uma questão difícil de emitir um posicionamento, pois está associada com a nossa cultura. Diferentes discursos em nossa sociedade são produzidos com base nessa questão. Entretanto, dois destacam-se atualmente: o discurso feminista do direito ao próprio corpo da mulher e o discurso religioso do direito à vida.

Tania Swain (2009, p. 398) anuncia que “não é sem razão que os feminismos reclamam, há anos, o direito das mulheres de decidirem sobre seus corpos, sua sexualidade, o respeito de seu desejo ou não de procriação”. Com base na análise do filósofo Michel

---

<sup>32</sup> Na última legislatura, foram eleitos 68 deputados e 38 senadores.

Foucault sobre o dispositivo da sexualidade<sup>33</sup> e o controle da população na manutenção da vida, a autora denuncia um dos mecanismos de sujeição, uma das tecnologias de gênero, ou seja, o controle do corpo das mulheres e da procriação, o qual produz as hierarquias e as normas de gênero. De acordo com a autora,

Controlar os corpos das mulheres que multiplicam vidas, legislar e normatizar sobre a concepção/sexualidade, sobre o “direito de viver” in útero, em detrimento das mulheres e seus direitos de cidadania, são meandros das tecnologias de gênero, que as reinstauram em suas práticas discursivas (SWAIN, 2009, p. 392).

Nesse sentido, é necessário problematizarmos os discursos que instituem e regulam no âmbito das tecnologias de gênero, produzidas com base em uma estrutura binária da diferença sexual: o direito de uns em detrimento do direito de outros.

As questões de homofobia, aborto e políticas LGBT entrelaçam-se no parlamento brasileiro com as concepções das lideranças evangélicas e católicas, cada dia mais presente no cenário político nacional. Tal situação, também emergiu nas narrativas das vereadoras:

*O que eu vejo aonde que se esbarra, esbarra na igreja católica e nas igrejas protestantes, acho que é porque eles são totalmente contra o aborto. A gente sabe que morre muita mulher com esses abortos que são feitos clandestinos (Valentina).*

Apesar de o Estado brasileiro tornar-se laico desde a primeira constituição, 1891, ainda hoje há debates travados em torno da laicidade. De acordo com Vital e Lopes (2012), no Brasil, dos anos 1990 até 2012, foram contabilizadas 96 publicações, dentre estas artigos, teses, dissertações e livro sobre o tema. Nestes, a ideia predominante, segundo os autores, é que “a manutenção da separação entre as esferas públicas ou estatal e religiosa é condição fundamental para o exercício da cidadania”. Sendo assim, religiosos (mais especificamente evangélicos e católicos) atualmente defendem a laicidade, mas não o estabelecimento de um Estado Religioso, mas a presença legítima de seu grupo.

Segundo os autores, a demanda feita pelos grupos religiosos de evangélicos é para que todas as religiões tenham acesso e relação com o Estado. Entretanto, esse discurso de igualdade vai assumindo novas configurações com base no aumento desse grupo e na condição católica de *status quo*. Assim, pouco a pouco, o acesso igualitário a todas as religiões configura-se nas demandas, denominações e discurso de uma religião às outras (VITAL; LOPES, 2012), o que caoticamente pode chegar à intolerância religiosa.

---

<sup>33</sup> Segundo a autora, “cria os corpos e impõe uma heterossexualidade normatizadora, imbrica-se, hoje, a um dispositivo da violência que incita e cria, regula e determina os poderes sobre a vida e a morte” (SWAIN, 2009 p. 390).

O que temos visto no parlamento brasileiro em relação a essas questões é a disputa pela verdade. Segundo os autores, o discurso religioso, tal qual está sendo apresentado, relativizaria o seu lugar como produtor da verdade e, nesse sentido, o que estaria em questão é a disputa pela visão de verdade (VITAL; LOPES, 2012).

Quanto às práticas partidárias, ou seja, aos partidos políticos e suas práticas, de acordo com as vereadoras, a posição dos partidos políticos vem interferindo nos modos de participação das mulheres. Em decorrência das concepções de cunho determinista e sexista, as quais foram construídas e permeiam o sistema político, as mulheres, em suas participações, precisam lutar para se afirmarem como sujeito nesse espaço. Na narrativa de Valentina sobre o cargo que ocupou como presidenta da câmara de vereadores de seu município, podemos notar essas questões, em que narra os conflitos que as mulheres precisam enfrentar para poder participar diariamente nesse espaço, apesar de muitos vereadores e vereadoras dizerem que não existe. Segundo a vereadora: *essa luta para eu ser presidente foi com conflito, não foi pacífica, mas conseguimos, foi uma vitória nossa.*

As vereadoras, ao longo de seus mandatos, vêm participando de alguns cargos nas câmaras de vereadores de seus municípios. O cargo de presidente foi ocupado por cinco das vereadoras participantes da pesquisa; outros cargos que elas ocuparam são: secretária de mesa, diretora de departamento de assistência social, secretária de assistência social, secretária de educação, líder do partido, diretora geral, secretária de saúde, presidente da associação comercial, coordenadora de creche e lar do idoso.

Também de acordo com as análises das narrativas das vereadoras, notamos outra situação que dificulta e restringe a participação das mulheres na política partidária, os partidos “fechados”. Segundo Berenice:

*Os partidos nas tomadas de decisões continuam fechando os homens. Poucos, tu vê que eu fui a primeira mulher presidente e isso já faz oito anos e até hoje não tinha nenhuma mulher presidente de partido, então tu notas que ainda existe esse conservadorismo, esse machismo dentro dos partidos. Eles não abrem para as mulheres.*

Em outra narrativa, a vereadora Valentina destaca sobre a construção de um grupo eleitoral que negocia possíveis coligações com outros partidos, pois não obtiveram participações de mulheres: “*Eles não enxergam a mulher com potencial de decisão na política*”.



Nesses excertos das narrativas, notamos que os partidos continuam “fechados” ao gênero feminino. De acordo com Araújo (2005, p. 193), é necessário olhar os múltiplos fatores que constituem a participação das mulheres no interior dos partidos políticos,

em outros termos, para compreendermos o que ocorre com a participação das mulheres nos partidos e nas rotas de ingresso aos cargos eletivos de representação política, faz-se necessário considerar, simultaneamente, sua dimensão histórica, ou seja, a exclusão das mulheres no advento da condição de cidadãs e da ordem política moderna; as manifestações culturais – atitudes e práticas preconceituosas ou explicitamente discriminatórias que envolvem as relações de gênero em geral e que se reproduzem, também, no interior dos partidos políticos –; as características sócio-econômicas mais gerais dos países, assim como as dimensões institucionais do sistema político, incluindo-se as características do sistema partidário.

A reforma política é outro tema que emerge nas narrativas; afinal, esse sistema hegemônico já não dá mais conta das especificidades de sujeitos em nossa sociedade. Atualmente, diante das manifestações, especialmente no caso brasileiro, há uma mobilização para que haja uma reforma desse sistema no Congresso Nacional; entretanto, enfrentamos dificuldade para avançar.

Segundo Rodrigues (2004), a questão da reforma política foi resgatada no governo de Luís Inácio Lula da Silva com o projeto de lei n. 2.679/03, porém este enfrenta, atualmente, dificuldades. A autora traz algumas questões em pauta com relação à reforma política, como a regulamentação do financiamento de campanhas eleitorais e a adoção de listas fechadas de candidaturas. Outras questões são o voto facultativo *versus* voto obrigatório, monopólio da representação política, monopólio da representação política pelos homens.

Dentre as ações para reforma partidária para uma maior participação das mulheres na política, temos duas importantes conquistas destaca pela autora: a destinação de pelo menos 20% do tempo de propaganda partidária gratuita na mídia e a destinação de percentual equivalente a 6% do fundo partidário para formação e a participação política das mulheres. Por fim, a autora provoca-nos a refletir sobre a importância de se pensar na tríade: organizações da sociedade civil, representação política no âmbito do Estado e partidos políticos. É com a articulação e diálogos entre essas esferas que poderemos aprofundar os sentidos da democracia. Sendo assim a discussão da reforma política precisa estar presente nessas três esferas.

### **5.3.5 Para concluir**

Ao longo deste estudo, procuramos conhecer como as vereadoras participam e atuam em um espaço determinado socialmente como masculino na política partidária.

Transitar pelas narrativas das vereadoras proporcionou-nos um olhar para além de índices e estatísticas da participação das mulheres na política. Possibilitou-nos conhecer suas trajetórias, experiências e histórias. Ao participar nesse espaço político, evidenciamos com base em suas narrativas, conflitos, disputas, negociações e conquistas. Apesar da recente participação de mulheres na política, notamos, por conta de suas ações, a importância de tê-las nesses espaços de decisão e criação de políticas públicas.

Neste artigo, evidenciamos algumas práticas de atuação, como a dupla jornada de trabalho, que concilia a vida pública com a privada e as ações políticas ligadas às áreas sociais como a saúde, a educação e a assistência social; práticas de ser mulher na política, como a instituição de formas de falar e de vestir, relacionadas a determinados tipos de comportamentos; práticas partidárias, em que os partidos vêm mostrando-se “fechados” à participação das mulheres nas tomadas de decisão, evidenciado uma cultura de exclusão política, mas também, estratégias para o aumento da participação das mulheres. E, por último, práticas de implementação das cotas partidárias, o que ainda é insuficiente para a participação das mulheres na política, mas vem desestabilizando as expectativas de gênero quanto aos espaços e ações desenvolvidas por homens e mulheres na sociedade. Ao longo das narrativas, notamos que essas práticas vêm constituindo as vereadoras, implicando no seu fazer político.

Com isso, as mulheres mostram e denunciam no seu cotidiano político as tensões que envolvem a construção binária de gênero em nossa sociedade; nas disputas, nas negociações, na busca por reconhecimento e no uso de estratégias que exerçam a sua cidadania, mesmo que tardiamente. Além disso, estas provocam novas relações neste campo político.

Assim, notamos alguns indícios para se pensar em uma efetiva participação das mulheres nesses espaços, como a articulação com a sociedade civil e a desmistificação de concepções de cunho determinista e sexista que permeiam a política partidária e representativa. Além disso, defendemos a produção de condições sociais e econômicas para que as mulheres possam exercer a sua cidadania política nesses espaços, pois, por muito tempo, foram proibidas de frequentar esses espaços e de trabalhar.

### 5.3.6 Referências

ARAÚJO, Clara. Partidos Políticos e Gênero: Mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 24, p. 193-215, jun. 2005.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, p. 2009-298, 2. sem. 2001.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues. **Gênero e Cultura**: Questões contemporâneas. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004.

CONNELLY, F. M.; CLANDININ, D. J. Relatos de experiencia e investigación narrativa. In: LARROSA, Jorge, et al. **Déjame que te cuente**: ensayos sobre narrativa y educación. Barcelona: Laertes, 1995. p. 11-59.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **As donas no poder**. Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFNa- Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2004. 30 p.

LARROSA, Jorge. Narrativa, identidad y desidentificación. In: LARROSA, J. **La experiencia de la lectura**. Barcelona: Laertes, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 179 p.

PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 98-112, mar./maio 2001.

RODRIGUES, Almira. **Reforma Política e Participação**. Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA. Brasília: CFEA, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOUZA, Silvana Oliveira. Mulher e política: um breve balanço historiográfico na produção do século XX. **HISTORIEN - Revista de História**, Petrolina, p. 69-83, jan./mar. 2010.

STREY, Marlene Neves. Mulher e trabalho. In: ROSO, Adriane et al. (Org.). **Gênero por escrito**: saúde, identidade e trabalho. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p.41-56.

SWAIN, Tania Navarro. “Todo homem é mortal. Ora. As mulheres não são homens; logo, são imortais”. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. **Para uma vida não-facista**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009, p.389-402.

VITAL, Cristina; Lopes, Paulo Victor Leite. **Religião e política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrichi Boll, 2012, p.232.

## 5.4 ATUAÇÃO POLÍTICA E A EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DE VEREADORAS NO RIO GRANDE DO SUL

Resumo: Neste artigo, buscamos conhecer as áreas de atuação de vereadoras da região sul do Rio Grande do Sul no mandato 2009-2012. Com base em entrevistas individuais semiestruturadas, analisamos suas narrativas sobre educação, problematizando os discursos e práticas sociais que possibilitam a educação como foco de atuação e os significados atribuídos à educação por essas mulheres nesse campo político. Assim, identificamos a predominância das áreas sociais, destacando educação e saúde, associadas com um modo de fazer política; e as dimensões e avaliação da educação em seus mandatos.

Palavras-chave: Educação; Política; Gênero.

### 5.4.1 Notas iniciais

Há pouco, no Brasil, as mulheres não tinham acesso ao congresso e ao parlamento político. Consequentemente, não faziam projetos de lei. Com isso, é recente a presença das mulheres e de suas ações na política. Nesse espaço, eminentemente masculino, a participação das mulheres em atividades que reproduzem “papéis” culturalmente construídos relacionados ao cuidado vem se apresentando como uma característica da atuação na vida pública.

Ao ocupar postos públicos, as mulheres seguem em atividades que refletem o âmbito privado, em atividades socialmente construídas como pertencentes ao gênero feminino, como a saúde, a educação etc.. Além disso, “quando raramente alcançam os altos postos da hierarquia burocrática do aparelho estatal, são como secretárias de educação e bem-estar social” (COSTA, 1988, p.76).

Os poucos estudos<sup>34</sup> realizados sobre as mulheres na política questionam a especificidade da atuação feminina pública na política partidária e representativa. Ana Alice Alcantra Costa (1988) afirma que as atividades políticas das mulheres estão voltadas para as atividades de cunho maternal, sendo estas a principal característica das mulheres na atuação política, tanto nos movimentos sociais quanto nas instituições partidárias e representativas. Conforme a autora, no Brasil, as mulheres eleitas para Câmara Federal e Assembleias Legislativas concentram suas atividades em ações para melhoria das condições das mulheres,

---

<sup>34</sup> Ao realizar algumas incursões e pesquisas no Scielo Brasil, por exemplo, foram encontrados 211 resultados de artigos para as palavras gênero e política. Entretanto, as pesquisas que tratam especificamente da inserção das mulheres na política partidária foram vinte (20). Busca realizada em fevereiro de 2013.

crianças, idosos, saúde pública, educação etc.. Na pesquisa de Andréia Orsato e Alfredo Alejandro Gugliano (2010) sobre as deputadas do Rio Grande do Sul, verificou-se que as mulheres seguem fazendo política conforme os modelos tradicionais de divisão de atividades. Claudia Barbosa (2011) demonstra em sua pesquisa com mulheres prefeitas na Bahia que mais da metade das entrevistadas, 54% possui formação ligadas à área educacional, como professoras, pedagogas exercendo, em alguns casos, o cargo de secretária municipal de educação.

Com esses estudos, podemos notar uma especificidade na atuação das mulheres na política, o que não é um fato isolado. Isso está relacionado com as estruturas culturais e políticas que estabelecem as relações e as práticas nesse espaço. Como exemplo, aponta Luana Pinheiro (2007), as declarações da feminista Berta Lutz que lutou pelos direitos do voto das mulheres no Brasil. Nessas declarações surgem alguns temas que as mulheres deveriam se dedicar como o bem estar das crianças, salários mais adequados para operárias, trabalho etc.

Sendo assim, entendemos a política, por meio da noção de campo político de Pierre Bourdieu (2011, p. 195), ou seja, como um microcosmo autônomo dentro do mundo social em que segundo o autor “nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se reverterem aí de forma particular”. É considerando esse campo particular que faz necessário problematizar as relações, ações e processos próprios deste. Sendo assim, o que faz com que as mulheres tendem a atuar em áreas como a educação no campo político? Que ações são desenvolvidas? Que relações são construídas?

Em frente a essas questões, na pesquisa que estamos desenvolvendo buscamos conhecer as áreas de atuação das vereadoras dos municípios de São José do Norte, São Lourenço do Sul, Santa Vitória do Palmar, Mostardas e Jaguarão. Das (11) vereadoras participantes, quatro dedicavam-se à educação; uma, especialmente à fiscalização do poder executivo; uma trabalhava com a saúde e a educação; quatro na área da saúde; e uma com a área social.

Partindo da divisão dos temas políticos elaborado pela Ciência Política estadunidense, os autores Luis Felipe Miguel e Fernanda Feitosa (2009) utilizam os termos *hard politics*, *middle politics*, *soft politics*, questões irrelevantes e outros. Por *hard politics* consideram o exercício do poder do Estado e a gestão da economia; *middle politics*, temas que permitem abordagens mistas, como previdência social; *soft politics*, questões relacionadas à área social; questões irrelevantes, homenagens em plenário e outros temas com baixa frequência.

A pesquisa desenvolvida no Congresso Nacional por esses autores destaca a atuação das deputadas nas *soft politics*, com temas de saúde pública e saneamento, habitação, direitos humanos, questões sociais (pobreza, desigualdade, fome), meio ambiente, educação, cultura e esporte, direitos do consumidor, família, direitos reprodutivos, infância e adolescência. Já os deputados concentram-se em sua maioria na *hard politics*, abarcando temas como: relações exteriores do Brasil, política internacional ou política interna de outros países, defesa (segurança nacional), reforma política e legislação eleitoral, administração pública e reforma do Estado, política brasileira, corrupção, sonegação de impostos e crimes contra a ordem econômica, política econômica e tributária, política industrial, política agrícola, violência e segurança pública (incluindo reforma do código penal e trânsito), reforma agrária (e outras questões fundiárias), questões internas do Congresso, outras questões de infraestrutura (transportes, telecomunicações etc.), economia em geral.

Assim, concluem os autores dessa pesquisa que há uma forte atuação das deputadas em temas de cunho social. Os resultados também apontam o quanto fazer política no *soft politics* ou no *hard politics* interfere na carreira política parlamentar. Os autores também inferem que, enquanto *soft politics* aparece como um degrau para os homens em início de carreira, para as mulheres trata-se de um espaço próprio de ação.

Diante do número expressivo dessas vereadoras que trabalham com a *soft politics*, buscamos em um segundo momento, analisar as narrativas das vereadoras sobre educação, problematizando os discursos e práticas sociais que possibilitam a educação como foco de atuação e os significados atribuídos à educação por essas mulheres nesse campo político. Com isso, procuramos compreender quais são as ações dessas mulheres para a educação de seus municípios.

Fundamentamos a pesquisa no campo de investigação dos Estudos Culturais<sup>35</sup> e de gênero que se utilizam de posicionamentos que usam o conceito de gênero como uma construção social historicamente situada. Abordar essa perspectiva, possibilita-nos visibilizar a construção cultural que envolve os discursos e práticas de gênero em diferentes instâncias sociais, como a da política partidária, e contribuir para a construção de outras relações e representações das mulheres e dos homens na busca por uma sociedade plural e democrática (SCOTT, 1995; LOURO 1997; MEYER, 2003).

Na primeira seção deste artigo, apresentamos as mulheres participantes e a metodologia utilizada na produção e análise dos dados por meio da investigação narrativa. Na

---

<sup>35</sup> Os Estudos Culturais problematizam as relações existentes entre cultura, significação, identidade e poder, questões centrais no estudo de gênero (SILVA, 1999).

segunda, situamos as análises de suas narrativas sobre educação. Por fim, na seção seguinte, traçamos algumas considerações.

#### **5.4.2 A investigação narrativa como pressuposto metodológico**

Esta pesquisa configura-se com base nas narrativas de vereadoras de alguns municípios do estado do Rio Grande do Sul (RS). Esses municípios encontram-se ao Sul do estado do RS, o qual possui 496 municípios em zona rural e urbana. Detemo-nos em municípios que fazem parte do cordão litorâneo sul-rio-grandense, onde a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) vem desenvolvendo algumas atividades. Além disso, escolhemos municípios que possuem vereadoras atuantes no período 2009-2012.

Com a metodologia de investigação narrativa, fomos trilhando os caminhos desta pesquisa. Dentre as diferentes estratégias utilizadas para a produção dos dados narrativos, utilizamos as entrevistas. Foram feitas entrevistas individuais e semiestruturadas, as quais foram filmadas e transcritas. Respeitando as questões éticas da pesquisa e da metodologia de investigação narrativa, elaboramos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para as vereadoras autorizarem a entrevista e seus usos neste estudo. Dessa forma, foram convidadas a participar da pesquisa onze (11) vereadoras, de cinco (5) municípios. Elas estão identificadas neste trabalho por codinomes: Sofia, Clarice, Eva, Tarsila, Berenice, Valentina, Júlia, Paola, Vanessa, Lígia e Larissa<sup>36</sup>.

As participantes são filiadas a partidos, como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Progressista (PP), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Possuem escolaridade de nível médio a superior; e as seguintes ocupações: (3) professora, (1) pedagoga, (1) médica, (1) agente de saúde, (1) assistente social, (1) produtora rural, (1) hoteleira, (1) estudante, (1) dona-de-casa/do lar. Elas estão na faixa etária de 29 a 69 anos. Quanto à conjugalidade, das onze (11) entrevistadas, seis (6) estão casadas, duas (2) são viúvas, uma (1) está em união estável, uma (1) está solteira e uma (1) é divorciada. Todas têm filhos/as.

As narrativas das vereadoras são constituídas de muitas histórias. Segundo Michael Connelly e Jean Clandinin (1995), é no contar e ouvir das histórias que aprendemos a construir as nossas múltiplas identidades e a dar sentido a quem somos. De acordo com

---

<sup>36</sup>Os codinomes foram escolhidos pelas pesquisadoras.

Isabel Cunha (1997), o trabalho com as narrativas objetiva fazer com que o sujeito torne-se visível para si mesmo, ou seja, no contar de suas histórias as vereadoras estão organizando suas ideias, construindo e reconstruindo suas experiências, histórias e identidades.

Nesse sentido, a estratégia de análise, tratando-se de investigação narrativa como uma modalidade discursiva, consistiu-se em identificar nas narrativas das vereadoras, os discursos sobre as áreas de atuação, política e educação, como foco de seus mandatos. Assim, utilizamos das contribuições da análise do discurso foucaultiana. Entretanto, não consideramos o que as vereadoras narraram como representativo da totalidade que queriam dizer, pois, como contribui Jorge Larrosa (1996, p. 461-462), “as narrativas pessoais se produzem e se medeiam em diferentes contextos sociais e com diferentes propósitos”.

Com isso, analisamos o que suas narrativas dizem sobre as questões de pesquisa neste tempo e contexto histórico e cultural. Uma vez que conforme Michel Foucault (2008, p. 55), os discursos mais do que um conjunto de signos que remetem a conteúdos ou a representações, são “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”.

Nessa direção, destacamos abaixo algumas questões norteadoras das entrevistas, as quais possibilitaram a produção das narrativas: Qual o foco de atuação de seu (s) mandato (s)? Quais as dimensões que as políticas de educação assumem em seu mandato? Como a senhora avalia as políticas de educação em sua cidade? Quais os papéis que a escola pode assumir para garantir a cidadania e a igualdade de oportunidade para todos/as brasileiros/as? A senhora pode descrever os projetos de leis apresentados pelo seu mandato que beneficiam seus/suas eleitores/as?

A partir dessas questões, apresentamos a seguir, as análises oriundas das narrativas. Destacamos os discursos de feminino e masculino que posicionam a atuação política das vereadoras em áreas que são determinadas socialmente como de seu gênero. Também a emergência de alguns discursos educacionais com base nas reivindicações das identidades não hegemônicas em nossa sociedade.

#### **5.4.3 Áreas de atuação e a educação: narrativas de vereadoras**

Muitos estudos vêm evidenciando as áreas de atuação das mulheres na política partidária e representativa, concentradas nas áreas sociais relacionadas ao cuidado. E, nessas áreas, verificamos que as vereadoras vêm desenvolvendo suas atividades, como podemos notar nas narrativas abaixo:



*É o foco do meu mandato, sempre foi a educação. Porque eu sou professora em qualquer momento, inclusive até a minha atuação aqui dentro da própria câmara, dentro da comissão nós temos a Comissão de Justiça e Redação por onde passa todos os projetos que o executivo envia, eu considero um papel importante no sentido de estar até não orientando, mas esclarecendo aos colegas vereadores a importância de que aquele projeto seja aprovado, o que representa para o município senão tiver uma agilidade aqui dentro da câmara (Sofia).*

*A saúde foi o foco chave do meu mandato porque foi um compromisso que eu assumi (Clarice).*

*É o foco do meu mandato a saúde. Eu nunca deixei ninguém sem atendimento, nem por falta de ficha, nem por dinheiro, nem por falta de nada (Eva).*

*O foco, o meu foco é como eu te disse, a gente, eu não me dedico só em fazer indicações, só em fazer requerimentos, só fazer alguns projetos que não cause ônus ao município, eu me dedico muito à área social (Ligia).*

*O meu foco sempre foi assim, trabalhar para a comunidade, trabalhar na fiscalização, que é uma parte muito importante que o vereador fica nessa parte de fiscalizar o poder executivo. Então, o meu foco é esse na comunidade e na fiscalização do poder executivo para que tudo ande bem para todos (Júlia).*

*A gente se focou muito nessa parte da saúde, basicamente na parte da saúde (Berenice).*

Nesses trechos das narrativas das vereadoras, observamos a sua atuação em três grandes focos: Assistência social, saúde e educação. Essa atuação está relacionada com a ocupação das vereadoras antes de ingressarem na política; por exemplo; professoras, médicas, assistentes sociais, agentes de saúde e, até mesmo em atividades identificadas por elas como “do lar”. Notamos uma extensão das ocupações atribuídas às mulheres na sociedade; do espaço privado ao espaço público. Algumas vereadoras narram que não envolvem-se em questões sobre infraestrutura, por exemplo, por não entenderem dessa questão, conforme aponta Larissa:

*As pessoas se focam muito nisso na estrutura, no buraco, na rua e eu não lidava porque eu não dialogo mesmo com essa parte. Não entendo do que é para fazer para uma rua para que ela melhore, em uma estrada para que ela tenha mais acesso. A minha pauta era outra, era focado na questão da educação, da universidade, do acesso a essa universidade, no papel da escola.*

Ao analisar as narrativas das vereadoras sobre a atuação na política, notamos a especificidade dessas áreas, o que nos provoca a pensar nas oportunidades de atuação que são oferecidas às mulheres nesse espaço político. A sua atuação ainda está centrada nas ações atribuídas às mulheres na sociedade como responsáveis pelo cuidado das pessoas, assim como

na indústria, por exemplo, em que as mulheres ocupam posições nos setores têxtil e farmacêuticos, confecção e alimentos (COSTA, 1998).

Também de acordo com a autora, o mesmo acontece na política: “Essa é a principal característica da participação política da mulher, tanto nos movimentos sociais como nas instituições estatais.” (COSTA, 1998, p.78). Nesse sentido, essa prática é uma especificidade da atuação da mulher na sociedade, em que, ao ocupar um cargo fora do âmbito privado, não deixa de representar e assumir as posições atribuídas a este.

Por esse viés, notamos que a dicotomia entre público e privado, na qual as identidades de gênero foram construídas, permeia a atuação das mulheres em diferentes espaços sociais, inclusive na política partidária e representativa. Segundo Célia Pinto (2001, p. 101), “o público se constituiu como um espaço masculino por excelência enquanto o privado – o espaço da casa – seria o espaço da mulher”. As mulheres ainda são vistas com base nesse espaço.

Para a área da educação nos municípios citados, as práticas legislativas são desenvolvidas, principalmente, por vereadoras que tem a educação como foco de atuação de seu mandato. Entretanto, todas participam, sugerindo ou apoiando em votações o que as/os colegas propunham. Ao longo das narrativas, pudemos identificar que as principais áreas de atuação dessas mulheres nos municípios pesquisados do Rio Grande do Sul concentram-se nas áreas sociais, o que não difere de outros estados, como é o caso de uma pesquisa desenvolvida no Rio de Janeiro:

Quanto aos conteúdos dos projetos apresentados, as vereadoras apontaram uma série de iniciativas que abrangiam áreas temáticas diversificadas. Contudo, sobressaem projetos na área social, reforçando, mais uma vez, constatações anteriores de que as mulheres tendem a concentrar sua atuação parlamentar nessas áreas, e penetram pouco em setores mais estratégicos, relacionados à economia ou à infra-estrutura. Das áreas temáticas, a mais mencionada foi a da saúde, seguida da educação (ARAÚJO, 2002, p. 41).

Nesse sentido, vemos que a ocupação de cargos públicos vai ao encontro das profissões dessas mulheres antes de ingressarem na política, como, por exemplo, professoras, médicas, agentes de saúde, assistente social. Estudos como de Araújo (2002) mostram que essas atividades funcionam como facilitadoras de maior ou menor capital político, ou seja, possibilitam o acesso ao campo político. Além disso, há algumas condições de acesso ao campo:

(...) o tempo livre: a primeira acumulação de capital político e característica de pessoas dotadas de um excedente econômico que lhes possibilita subtrair-se as atividades produtivas, o que lhes permite colocar-se na posição de porta voz. Além do tempo livre, há este outro fator que é a educação (BOURDIEU, 2011, p.196).

Com isso, a acumulação de capital político é importante para o acesso desse campo e para a sua permanência. Possuir uma profissão é um fator indispensável para o capital político. Entretanto, as profissões com as quais as mulheres estão adentrando no campo político carregam a historicidade cultural da construção binária do gênero, em que somente era permitido às mulheres profissões de cunho feminino, relacionadas ao cuidado e à área social.

Algumas pesquisas demonstram que, além dessas profissões, no poder local, a mulher possui maior participação devido à disponibilidade de tempo o que é outro fator indispensável ao capital político. Isso pode ser notado pelo número de candidatas eleitas, que é maior entre prefeitas e vereadoras do que deputadas e senadoras.

Com tais questões, faz-se necessário pensar nas condições sociais que as mulheres possuem para atuar nesse campo político. Não seria a falta/pouco capital político uma das dificuldades de atuação e ascensão da carreira política das mulheres?

Ao pensar nas questões do campo político e nas formas de fazer política, analisamos as narrativas das vereadoras sobre educação, focando nas dimensões em que estas assumem a educação em seus mandatos, em como avaliam as políticas de educação em seus municípios e nas narrativas que emergiram sobre a escola na promoção da igualdade. A seguir, apresentamos as categorias emergentes nas narrativas.

#### Dimensões das políticas de educação nos mandatos

Quando as vereadoras foram questionadas sobre as dimensões das políticas de educação em seus mandatos, pudemos identificar as particularidades e prioridades dos municípios. Nas narrativas que seguem, podemos identificar essas diferentes dimensões:

*É, projeto eu não tenho. Eu faço mais discurso para um líder levar para o prefeito entendesse. Que está mal, que precisa de melhores recursos, essas coisas, assim, melhor quadra de esporte, que precisa a questão da alimentação da merenda escolar. E são discursos que a gente faz na tribuna e fala para melhorar, a qualificação dos professores, para pagar melhor os professores (Tarsila).*

*Bom, na verdade aqui a gente não tem feito muitos projetos, assim, na área da educação. Na verdade, a gente tem apoiado tudo o que tem vindo em relação à educação, mas projetos, assim, que a gente tenha feito... Porque eu sou da ideia, eu não sei se vocês concordam comigo, tem uma ideia que vereador tem que fazer lei. E eu sou contrária a isso. Isso eu escutei a Ana Amélia Lemos e concordo plenamente, porque hoje, no nosso país, o que mais*

*tem é leis. O que nós precisamos fazer é cumprir as leis que já existem porque não adianta fazer lei, lei e não ser cumprida essas leis (Berenice).*

Nessas narrativas, as vereadoras destacam as dimensões que a educação assume em seus mandatos. Mandatos esses que não possuem como foco a educação. Elas desenvolvem, principalmente, discursos na tribuna e apoiam o que o governo federal propõe. Além disso, elas destacam um ponto importante que trata das deliberações do poder local, em que os/as vereadores/as podem propor, sugerir e elaborar lei, mas não determinar e realizar um projeto de lei, pois isso compete apenas ao Executivo Municipal. A principal função destacada por Berenice é a de fiscalização do poder executivo para que as leis sejam cumpridas.

Na narrativa da vereadora Larissa, podemos identificar que nem sempre a educação possui dimensões nos mandatos e nas câmaras:

*Então, esse espaço eu posso te afirmar, ele não ocupa uma cadeira no parlamento porque nem os professores elegem representantes, eles não estão presentes nos mandatos, eles são poucos, e acho que isso é reflexo de toda essa desarticulação, assim, do magistério (Larissa).*

Nesse recorte da fala da vereadora, notamos uma desarticulação do magistério, elencado por ela, ao longo de sua narrativa, por questões sociais e políticas, como a desvalorização da profissão, baixos salários, com o qual o/a professor/a necessita de outras atividades para sobreviver, descaso, etc. Com essa desarticulação não há uma representação na câmara e com isso a educação não possui “uma cadeira no parlamento”. Essa situação é preocupante, pois é função dos parlamentares como representantes do povo atentar para questões de interesse do município, como a educação. Diante desse ponto elencado pela vereadora, notamos a atual situação da docência nesse município e suas implicações no campo político, ou seja, a sua não representação política.

Essa é a realidade de um município que necessita ser problematizada com base em seu contexto político e cultural, pois em outros municípios, as questões se apresentam de diferentes formas. Nas narrativas a seguir, podemos notar algumas conquistas de vereadoras que tiveram a área de educação como foco de atuação de seu mandato:

*Nós universalizamos praticamente a Educação Infantil e construímos creches; fizemos concurso para professor para aquela quantidade de contratos que tinha concurso para o Ensino Médio, concurso para o Ensino Fundamental, concurso para a Educação Infantil. Educação Infantil na nossa época, antes eram as pessoas mais ou menos como cuidadores de crianças, aquelas creches. Fizemos concurso para pedagogia do ensino infantil, colocamos uma professora pedagoga em cada sala de aula, mais um atendente (Valentina).*

Além disso, Valentina aponta a inclusão nas escolas, a criação de um Ensino Médio e a jornada ampliada, em que os/as alunos/as ocupavam-se de outras atividades no turno inverso da escola.

*Bom, em todos os sentidos, desde quando eu atuei como Secretária de Educação, e que a gente sempre trabalhou foi da seguinte forma: estabelecer dentro das políticas que se tinha, estabelecer critérios para que as pessoas pudessem ter certeza de que ninguém seria priorizado sem ter um critério [...] a primeira coisa que a gente estabeleceu foi critérios rigorosos quanto aqui que se propunha, por exemplo, na escola de educação infantil. Havia uma lista de espera e aquela lista de espera tinha que ser e é seguida até hoje de forma rigorosa [...] Depois, sempre se buscou todos os programas, quaisquer, programas que fossem a nível estadual ou federal que o município tivesse condições de se inserir, sempre se foi atrás e se correu [...] desde a questão que envolvesse projeto para as escolas do campo, projetos que envolvesse como a gente tem o nosso polo foi um dos 7 primeiros aqui no estado do polo da Universidade Aberta, do polo ETEC<sup>37</sup> Brasil [...] A educação infantil, mesmo agora o município vai para o terceiro projeto do Proinfância<sup>38</sup>, que é as escolas de educação infantil, é um problema muito sério que não é só na nossa cidade, é em todo o Brasil, que dificilmente vai se conseguir atender 100% das crianças uma vez que a educação infantil hoje, ela é universal também, então não podes dizer que o A precisa mais que o B (Sofia).*

*A gente trabalha muito com a educação porque eles estavam agora mesmo querendo centralizar as escolas, fechando algumas escolas e botando só em um polo. Isso está dando tanta polêmica aqui no município e o povo vem pra gente. O ano é político, né, então a gente vê foi na secretaria de educação, fomos ao prefeito, conversamos, pedimos para eles reabrirem as escolas novamente conseguimos essa semana mesmo reabrimos a escola... a gente está pedindo porque assim o povo se revolta (Ligia).*

Nas três narrativas com mandatos que tinham como foco a educação, notamos algumas prioridades e conquistas realizadas ao longo de seus mandatos como a expansão da Educação Infantil, a formação dos/as professores/as, a busca por programas nacionais e a preocupação com a centralização das escolas, própria de municípios que possuem espaços rurais. Com isso, podemos identificar algumas prioridades das políticas públicas em educação nos municípios pesquisados que corroboram com as priorizadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica, a qual atribui aos municípios em seu artigo 11:

1. organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;
2. exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;
3. baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
4. autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
5. oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com

<sup>37</sup> Escola Técnica Aberta do Brasil (ETEC).

<sup>38</sup> Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA).

recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal a manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1996).

Nas narrativas, também identificamos as políticas recentes em educação nos municípios, como a universalização da educação infantil, para além de “pessoas que cuidam de crianças”, com base na formação de professores específicos, como pedagogas/os e programas como o Proinfância, apontado por uma vereadora, que se configura como uma das principais ações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para prestar financiamento e recursos na construção de creches, equipamentos e mobiliários. Percebemos uma preocupação com a forma com que a educação das crianças de zero a seis anos é tratada nos municípios.

Isso possibilita pensar na trajetória da Educação Infantil<sup>39</sup>, a qual “ganha” visibilidade por meio do direito conquistado das mulheres que, pela necessidade de assumirem os postos de trabalho para além dos muros domésticos, e, precisavam de um lugar seguro para deixar suas crianças enquanto trabalhassem.

Segundo Sonia Kramer (2006), o tema crianças de zero a seis anos e seus direitos vem ganhando destaque nas políticas e movimentos sociais nos últimos 20 anos, tendo consequências para a formação dos/as professores/as e para as políticas municipais e estaduais. Para a autora, o principal desafio da Educação Infantil é a formação dos/as professores/as como identificamos nas narrativas elencadas pelas vereadoras como sua principal preocupação e atenção. Essa autora destaca a pesquisa *Formação de profissionais da Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro: concepções, políticas e modos de implementação*, realizada de 1999 a 2005, a qual vai ao encontro da importância de se ter representantes nas câmaras de vereadores, conforme a autora:

Os fatores que interferem no maior ou menor investimento e na priorização da educação infantil parecem se relacionar com professores e profissionais de educação que atuam na gestão municipal, lideranças locais que têm nas suas trajetórias de formação um compromisso expresso com a educação infantil, a alfabetização e os primeiros anos do ensino fundamental (KRAMER, 2006, p. 802).

Nesta pesquisa, identificamos que, os mandatos que possuíam dimensões mais concretas com relação à educação, são mandatos com foco na educação. Além disso, são liderados por vereadoras que possuíam profissões nessa área, como professoras. Isso

---

<sup>39</sup> Com a promulgação da Constituição de 1988, a Educação Infantil é direito das crianças, dever do Estado e opção da família, com a LDB de 1996 a Educação Infantil passa a ser considerada como uma etapa da Educação básica, tendo atualmente uma variedade de documentos do Ministério da Educação com Parâmetros, Diretrizes, Orientações, Indicadores.

corroborar como um importante fator para o desenvolvimento e implantação das políticas de educação infantil nos municípios.

Outra política que as vereadoras apontam em suas narrativas refere-se à descentralização das universidades, com a construção de polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que se constitui como um sistema entre Governo Federal e entes federativos, apoiando universidades públicas a oferecer cursos superiores e de pós-graduação na modalidade à distância. Isso, segundo as vereadoras, vem impulsionando a formação e qualificação dos/as professores/as que, por residirem em municípios do interior, não tinham o devido acesso para continuarem seus estudos, pois as universidades concentravam-se nos grandes centros.

Com a expansão das redes de tecnologia digitais, a educação a distância tem mostrado sua potencialidade para a realização de cursos e aprimoramento das profissões. As discussões em torno dessa nova modalidade de educação têm crescido atualmente nas mídias e nos espaços acadêmicos. Segundo Cristiane Nova e Lynn Alves (2013), com essa realidade as discussões sobre o tema necessitam ser repensadas, especialmente os conceitos de tecnologia e educação de forma integrada para criar propostas pedagógicas para a produção de conhecimentos. Aqui, não temos a pretensão de avaliar as políticas de EAD negativamente ou positivamente, mas, sim, visibilizá-las com base na atuação das vereadoras e sua implementação e funcionalidade nos municípios. Nas narrativas, identificamos os efeitos dessa política na formação dos/as professores/as. Nos cinco municípios pesquisados, havia um polo de educação a distância, o que foi elencado pelas vereadoras como uma importante conquista para o município e para a educação. Assim, não podemos desconsiderar os importantes efeitos dessas políticas para a educação, em especial nos municípios afastados dos grandes centros. Entretanto, o que vem se discutindo são os sentidos pedagógicos e como vem se dando essa formação.

A seguir apresentamos como as vereadoras avaliam as políticas de educação em seus municípios.

#### Avaliações das políticas de educação nos municípios

Ao avaliarem as políticas de educação em seus municípios, as vereadoras apontaram algumas questões que envolvem as políticas atualmente implementadas pelo Governo Federal. Como podemos notar nas narrativas que seguem:

*É, aqui o município tem uma rede de educação com várias escolas, então eu tentei, assim, no início do mandato eu visitei as escolas para saber como estavam, visitei todas pessoalmente. A gente viu a parte estrutural da escola, conversei com os professores, tentei, assim... Mas é uma parte que acho que está muito bem, a gente está muito bem. Muitos professores novos formados toda a nossa rede, praticamente formado em pedagogia ou em uma área específica da educação, então a gente vê que os nossos alunos estão bem atendidos [...] E a gente vê pelas provas que o governo federal faz sempre, tem boas notas e tudo, a gente sempre está acompanhando isso aí. Então, do meu ponto de vista é bom. Claro que nunca é excelente, mas é bom (Júlia).*

*Olha, para mim a educação aqui está muito boa. Vai para o colégio que é um baita colégio municipal, não sei quantos alunos estudam ali, cursos e agora tem faculdade, coisa que nunca teve, agora só não estuda quem não quer. Quem não quer não estuda porque facilidade tem, porque uns anos atrás eram muito difíceis estudar, agora mesmo aqueles que moram na colônia tem ônibus que traz e leva na porta da escola, e depois na porta de casa. Quando que uns anos atrás iria acontecer isso? (Eva).*

*Eu vejo, assim, que nós, aqui no município, ele está bem estruturado em termos de educação. A gente procura junto com o poder executivo, embora hoje eu seja a oposição do governo, mas tudo o que vem em prol da comunidade a gente não tem oposição ali na câmara. Eu vejo que a educação ela está correndo bem, os professores desenvolvem um bom trabalho junto aos alunos, temos as nossas crechinhos aí que trabalha em prol de nosso pequenininho também, a pré-escola, enfim, eu vejo que a educação aqui no município está correndo mais ou menos dentro do normal. A nossa faculdade que agora a gente tem aqui no município, então eu acho que agora as coisas estão se equilibrando em termos de educação (Paola).*

*Evoluindo, eu acho que esse ano, assim, foi buscado muitos recursos, a nossa educação cresceu muito, até as nossas escolas foram ampliadas. Eu vejo ela assim, bem desenvolvida, aqui dentro do município mesmo está bem atuante, abriram mais espaços para varias outras coisas (Vanessa).*

*Eu acho que relativamente à política na educação está boa, está bem. Eu acho que ela tem acompanhado bastante todas essas reformas que tem. Agora no ano passado mesmo teve a inclusão, que é uma coisa que está amadurecendo, estão conseguindo fazer inclusão, tenho acompanhado alguns casos (Berenice).*

Com essas narrativas, identificamos que as vereadoras consideram que as políticas educacionais estão evoluindo e abarcando o que é instituído por lei como obrigatoriedade do município. Entretanto, como na questão anterior, em um dos cinco municípios pesquisados, a vereadora ressalta não estar satisfeita com a educação, sendo que esse município apresenta-se com os maiores índices de reprovação escolar. Tal situação pode ser relacionada com diferentes fatores, mas um destaca-se (sendo anunciado pela vereadora): o fato de não haver cadeira no parlamento que vise a discussão das políticas de educação na cidade.

Assim, como no item anterior, as políticas que mais se destacam são as políticas de EAD, políticas de inclusão e as políticas de Educação Infantil. Avaliar as políticas de educação não é uma tarefa fácil. A avaliação é um tema que vem provocando inúmeras



discussões no campo da educação e das políticas públicas. Hoje, vemos constantemente avaliações das políticas e dos conhecimentos escolares; e cobranças, não apenas do Estado, mas também de organismos internacionais, os quais descentram o poder do Estado, a exemplo do Banco Mundial, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entre outros (TOMASI, WARDE, HADDAD, 2007). Isso não quer dizer que estamos negando a importância ou necessidade das avaliações. Entretanto, faz-se necessário colocarmos em suspeita essas ações e questionar como e por quem são feitas.

A avaliação já vem sendo praticada largamente em países desenvolvidos com base em propostas geradas por organismos internacionais de financiamento, como, por exemplo, o Banco Mundial (CUNHA, 2013). De acordo com Carla Cunha (2013), a avaliação possui um caráter qualitativo, podendo ser este um instrumento de avaliação acadêmica de estudo de sua efetividade ou de avaliação da implementação de políticas e programas governamentais. De qualquer forma, a avaliação é um dos temas que vem sendo questionada por professores/as e pesquisadores/as no campo das políticas públicas.

Antônia Silva (2008) aponta que ainda são escassas as políticas educacionais voltadas para uma perspectiva histórica que contemple essas políticas contextualmente. Segundo essa autora, as pesquisas no campo das políticas educacionais têm se concentrado em alguns temas, como gestão da educação e sistema escolar, distribuição dos serviços educacionais, financiamento da educação, avaliação etc.. Para essa autora, as políticas educacionais precisam ser analisadas não como uma decisão isolada, mas como uma série de eventos determinada ao longo do tempo. Para isso, é necessário considerar as relações de poder, os contextos e os sujeitos envolvidos e implicados nessas políticas.

Ao avaliarem as políticas, as vereadoras destacam as políticas de inclusão. De acordo com uma vereadora, “estão conseguindo fazer inclusão” com base nos casos que acompanha, nos quais as pessoas incluídas concluem seus estudos. Elas destacam alunos/as com deficiência auditiva (surdos/as) e com Síndrome de Down. Essa é uma política recente que ainda possui discussões em torno de sua implementação desde o final da década de 1990.

De acordo com Rosalba Maria Cardoso Garcia (2006), a educação especial nas escolas não deveria centrar-se na deficiência dos/as alunos/as, mas, sim, enfatizar o ensino, as formas e condições de aprendizagem. Em sua maioria, a implementação dessas políticas tem focado no tipo de deficiência dos/as alunos/as, posição da qual a autora discorda. É importante enfatizar que o processo de inclusão da educação especial na educação regular, com base nessa perspectiva, precisa “ajustar-se” a uma gestão de aprendizagens, como, por exemplo, a flexibilização dos conteúdos e a atenção às “atividades da vida autônoma e social” no caso da

escola especial, a qual remete para um “currículo funcional”. Isso não inclui somente os/as alunos/as diagnosticados/as como alunos/as com deficiências, mas todos/as os/as alunos/as identificados/as com *deficit* de aprendizagem.

Com isso, apresentamos a seguir as narrativas das vereadoras sobre a escola na promoção da igualdade.

#### A escola na promoção da cidadania e igualdade de oportunidade

Neste item, as vereadoras enfatizaram a necessidade de discussão dentro da escola, com base na implementação, no currículo escolar, de temas que envolvem discriminação e preconceito. Elas elencam algumas questões que fazem parte do espaço escolar:

*Tu chegas numa rede social que, muitas vezes, inclusive tu, tem uma péssima educação, através da própria televisão. E eu acho que tem que trazer todo esse estudo, toda essa discussão, homofobia, racismo, o problema da mulher, o problema da pobreza da igualdade de tudo (referia-se a trazer essa discussão para a escola) (Valentina).*

*Ainda mais com essas novelas, tu não viste os pequenos se beijando na boca? Isso foi muito comentado nas escolas porque eu tenho netinhos de 5 e 4 anos. Porque o fulaninho deu um selinho na guriazinha, eles sabem (Eva).*

Segundo as vereadoras, não há melhor caminho que o da escola para discutir e promover a igualdade e a cidadania na sociedade. Com essas narrativas, podemos identificar que estas consideram esses conhecimentos produzidos em outros espaços, como os sites de redes sociais e telenovelas, como parte do espaço escolar. Segundo Guacira Louro (1997), a escola é um espaço sexualizado e generificado; nesse sentido, essas questões permeiam e constituem também o espaço escolar, pois integram os sujeitos que neste circulam.

Em outras narrativas, identificamos as estratégias que as vereadoras consideram importantes para agregar a discussão dos preconceitos e discriminações quanto ao gênero, sexualidade, raça e etnia. As narrativas que seguem podem ilustrar esse entendimento:

*(...) tem que ter um conteúdo dentro da educação, uma matéria que venha discutir realmente. Dentro da matéria de ciências, de história, principalmente. Acho que para que a criança se acostume e que haja mais respeito entre si, questão moral. Eu acho que realmente é fundamental que a escola tenha esse papel, de conscientização da criança, começar a conversar melhor e não ficar aquela parte pedagógica tradicional (Tarsila).*

*O trabalho que a gente faz sempre e que tem que ser reforçado que é dentro das escolas para que, desde pequeno, não haja esse preconceito, então, isso vem se trabalhando. E o município vem trabalhando nesse sentido de qualificar os professores cada vez mais para que isso possa ser trabalhado de forma bem tranquila, dentro das escolas, porque embora se*

*trabalhe nas escolas, nem sempre nas famílias existe, ainda existe todo esse preconceito (Sofia).*

*Do meu ponto de vista, tem que ser mais educacional, tem que ter mais instruções para as pessoas, tem que levar mais conhecimentos para as pessoas, que é uma coisa que depende da educação, eles poderiam inserir conteúdos que explicasse (Júlia).*

Nas narrativas, podemos verificar que as vereadoras enfatizam a necessidade de discussão nas escolas desde a educação infantil, com base em propostas específicas para a promoção da igualdade na sociedade. Elas destacam alguns temas para serem inseridos nos currículos escolares, como, por exemplo, as temáticas de gênero, étnico-racial e sexualidade; temáticas em que o preconceito e a discriminação corroboram em violências, evasão escolar e intolerância religiosa.

Atualmente, apesar de debates políticos contrários em torno dessas temáticas, algumas ações vêm sendo implementadas nas escolas pelo Governo Federal para a promoção da igualdade de gênero, étnico-racial e sexual. O Ministério da Educação, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) vem provocando essas discussões nas escolas com base em cursos de formação para os/as professores/as e nos materiais didáticos. Isso vem redesenhando o cenário das políticas educacionais no Brasil atentando para a diversidade de sujeitos escolares.

#### **5.4.4 Conclusões**

Ao longo deste artigo, procuramos conhecer as áreas de atuação das vereadoras da região sul do Rio Grande do Sul. Identificamos a predominância das áreas sociais, destacando-se a educação e a saúde. Essas áreas estão associadas a um modo de fazer política, conhecido como *soft politics*, em que, para as mulheres, atualmente, vem tornando-se seu principal foco.

Tecendo essas questões, partimos para a análise das narrativas das vereadoras sobre as dimensões das políticas de educação em seus mandatos; suas avaliações sobre as políticas em seus municípios; e a escola como promotora da cidadania e igualdade de oportunidade. Com base em suas narrativas ficaram evidentes as principais políticas em vigência nos municípios da região sul do Rio Grande do Sul, como políticas de inclusão escolar, políticas de EAD e políticas de Educação Infantil. Além disso, as narrativas sobre a escola na promoção da igualdade destacam discursos que provocam propostas de inserção dessas temáticas no currículo escolar, em todos os níveis da educação, evidenciando a escola como um espaço de desmistificação e problematização das desigualdades e discriminações.

Nessas políticas, não podemos desconsiderar a relação destas com o aumento das mulheres no mercado de trabalho, o qual impulsionou as políticas públicas como, por exemplo, para a Educação Infantil. Outro fator é as políticas de EAD, as quais descentram as universidades dos grandes centros, possibilitando maior acesso dos/as estudantes; e a inclusão considerada, atualmente, como uma prioridade do Governo Federal, esta iniciada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva com a proposta de governo Educação para Todos. Essas ações redesenharam e provocaram outros discursos o cenário das políticas públicas em educação. A criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) é um exemplo.

O tema referente às políticas públicas ainda é recente nas pesquisas acadêmicas; segundo Souza (2003), apenas nas últimas décadas, este foi incorporado nas agendas de pesquisas. No Brasil, a literatura sobre política pública tem sido pouco traduzida. É no esforço de preencher essa lacuna que essa autora apresenta algumas definições importantes para se pensar a construção e a implementação das políticas públicas em educação. Segundo Souza (2003), podemos resumir a definição de políticas públicas como:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (p. 13).

Para a autora, a política pública é um campo holístico, pois é uma área que abrange diversas unidades totalizantes. Isso quer dizer que esta tem várias disciplinas, teorias e modelos analíticos. Apesar de a política pública ser um ramo da Ciência Política, a autora destaca que esta não se resume a essa área, podendo ser objeto de pesquisa de outros campos. Outra questão de seu caráter holístico, elencada pela autora.

As “políticas públicas, após desenhadas e formuladas, se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas” (SOUZA, 2003, p.14). Essa compreensão, faz-se necessária para as análises sobre os espaços que cabem ao governo na definição e implementação destas, considerando outros segmentos sociais envolvidos na sua formulação como os movimentos sociais e as agências multinacionais, por exemplo.

Pensar as ações das vereadoras para a educação de seus municípios significa considerar o contexto histórico, cultural e político; os pontos de divergência e convergência

de municípios que se situam na mesma região e estado; e as atrizes desse processo, as quais se encontram em relações de poder em um espaço que sua presença ainda não é legitimada. Nesse sentido, o que procuramos, ao longo deste texto, foi visibilizar e refletir suas dimensões e avaliações desenvolvidas em seus mandatos para a educação de seus municípios.

Queremos chamar a atenção para a polaridade que está sendo estabelecida com o ingresso das mulheres nesse espaço político: a instituição das diferenças baseadas, principalmente, em concepções essencialistas de gênero. Corremos o risco de as áreas sociais tornarem-se o único destino de atuação política das mulheres na contemporaneidade. O campo político ainda é masculino; as mulheres participam deste com base no capital político que possuem. Nesse sentido, fazem-se necessárias reflexões e mudanças no que tange a atuação política das mulheres e dos homens para que, novamente, as mulheres não sejam enclausuradas às questões relacionadas ao âmbito privado, como a família e o cuidado com as pessoas, mesmo podendo participar de outras questões e políticas públicas. Uma sociedade democrática e plural faz-se a partir da participação, independente de gênero, em todas as atividades e áreas políticas que dizem respeito ao povo.

#### 5.4.5 Referências

ARAÚJO, Clara (coordenadora). Cadernos do CEDIM, n° 2, série pesquisa: As mulheres e o poder legislativo no Estado do Rio de Janeiro: lugares, perfis e experiências municipais. Rio de Janeiro, nov. 2002, p.70.

BARBOSA, Claudia de Faria. Representação e governabilidade das mulheres: argumentos sobre a política local no estado da Bahia. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DIVERSIDADES E (DES) IGUALDADES, 11., 2011, Salvador. **Anais Universidade Federal da Bahia**, Salvador: 2011.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: n° 9394/96. Brasília: 1996.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011.

CONNELLY, F. M.; CLANDININ, D. J. Relatos de experiencia e investigación narrativa. In: LARROSA, Jorge, et al. **Déjame que te cuente**: ensayos sobre narrativa y educación. Barcelona: Laertes, 1995. p. 11-59.

CUNHA, Carla Giane Soares da. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper06.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

CUNHA, Maria Isabel da. Conta-me agora! As narrativas como alternativa pedagógica na pesquisa e no ensino. **Revista Faculdade Educação**, São Paulo, v. 23, n. 1-2 jan./dec. 1997.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **As donas no poder**. Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFNa- Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Políticas para a educação especial e as formas de organização do trabalho pedagógico. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v.12, n.3, p. 299-316. set./dez. 2006.

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação infantil e/é ensino fundamental. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.. 27, n. 96 esp., p. 797-818, out. 2006.

LARROSA, Jorge. Narrativa, identidad y desidentificación. In: LARROSA, J. **La experiencia de la lectura**. Barcelona: Laertes, 1996. p. 461-482.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 179 p.

MEYER, Dagmar. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira; NECKEL, Jane; GOELLNER, Silvana (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9-27.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 201-221 2009.

NOVA, Cristiane; ALVES, Lynn. **Educação a distancia**: Limites e possibilidades. Disponível em: <[http://lynn.pro.br/pdf/livro\\_ead.pdf](http://lynn.pro.br/pdf/livro_ead.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2013.

ORSATO, Andréia; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Da invisibilidade às diversas formas de apropriação do espaço público: uma análise dos projetos parlamentares de deputadas estaduais do Rio Grande do Sul (2007-2010). In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9., 2010. **Anais Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Antonia Almeida. Análise política e políticas educacionais: tendências e perspectivas teórico-metodológicas. **Publicatio UEPG Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicada, Linguística, Letras e Artes**, Ponta Grossa, v. 16, n. 1, p. 35-43, jun. 2008.

SOUZA, Celia. Políticas públicas: questões temáticas de pesquisa. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

TOMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sergio (Org.). **O banco mundial e as políticas educacionais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

## 6 POR FIM... É PRECISO CORAGEM

Retirem-lhes essa proteção, exponham-nas aos mesmos esforços e atividades, façam-nas soldados e marinheiros e maquinistas e estivadores, e as mulheres não morrerão muito mais jovens — e mais depressa — que os homens, ao ponto de as pessoas dizerem: "Hoje vi uma mulher", da mesma forma que diziam: "Hoje vi um avião". Tudo pode acontecer quando a feminilidade tiver deixado de ser uma ocupação protegida (...) (WOOLF, 1928, p. 51).

Dizer, atualmente, “hoje vi uma mulher” na política partidária, ainda não se tornou algo comum. Entretanto, com as que eu vi pude aprender e conhecer suas trajetórias, histórias e experiências. Segundo Virginia Woolf (1928), a feminilidade foi por muito tempo uma ocupação protegida. Em nome dessa feminilidade universal e, poderia dizer, utópica, muitas mulheres foram impedidas de ser e viver de acordo com suas ideias, conhecimentos, experiências... Foram privadas de sua cidadania, de seu corpo, desejos e vida. Portanto, “retirem-lhes essa proteção”.

Ao transitar nas narrativas das vereadoras dos municípios de São José do Norte, Mostardas, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul e Jaguarão, observei histórias de lutas e micro-lutas, de desafios e coragem. Para os homens considerados cidadãos na Grécia antiga, entrar para a política, para o domínio público, era de acordo com Hanna Arendt (2010, p. 43) exigido coragem “A coragem, portanto, tornou-se a virtude política por excelência, e só aqueles que a possuíam podiam ser admitidos em uma associação que era política em conteúdo e propósito (...)”. Mesmo antes de entrar para essa esfera política, as vereadoras precisaram de coragem e, segundo elas, para entrar “É preciso ter coragem”. Mas, porque necessitariam de tamanha coragem?

Além de desestabilizar concepções determinantes de que “lugar de mulher não é na política”, as vereadoras precisavam desestabilizar suas próprias compreensões de feminilidade. Verifiquei que suas representações culturais – analisadas no artigo O que esperar das mulheres na política? Uma análise das narrativas de vereadoras – estavam focadas nas atribuições universalizantes de feminino e masculino como as mulheres são mais sensíveis, afetuosas e justas que os homens. Isso vem incidindo nas representações do fazer político, as quais para as mulheres são atribuídas uma política menos “rígida” e “dura” como dos homens. Segundo Guacira Louro (1997, p. 102), as representações “dizem algo sobre esses sujeitos, delinham seus modos e traços, definem seus contornos, caracterizam suas práticas”. Com base nas suas representações, podemos notar que as vereadoras também são

constituídas nessas representações que carregam discursos e práticas instituídos sobre o que é ser homem, o que é ser mulher e suas atitudes nos espaços sociais.

A identidade feminina, ainda é centrada em estereótipos de feminino e masculino, considerada uma categoria inquestionável e universal. Isso, algumas feministas como, por exemplo, Judith Butler (2003) vem questionando. O fato é que

desde muito cedo somos preparadas/preparados para viver de acordo com os estereótipos femininos e masculinos. Além disso, somos constantemente lembradas/lembrados de que não se deve ultrapassar o limite desses estereótipos – o que promove uma institucionalização de nossas identidades (MORAES, 2002, p.74-75).

Nessa lógica, institucionalizada, constroem-se as identidades de gênero polarizadas, acabadas, únicas e fixas. As que escapam a essa lógica, pois há quem escapa, as identidades não são tão previsíveis e estáticas como se imagina, é acionada a linguagem sexista e atos violentos ou isolados. O sexismo configura-se como “uma teia complexa de práticas, instituições e ideias que, juntas dão mais poder aos homens e anulam as mulheres” (MORAES, 2002, p. 77).

Essa teia é tão naturalizada que em muitos casos não percebemos como sendo um sexismo. Muitos partidos, por exemplo, podem não considerarem suas práticas partidárias sexistas, já que possuem uma bancada feminina, mulheres nos partidos e respeitam as cotas partidárias, mas não admitem as mulheres na tomada de decisão e liderança. Essa é uma prática de sexismo, na qual as mulheres não são consideradas com o mesmo potencial político que os homens. Entretanto, as vereadoras não destacam como sexismo, apenas uma dificuldade das mulheres na política partidária.

Isso me faz pensar na questão da subjetividade das mulheres que, longe de anular a identidade, que está na dimensão da exterioridade, “reflete tanto as condições objetivas quanto as representações socialmente construídas da vida diária”. Em outras palavras, a subjetividade expressa uma identidade social produzida historicamente a partir das formas sociais produzidas e das experiências de cada pessoa. De acordo com Marcia Moraes (2002, p. 81):

A identidade aparece mais facilmente, por ter um caráter mais externo, enquanto, que a subjetividade estaria dentro de nosso pensamento, nas entranhas de nossa forma de ser e pensar, na consciência. Obviamente, uma não exclui a outra; uma não existe sem a outra, porque ambas constituem nossa existência social e nos caracterizam socialmente; ambas são impregnadas com as construções e práticas (discursos) sociais; ambas estão intimamente relacionadas à nossa posicionalidade histórica, social e política.



Nesse sentido, a subjetividade das vereadoras foi constituída neste momento pelas representações naturalizadas da identidade mulher. Entretanto, a subjetividade é um processo constante, o que faz com que em outro momento elas percebam outras questões a partir de suas experiências que antes não haviam considerado. A questão da subjetividade possibilita com que as vereadoras, com base em suas experiências, construam outras formas de identidades menos universalizantes.

Um aspecto para ilustrar essa inter-relação entre identidade e subjetividade é ao que intitulei de práticas de ser mulher na política, na qual é instituído formas de falar, de ser, de agir e mesmo de se vestir, relacionadas a uma identidade feminina. Entretanto, em suas experiências cotidianas as vereadoras ressaltam que precisam se impor para serem ouvidas e muitas vezes assumir atitudes fortes e rígidas que fogem ao que é determinado para seu gênero. Nesse sentido, suas experiências constroem uma subjetividade que redesenha a identidade feminina neste espaço, a partir das práticas instituídas. Entretanto, conforme Joan Scott (1998, p. 319), “(...) o surgimento de uma nova identidade não é inevitável ou determinado, não é algo que sempre existiu aguardando para ser expresso, não é algo que sempre existirá na forma que foi dada em um determinado movimento político ou em um momento histórico específico”. Aí está a instabilidade que tanto se procurou tolher.

No decorrer do estudo, fui desestabilizada pelas minhas certezas e verdades do gênero feminino. Apesar de compartilhar de uma perspectiva teórica que problematiza e desmistifica o que é naturalizado e instituído percebi o quanto nossas práticas são interpeladas por noções de masculino e feminino, as quais posicionam os sujeitos, e na política não é diferente. Um olhar desatento, afirmaria que estamos evoluindo, que mais mulheres estão na política por termos uma presidenta, lei de cotas partidárias e algumas senadoras, ministras, etc. Entretanto, ao atentar o olhar e seguir o que Rosa Fischer (2001, p. 198) apontou “precisamos antes de tudo recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas” pude verificar que, o caminho iniciado pelo movimento de mulheres e feministas, ainda é longo e árduo.

Observei que as práticas de homens e mulheres na política são diferenciadas pelo gênero. No artigo Mulheres na esfera pública: Analisando a inserção política de vereadoras, identifiquei que as mulheres desde sua inserção política possuem mais dificuldades que os homens, mesmo as que conseguiram se eleger em decorrência de seu capital político; as noções de público e privado permeiam a entrada das mulheres na política, mesmo com alguns deslocamentos e reconfigurações das esferas pública e privada, a exemplo, as mulheres terem

adentrado ao mundo do trabalho. Segundo Célia Pinto (2001, p.101) não houve com a mesma proporção nas esferas de decisão da política.

A nova posição da mulher no mundo do trabalho ao lado das lutas do movimento feminista trouxe mudanças importantes na relação das mulheres com o mundo público e, certamente, alavancou muitas das lutas das mulheres na segunda metade do século XX, inclusive no âmbito das políticas públicas. Entretanto, não houve uma ocupação na mesma proporção pelas mulheres na vida político-partidária que corresponda, mesmo de longe, à sua entrada no mundo do trabalho. Não se trata de argumentar que deveria haver uma correspondência entre a entrada no trabalho e a entrada na política; o que, todavia, não pode deixar de chamar a atenção é a grande distância entre esses dois movimentos.

Isso tem me provocado a compreensão de que as mulheres não foram ensinadas e constituídas para a esfera pública, talvez essa seja uma das condições de possibilidade para que, atualmente, mesmo com algumas conquistas, não temos muitas mulheres engajadas com a política. Além disso, não são todas as mulheres com suas múltiplas formas de ser e intersecções com suas outras identidades que estão a ocupar esse espaço político. São em sua maioria mulheres brancas, de classe média e casadas.

Nas análises do artigo “‘Vocês não podem marcar reuniões muito em cima da hora. Eu tenho dois filhos para resolver onde vão ficar’”: A participação política de vereadoras”, verifiquei que apesar de as mulheres transitarem na esfera pública da política, elas precisam conciliar com sua esfera privada, a qual não deixaram de ser as principais responsáveis e cuidadoras. Essa é uma das dificuldades apontadas pelas vereadoras. Entretanto, não tenho a pretensão de subestimar e vitimizar as mulheres em suas atividades políticas, educacionais, econômicas, entre outras. Apesar de a concepção predominante nos estudos feministas ter sido a de homem dominante *versus* mulher dominada algumas estudiosas e alguns estudiosos vêm problematizando essa concepção. Especialmente, a partir das leituras do filósofo Michel Foucault, as relações de poder tiveram outras discussões. Conforme Louro,

Aquelas/es que se aproximam de Foucault provavelmente concordam que o poder tem um lugar significativo em seus estudos e que sua “analítica do poder” é inovadora e instigante. Foucault desorganiza as concepções convencionais – que usualmente remetem à centralidade e à posse do poder – e propõe que observemos o poder sendo exercido em muitas e variadas direções, como se fosse uma rede que, “capilarmente”, se constitui por toda a sociedade. Para ele, o poder deveria ser concebido mais como “uma estratégia”; ele não seria, portanto, um privilégio que alguém possui (transmite) ou do qual alguém se “apropria” (LOURO, 2011:42).

Nesse sentido, a partir das compreensões de Foucault, passou-se a pensar nas relações entre os gêneros permeadas por poder. Este que não pertence a alguém, mas é exercido como uma rede em muitas e variadas dimensões. Assim, começaram a focar seus estudos na não vitimização das mulheres, mas nos efeitos dessas relações. Isso me provoca a pensar que as vereadoras estão imersas nessa rede de poder nesse espaço político. Elas disputam e negociam

neste espaço da política partidária, a partir de seus discursos e ações, elas provocam outras relações e práticas a partir de sua presença, inserção e participação.

No artigo “Atuação política e a educação: uma análise das áreas de atuação de vereadoras do Rio Grande do Sul”, observei o quanto é importante pensar a educação na contemporaneidade, e seus efeitos nos sujeitos. Outras formas de conhecimento, de produção das identidades e subjetividades, dos sentidos da educação e da escola são instituídas. A partir das narrativas das vereadoras sobre educação, percebi que estamos em outros tempos, pois elas consideram a educação não apenas vinculada aos conteúdos curriculares, mas a partir de seus exemplos, notei a educação presente em outros espaços como, por exemplo, a mídia, os sites de rede sociais, a família, etc. Elas também apontam, o potencial transformador da escola na desmistificação dos preconceitos e discriminações, com base no gênero, na sexualidade na raça/etnia, na classe, enfim. Conforme Silvio Gallo (2008, p. 259) a partir do filósofo Michel Foucault que, precisamos “Pensar a Educação, repensar a Educação. Pensar o já pensado. Pensar o ainda não pensado. Produzir e viver experiências de pensamento (...)”.

Por esse viés, ao longo da escrita desta dissertação, pude a partir das trajetórias das vereadoras, das mulheres que vi e ouvi produzir experiências de pensamento. Essas experiências, no sentido de Jorge Larrosa (2002) me tocaram e me transformaram à medida que percebo as interlocuções da educação com o gênero e a política na vida cotidiana e diária. Pensar essas questões é possibilitar outras formas de representação e de práticas menos discriminatórias e desiguais. É um comprometimento social e político implicado na educação.

## 6.1 ALGUMAS INQUIETAÇÕES E PERSPECTIVAS

Ao retornar meu pensamento para o caminho percorrido até o momento, percebo que não é um ponto final. Pensar e (Re) pensar o pensamento instituído das identidades e relações de gênero nos espaços educativos é uma inquietação presente que me desestabilizou e provocou a continuar a pesquisar.

Sendo assim, o desejo de continuar toma forma, a partir da investigação que pretendo trilhar no doutorado. As reflexões sobre as mulheres que vivem em municípios do interior e necessitando de políticas específicas, provocaram-me a pesquisar as políticas ambientais sobre o discurso do desenvolvimento sustentável e as relações de gênero na contemporaneidade.

Considerando que uma das maiores preocupações, hoje, de entidades governamentais e não governamentais, desdobra-se sobre o meio ambiente, sendo o desenvolvimento

sustentável uma alternativa para melhorarmos as relações dos homens e mulheres com a natureza, como ambos estão imersos nesse discurso? Como as políticas ambientais atentam para as necessidades de homens e mulheres? Elas seriam diferentes? Em que medida? São algumas inquietações que me fizeram ingressar no doutorado e dar continuidade a pesquisa nos estudos de gênero.

## 7 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo- um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 352, maio-ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Partidos Políticos e Gênero: Mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 24, p. 193-215, jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Potencialidades e limites da lei de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 231-252, 2001.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. 2ed. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2008.

ARAÚJO, Clara (coordenadora). Cadernos do CEDIM, n° 2, série pesquisa: As mulheres e o poder legislativo no Estado do Rio de Janeiro: lugares, perfis e experiências municipais. Rio de Janeiro, nov. 2002, p.70.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARANHA, Ana Luiza Melo. Discursos femininos – Um estudo sobre a relação entre mulheres e corrupção. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de políticas para as mulheres. 5° Prêmio Construindo a igualdade de Gênero – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos vencedores – 2010, p.73-93.

AVELAR, Lúcia. **O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil**. 2 ed. Campinas: Editora da Unipampa, 1989.

\_\_\_\_\_. **Mulher e política: o mito da igualdade**. É preciso levar à prática os direitos conquistados na legislação. Social Democracia Brasileira, 2002. p. 40-54.

BARBOSA, Claudia de Faria. Representação e governabilidade das mulheres: argumentos sobre a política local no estado da Bahia. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DIVERSIDADES E (DES) IGUALDADES, 11., 2011, Salvador. **Anais Universidade Federal da Bahia** Salvador, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, v. 2, p. 9.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: n° 9394/96**. Brasília : 1996.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, jan./jul., p. 193-216, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "Pós-modernismo". "Feminismo(S) contemporâneo(S). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, p. 2009-298, 2. sem. 2001.

COSTA, Marisa Vorraber. Introdução. Novos olhares na pesquisa em educação. In:\_\_\_\_\_. **Caminhos Investigativos I**. Novos olhares na pesquisa em educação. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos Culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, maio/ago., p. 36-61 2003.

COSTA, Ana Alice Alcantara. Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFNa- Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Feminismo e construção da cidadania das mulheres: avanços e desafios nos campos da educação, trabalho e política no início do século XXI. In:Brabo, Tânia Suely Antonelli Marcelino (Org.). **Gênero, Educação e Política: Múltiplos olhares**. Coordenação Diamantino Fernandes Trindade. São Paulo: Ícone, 2009, p. 11-34.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues. **Gênero e Cultura: Questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004. P. 13-38.

CONNELLY, F. M.; CLANDININ, D. J. Relatos de experiencia e investigación narrativa. In: LARROSA, Jorge, et al. **Déjame que te cuente: ensayos sobre narrativa y educación**. Barcelona: Laertes, 1995. p. 11-59.

CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber. (Org.) **Caminhos Investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p.103-127.

\_\_\_\_\_. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Maria Vorraber (Org.). **Caminhos Investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. Porto Alegre: Mediação, 1996. p. 105-132.

COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A História da Inserção Política da Mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **Psicologia política**, São Paulo, v. 9, n. 7, p. 85-99, jan./jun. 2009

CUNHA, Maria Isabel da. Conta-me agora! As narrativas como alternativa pedagógica na pesquisa e no ensino. **Revista Faculdade Educação**, São Paulo, v. 23, n. 1-2 jan./dec. 1997.

CUNHA, Carla Giane Soares da. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper06.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2013

ESPINOSA, Gisela. Ciudadanía y feminismo popular. In: CASTAÑEDA, Griselda Gutiérrez. **Democracia y luchas de género: la construcción de um nuevo campo teórico y político.** México: PUEG, 2002. p. 15-44.

FERREIRA, Maria Mary. **Representação feminina e construção da democracia no Brasil.** In: CONGRESSO LUSO- AFRO- BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8. Coimbra-Portugal. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004. p. e1-28.

\_\_\_\_\_. **As mulheres e o poder no Brasil e Portugal: Formas de interdição das mulheres nos espaços do poder legislativo.** In: CONGRESSO LUSO- AFRO- BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11. Salvador, Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2011. P. e1-13.

FISCHER, Rosa Maria. **Trabalhar com Foucault.** Arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. **Foucault e a análise do discurso em educação.** Cadernos de pesquisa, n 114, p.197-223, novembro/2001.

FONSECA, Isabel Cristina de Carvalho. **A representação da mulher na câmara de deputados: trajetória, atuação política e reeleição das parlamentares gaúchas no período de 2007 a 2011.** Pelotas: UFPEL, 2012. Dissertação, Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Nascimento da clinica. 29. ed. Petrópolis. Vozes: 2004.

FOUCAULT, Michel. 2008. **A arqueologia do saber.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos IV–Estratégia, Poder- saber. 2ªEd.RiodeJaniro:ForenseUniversitária, 2006.

GALLO, Silvio. Foucault. (Re)pensar a educação. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. **Figuras de Foucault.** 2ed. Belo Horizonte: Autentica, 2008, p.253-260.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Políticas para a educação especial e as formas de organização do trabalho pedagógico. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v.12, n.3, p. 299-316. set./dez. 2006.

GONÇALVES, Andréa Lisly. História e gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.160.

GIBBIS, Graham. **Análise de dados qualitativos.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

GROSSI, Mirian Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.

HALL, S. The Work of Representation. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Representation. Cultural Representations and Signifying Practices.** Sage/Open University: London/Thousand Oaks/New Delhi, 1997. P. 2-73.

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação infantil e ensino fundamental. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96 esp., p. 797-818, out. 2006.

KAUFMANN, D. **Corruption: the Facts Foreign Policy**. 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 179 p.

LARROSA, Jorge. Narrativa, identidad y desidentificación. In: LARROSA, J. **La experiencia de la lectura**. Barcelona: Laertes, 1996. P. 461-482.

\_\_\_\_\_. Tecnologias do Eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **O Sujeito da Educação**: Estudos Foucaultianos. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 35 –86.

LEAL, Carine de Souza. **Quem faz a política no município?** Perfil social e político dos vereadores do Rio Grande do Sul (2004-2008). Porto Alegre: UFRGS, 2010. Dissertação, Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MACHADO, Leila Domingues; LAVRADOR, Maria Cristina Campello. **Configurações contemporâneas do público e do privado**. Psicopedagogia: alguns hibridismos possíveis. Vitória: Edufes, 2000.

MAGALHÃES, Joanalira Corpes. 2008. **Por que os homens nunca ouvem e as mulheres não sabem estacionar?** Analisando a rede de discursos das neurociências quanto às questões de gênero em alguns artefatos culturais. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 84 f. Dissertação, Mestrado em Educação em Ciências: química da vida e saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MULHER, Democratas. Disponível em:

< [http://www.mulherdemocrata.org.br/download/cartilha\\_maio.pdf](http://www.mulherdemocrata.org.br/download/cartilha_maio.pdf) >. Acesso em: 11 out. 2001.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 201-221 2009.

MIGUEL, Luís Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, 1. Sem. 2001. 253- 267p.

MEYER, Dagmar. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira; NECKEL, Jane; GOELLNER, Silvana (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. 9-27 p.

MORAES, Marcia. **Ser humana**: quando a mulher está em discussão. Rio de Janeiro: DP&A. 2002, p.96.



NELSON, Cary; TREUCHLER, Paula A; GROSSBERG, Lawrence. Estudos Culturais: Uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas em sala de aula**. Uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. P.7-38.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

NOVA, Cristiane; ALVES, Lynn. **Educação a distancia**: Limites e possibilidades. Disponível em: <[http://lynn.pro.br/pdf/livro\\_ead.pdf](http://lynn.pro.br/pdf/livro_ead.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2013.

OBSERVATORIA DA MULHER. Disponível em: [http://observatoriodamulher.org.br/site/index.php?option=com\\_content&task=view&id=45&Itemid=146](http://observatoriodamulher.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=45&Itemid=146). Acessado em: 18 dez. 2013.

OBSERVATÓRIO SOCIAL EM REVISTA. Florianópolis, ano 3, n. 5, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.observatoriosocial.org.br/download/emrevista5.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2011.

ORSATO, Andréia; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Da invisibilidade às diversas formas de apropriação do espaço público: uma análise dos projetos parlamentares de deputadas estaduais do Rio Grande do Sul (2007-2010). In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9., 2010. **Anais Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**, 2010.

ORSATO, Andréia. **“Como mulher e deputada”**: A presença feminina na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (195-2011). Porto Alegre: UFRGS, 2013. Tese, Doutorado em Ciência política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PERROT, Michele. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós- constituinte. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres: Brasília, 2007. 224 p.

PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 98-112, mar./maio 2001.

PINTO, Céli; MORITZ, Maria Freitas. A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre (2008). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 2., jul./dez. 2009. p. 61-87.

PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, 2. sem. 2001.

RABAY, Gloria. **Imagens de mulheres na política e voto feminino**. Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/1/GT03/06.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

RODRIGUES, Almira. **Mulher e democracia**. Fragmentos de cultura- Instituto de filosofia e teologia. Sociedade Goiana de Cultura/Universidade Católica de Goiás, Goiania, v. 15, n. 7,

p.1079-1216, jul. 2013a. Disponível em [www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br) › *Poder e Política* › *Artigos e Textos*. Acesso em: 18 dez. 2013.

RODRIGUES, Almira. As mulheres e a política: uma análise de gênero e etnia no espaço da política. **Centro Feminista de Estudos e Assessoria- CFEMEA**, Brasília, jul. 2013b. Disponível em: [http://www.mulheres.gov.br/mais-mulheres-no-poder/debates/politica-e-genero/as\\_mul\\_1.pdf](http://www.mulheres.gov.br/mais-mulheres-no-poder/debates/politica-e-genero/as_mul_1.pdf). Acesso em: 18 dez. 2013.

RODRIGUES, Almira. **Reforma Política e Participação**. Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA. Brasília: CFEA, 2004.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 01, p. 9-21, 2001.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?**. São Paulo: EDUSC, 2001.

SILVA, Antonia Almeida. Análise política e políticas educacionais: tendências e perspectivas teórico-metodológicas. **Publicatio UEPG Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes**, Ponta Grossa, v. 16, n. 1, p. 35-43, jun. 2008

SILVA, Fabiane Ferreira da. **Mulheres na ciência: Vozes, tempos, lugares e trajetórias**. 2012. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010

\_\_\_\_\_. Currículo e Identidade Social: Territórios Contestados. In: \_\_\_\_\_. **Alienígenas em sala de aula**. Uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. P. 190-207.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. A entrevista na pesquisa em educação: uma arena de significados. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007. p. 117-138.

SIBILIA, Paula. Eu privado e o declínio do homem público. \_\_\_\_\_ In: **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2008. p. 55-85.

STREY, Marlene Neves. Mulher e trabalho. In: ROSO, Adriane et al. (Org.). **Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. 190 p.

SOUZA, Silvana Oliveira. Mulher e política: um breve balanço historiográfico na produção do século XX. **HISTORIEN - Revista de História**, Petrolina, p. 69-83, jan./mar. 2010.

SOUZA, Celia. Políticas públicas: questões temáticas de pesquisa. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

\_\_\_\_\_. A invisibilidade da experiência. *Proj. História*, São Paulo, (16), fev. 1998, p.297-325.

SUNG, Hung-En. From victims to savios? Women, power and corruption. In: **Current History. March**, 2006.

STREY, Marlene Neves. Mulher e trabalho. In: ROSO, Adriane et al. (Org.). **Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p.41-56.

SWAMY, A;KNACK, S;LEE, Y; AZFAR, O. Gender and corruption. In: **Jornal of development Economics**, 2001.

SWAIN, Tania Navarro. “Todo homem é mortal. Ora. As mulheres não são homens; logo, são imortais”. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. **Para uma vida não-facista**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009, p.389-402.

TORRES, Carlos Alberto (Org.). **Teoria crítica e sociologia política da educação**. São Paulo:Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003. (Biblioteca freiriana, .6).

TOMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sergio (Org.). **O banco mundial e as políticas educacionais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIBUNAL Superior Eleitoral. **Estatísticas e Resultado das Eleições- 2012**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Notícias/2013/Março**. Semana da mulher: participação feminina na política brasileira cresce ao longo do tempo. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em: 27 jul. 2013.



VEIGA-NETO, Alfredo. Teoria e método em Michel Foucault (im) possibilidades. **Cadernos de Educação** | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [34]: 83 - 94, setembro/dezembro 2009.

VITAL, Cristina; Lopes, Paulo Victor Leite. **Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrichi Boll, 2012, p.232.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Editora Nova Fronteira S.A. 1928, p.141.

## 8 ANEXOS

### 8.1 ANEXO A – Termo de consentimento livre e esclarecido

 FURG	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO GRUPO DE PESQUISA SEXUALIDADE E ESCOLA- GESE	 PPGEDU Programa de Pós-Graduação em Educação
---	--	--

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Projeto de pesquisa:** Investigando narrativas relacionadas ao gênero, educação e política de vereadoras da região sul do Rio Grande do Sul

**Objetivos da pesquisa:** investigar as narrativas de vereadoras da Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul a respeito das temáticas de gênero e educação.

Você está sendo convidada para uma entrevista de aproximadamente 60 min. Para melhor compreensão das informações, esta entrevista será gravada e filmada.

#### Confidencialidade

A sua participação nesta pesquisa é voluntária e confidencial. Ninguém além das pesquisadoras terá acesso ao que você disser. Nas análises da entrevista seu nome não será identificado. Neste sentido, pedimos que indique um codinome

\_\_\_\_\_.

#### Sua participação

Caso você deseje obter alguma informação relacionada ao projeto, contate a pesquisadora Dárcia Amaro Ávila e /ou a Prof<sup>ª</sup>. Dra. Paula Regina Costa Ribeiro, através do telefone (53) 3233 – 6674 CEAMECIM/ FURG.

Você tem alguma pergunta a fazer?

#### VERIFICAÇÃO DO CONSENTIMENTO

Declaro que li ou leram para mim o consentimento acima e aceito que a pesquisa sobre as questões de gênero e educação a partir de narrativas de vereadoras da Região Sul do Rio Grande do Sul seja realizada.

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora

\_\_\_\_\_  
Data

## 8.2 ANEXO B – Convite de participação na pesquisa

Ilm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Vereadora

Rio Grande, 2012.

Prezada Vereadora,

Vimos por meio desta, convidar V.S<sup>a</sup>. para participar da pesquisa que será desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação e pelo Grupo de Pesquisa Sexualidade Escola - GESE, ambos da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

A pesquisa intitulada “Investigando narrativas relacionadas ao gênero e à educação de vereadoras da região sul do estado do Rio Grande do Sul” tem por objetivo investigar as narrativas de vereadoras a respeito das temáticas de gênero e suas implicações na educação.

Nesse momento, estamos fazendo um primeiro contato com V.S<sup>a</sup>. a fim de que possamos saber de seu interesse, para tanto, solicitamos que nos envie um e-mail confirmando a sua participação para podermos entrar em contato e ir pessoalmente apresentar a pesquisa e entrevistá-la. Nossos telefones de contato: Dárcia Ávila (53) 91315434; Paula Ribeiro (53) 32336709- FURG ou (53) 99766858.

Certas de poder contar com sua preciosa colaboração ficamos no aguardo.

Atenciosamente,



**Dárcia Amaro Ávila**

Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Educação- PPGEDU

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Paula Regina Costa Ribeiro**

**Orientadora e professora do Programa de Pós- Graduação em Educação- PPGEDU**

### 8.3 ANEXO C – Roteiro da entrevista semiestruturada

 <p><b>FURG</b></p>	<p align="center"><b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG</b>  <b>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO</b>  <b>GRUPO DE PESQUISA SEXUALIDADE E ESCOLA- GESE</b></p>	 <p><b>PPGEDU</b>  <small>Programa de Pós-Graduação em Educação</small></p>
--	---	--



#### **Questões Norteadoras da entrevista:**

1. Como foi a sua trajetória na militância política?
2. O que levou a senhora a interessar pela política partidária?
3. Quantos mandatos no legislativo a senhora já exerceu?
6. A senhora identifica os motivos que levaram o seu partido a sua indicação de candidatura?
8. A senhora foi eleita em cima de qual plataforma?
9. A senhora avalia que os eleitores e as eleitoras levam em consideração o sexo do candidato na hora de votar?
10. Na opinião da senhora, quais os motivos que levaram os eleitores e as eleitoras a votarem na senhora para vereadora?
12. A senhora identifica algum diferencial do seu mandato em relação ao mandato de seus colegas vereadores.
13. Sua condição feminina representa algum diferencial quando comparado ao mandato de seus colegas vereadores que são homens?
14. Como a senhora percebe, atualmente, as relações entre homens e mulheres na política partidária?
15. Como a senhora avalia a atuação das mulheres nos espaços políticos?
16. Como a senhora avalia a política de cotas para mulheres?
17. A política de cotas para mulheres é uma prática do seu partido? Como se dá esse processo nas práticas eleitorais?
18. Quais contribuições que as mulheres têm a oferecer ou dar na política?
19. Qual o foco de atuação de seu (s) mandato (s)?
20. Quais as dimensões que as políticas de educação assumem em seu mandato?
21. Como a senhora avalia as políticas de educação em sua cidade?
22. Recentemente a imprensa vem noticiando os confrontos de posições no parlamento

brasileiro em relação ao aborto e a homofobia. parece que esses temas assumiram um vulto político importante. qual a posição do seu mandato?

- 23.** Quais os papéis que a escola pode assumir para garantir a cidadania e a igualdade de oportunidade para todos os e as brasileiras?
- 24.** O mandato da senhora apresentou alguma proposta de lei voltada ao público lgbt?
- 25.** A senhora pode descrever os projetos de leis apresentados pelo seu mandato que beneficiam suas eleitoras?

## 8.4 ANEXO D – Ficha dos dados pessoais

	<p align="center"><b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG</b>  <b>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO</b>  <b>GRUPO DE PESQUISA SEXUALIDADE E ESCOLA- GESE</b></p>	
---	---	---

**FICHA DA ENTREVISTA**

**PROJETO:** INVESTIGANDO NARRATIVAS RELACIONADAS AO GÊNERO, EDUCAÇÃO E POLÍTICA DE VEREADORAS DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

**MUNICIPIO:**

**Dados pessoais**

**Nome:**

---

**Data de nascimento:**

---

**Estado Civil:**

---

**Filhos:**

---

**Formação Acadêmica:**

---

**Profissão:**

---

**Tempo de atuação na política:**

---

**Cargos exercidos:**

---

**Filiação política:**

---



## 8.5 ANEXO E- Carta de agradecimento

Ilm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Vereadora

Rio Grande, 19 dezembro de 2012.

Prezada Vereadora,

Vimos por meio deste, agradecer V.S<sup>a</sup>. por participar e colaborar com a produção da pesquisa que estamos desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG intitulada “Investigando narrativas relacionadas ao gênero e à educação de vereadoras da região sul do estado do Rio Grande do Sul”.

Nesse momento, pedimos que a senhora avalie a entrevista que realizamos modificando e/ou acrescentando o que desejar. Caso pense não ser necessário, poderá deixá-la como está.

Estamos a sua disposição para esclarecimentos e/ou dúvida sobre a pesquisa. Nossos telefones de contato: Dárcia Ávila (53) 91315434; Paula Ribeiro (53) 32336709- FURG ou (53) 99766858.

Aproveitamos para desejá-la um feliz natal e um ano novo de muitas realizações!

Certas de poder contar com sua preciosa colaboração ficamos no aguardo.

Atenciosamente,

**Dárcia Amaro Ávila**

Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Educação- PPGEDU

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Paula Regina Costa Ribeiro**

Orientadora e professora do Programa de Pós- Graduação em Educação- PPGEDU